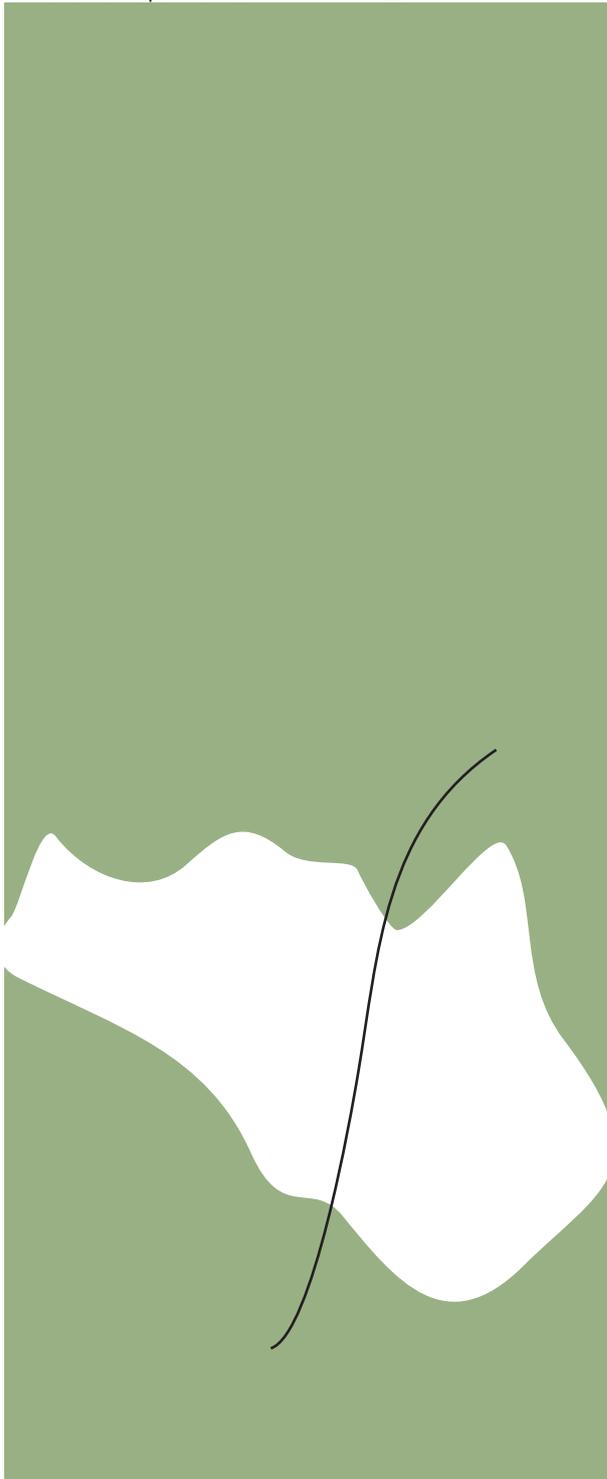


1ª REVISÃO DO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE POMBAL



DIAGNÓSTICO,
OBJETIVOS
E ESTRATÉGIA
DE DESENVOLVIMENTO

	DESCRIÇÃO TÉCNICA
COORDENAÇÃO GERAL	Michãel da Mota António - Vereador
	Celestino Mota - Arquitetura
COORDENAÇÃO TÉCNICA	Sílvia Ferreira - Planeamento Regional e Urbano
	Ana Cardoso - Geografia - Planeamento e Gestão do Território
EQUIPA TÉCNICA	Ana Rita Freire - Engenharia Civil
	Nélia Fragoso - Arquitetura Paisagista
	Nelson Mendes - Arquitetura
	Paula Vieira - Geografia Física e Ordenamento do Território / SIG
COLABORAÇÃO	Lisete Vieira - Geografia - Cartografia e SIG
	Túlia Paiva - Engenharia Geológica
CONSULTADORIA	Fernanda Paula Oliveira - Jurista
OUTRAS	Armando Ferreira - Geografia
COLABORAÇÕES TÉCNICAS	Helena Moura e Thierry Aubry - Arqueologia
	Nelson Pedrosa - História da Arte
OUTRAS COLABORAÇÕES	Anabela Silva - Administrativa
	Santelmo Oliveira - Desenhador

*“Pombal,
entre o ver e o sentir, entre o saber e a tradição,
a metamorfose dos sentidos,
a descoberta de um concelho com história, vida, economia, sustentabilidade e modernidade.”*

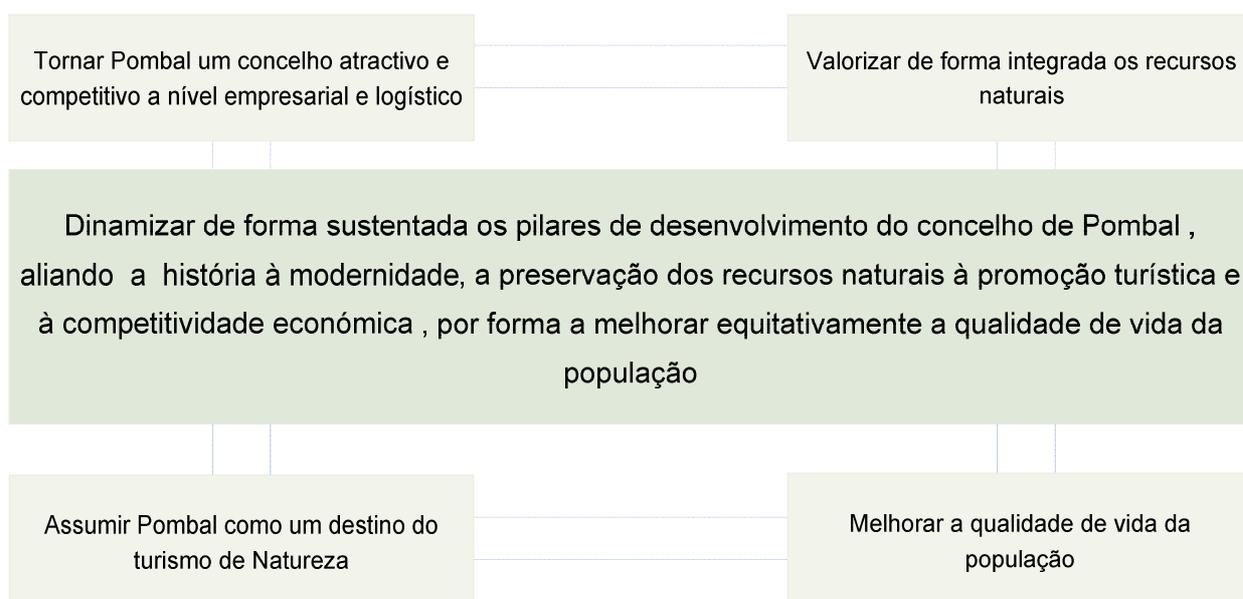
ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	4
2 DIAGNÓSTICO	6
2.1 Caraterização Biofísica	7
2.2 Caraterização Demográfica e socio-económica	15
2.3 Património	18
2.4 Equipamentos de utilização coletiva, infraestruturas e transporte público de passageiros	22
2.5 Paisagem	44
2.6 Ocupação do Território	49
2.7 Ruído	55
2.8 Riscos	57
2.9 Turismo	59
3 OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	62
3.1 Vetores Estratégicos e Linhas de Orientação	67
3.1.1 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS RECURSOS NATURAIS	67
3.1.1.1 Ordenar o solo rural	69
3.1.1.2 Planear, transformar e gerir o solo urbano	72
3.1.1.3 Preservar e valorizar o património cultural e natural	74
3.1.1.4 Prevenir e minimizar riscos	78
3.1.2 POTENCIAR A COMPETITIVIDADE E PULSAÇÃO ECONÓMICA	84
3.1.2.1 Revitalizar o setor agrícola e florestal	85
3.1.2.2 Promover e dinamizar a atividade económica	88
3.1.2.3 Turismo como elemento estruturante	90
3.1.3 EQUIDADE, COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	93
3.1.3.1 Políticas de coesão social	95
3.1.3.2 Valorização e integração profissional	97
3.1.3.3 Optimizar a rede de equipamentos coletivos	98
3.1.3.4 Mais mobilidade e acessibilidades	101
3.1.3.5 Reforço e qualificação das infra-estruturas	103
3.1.3.6 Sustentabilidade ambiental	106
3.1.4 "CO-COOPERATION" INTERMUNICIPAL	108
3.1.4.1 Maximizar a posição geo-estratégica do concelho	109
3.1.4.2 Coesão territorial	110
3.2 Marketing Territorial	111
BIBLIOGRAFIA	114

1 INTRODUÇÃO

O Volume que aqui se inicia apresenta a estratégia de desenvolvimento para o concelho de Pombal, tendo em conta os pontos fortes e pontos fracos e as oportunidades e ameaças que se apresentam ao território concelhio, desenvolvendo-se em duas fases distintas: numa primeira fase, elaboração de um exercício de diagnóstico e prospetiva no qual se desenvolveu uma caracterização sintética e dinâmica do concelho, tendo por objetivo identificar as principais debilidades e potencialidades do mesmo, numa óptica de promoção do desenvolvimento. Com as conclusões obtidas procedeu-se à definição de áreas de atuação estratégica que se materializam em propostas e medidas concretas, resultando na apresentação de uma proposta de desenvolvimento para o concelho ambiciosa mas consciente.

Será então objetivo, tendo por base os princípios subjacentes ao Planeamento Estratégico, definido segundo o Vocabulário do Ordenamento do Território (DGOTDU, 2000), como “ um processo da mudança, baseado numa análise participativa da situação e da evolução previsível e na definição de uma estratégia de utilização dos recursos (...) nos domínios críticos (...), um processo de pensar, equacionar os futuros desejáveis e possíveis para uma entidade Territorial (seja uma região, um concelho ou uma cidade), e de consensualizar as decisões e medidas concretas, prioritárias, que devem ser tomadas desde hoje para que essa entidade seja melhor amanhã”, auferir os principais vetores estratégicos, apoiados por um conjunto de linhas de orientação, por forma a concretizar o grande objetivo deste PDM:



Este objetivo, resultou da análise já apresentada nos estudos de caracterização, relatório de avaliação da execução do PDM95 e reuniões com os executivos camarário e das freguesias, associados ao diagnóstico da situação interna e da envolvente do território apresentados.

A elaboração da presente proposta de planeamento, obrigou à execução sequencial de quatro fases:

1.ª fase – Diagnóstico preliminar e identificação dos temas críticos;

2.ª fase – Elaboração de fichas de diagnóstico por domínio de análise, consubstanciadas pela análise SWOT, que compreende duas sub-fases: o diagnóstico da situação interna do território (análise interna) e o diagnóstico da realidade do território perante a sua envolvente exterior (análise externa);

3.ª fase – Definição das finalidades e dos vetores estratégicos e definição de linhas de orientação estratégica para o território, centradas nos temas considerados essenciais e críticos para a implementação do plano, tomando como referência o objetivo geral;

4.ª fase – Definição de medidas de atuação para cada linha de orientação estratégica, identificando-se também, ações para cada um dos níveis de execução.



Esquema síntese da metodologia adoptada

Transversalmente a todos os vetores estratégicos, irão ser considerados processos de difusão e execução do plano - Marketing Territorial - sendo necessário para este propósito, um contínuo processo de monitorização e avaliação de componentes que se revelam desajustadas.

2 DIAGNÓSTICO

O diagnóstico aqui apresentado permite-nos, para cada um dos setores abordados nos estudos de caracterização, chegar a uma síntese com a avaliação do território nos seus aspetos positivos e negativos, identificar oportunidades e ameaças que se lhe apresentam exteriormente (âmbito regional, nacional e internacional), registar as principais alterações ocorridas durante o período de vigência do PDM95 e identificar ideias-chave associadas a cada domínio em análise, sintetizadas nas fichas a seguir apresentadas.

2.1 Caracterização Biofísica

Domínio de análise: GEOLOGIA

IDEIAS CHAVE:

A geologia é caracterizada de uma forma geral e globalizada, tendo em consideração os vários tempos geológicos presentes na área geográfica do concelho de Pombal

O concelho de pombal está inserido na bacia lusitaniana

Do ponto de vista estrutural a região abrangida por Pombal divide-se em três unidades – de este para oeste- maciço jurássico na extremidade oriental; bacia terciária na parte central e o diapiro de monte real na parte ocidental

Está representado o antropozóico (moderno, pliocénico, plio-pleistocénico indiferenciado (pq));

Está representado o cenozóico (pliocénico marinho, miocénico e paleogénico indiferenciados);

Está representado o mesozóico (cretácico, jurássico)

Existência de grande variedade de rochas sedimentares

Existência de um filão de rochas eruptivas

Paleogeografia e tetónica – grande bacia de sedimentação que nos primeiros tempos do mesozóico se instalou numa enorme fossa tetónica

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

A geologia do concelho de Pombal aquando do pdm95, foi abordada de uma forma muito geral e extremamente sumária, havendo uma forte lacuna de dados geológicos.

Não foi efetuada nenhuma particularização ou análise mais detalhada dos tempos geológicos e/ou das formações geológicas.

PONTOS FORTES:

Existência de carta geológica

Potencialidade em recursos minerais

Potencialidade em recursos hidrogeológicos

Processos geológicos que geraram concentrações anormalmente elevadas de alguns minerais em localizações específicas

Existência de valores naturais e ecossistemas específicos em consequência da geologia desses locais

PONTOS FRACOS:

A geologia é condicionada na sua localização pela própria natureza dos processos geológicos

Alguns tempos geológicos deficientemente caracterizados por falta de informação

OPORTUNIDADES:

Implantação da indústria extrativa

Exploração sustentada dos recursos naturais, minerais e hidrogeológicos, potencializados pela geologia concelhia

Valorização dos ecossistemas naturais, tendo em conta que a geologia é a base de sustentação dos mesmos

AMEAÇAS:

O deficiente aproveitamento dos recursos naturais proporcionados pelas ocorrências geológicas específicas e especiais do concelho

A exploração desenfreada e não sustentada das jazidas minerais

Domínio de análise: HIDROGEOLOGIA

IDEIAS CHAVE:

O concelho de Pombal insere-se na orla mesocenozóica ocidental, que engloba 27 sistemas aquíferos, destes apenas 4 sistemas aquíferos se inserem na delimitação geográfica do concelho

Sistema Aquífero de Leirosa Monte-Real, poroso, multicamada e de produtividade elevada

Sistema Aquífero da Mata do Urso é a designação dada ao Sistema Aquífero Leirosa-Monte Real na área pertencente ao concelho de Pombal, abrangendo parte das freguesias de Carriço e Guia

Sistema Aquífero de Sicó-Alvaizere, cársico e muito heterógeneo

Sistema Aquífero de Ourém, multicamada e predominantemente confinado

Sistema Aquífero de Louriçal, constituído por três subsistemas aquíferos – o subsistema aquífero cretácico (poroso, multicamada, de produtividade média, livre a confinado); o subsistema aquífero miocénico (poroso, semi-confinado a confinado, de produtividade baixa a média); o subsistema aquífero plio-quatérnio

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

O descritor hidrogeologia não foi tratado nem referenciado no pdm95, existindo uma lacuna no referente aos dados hidrogeológicos e à potencialidade aquífera do concelho de Pombal.

PONTOS FORTES:

Grande potencialidade aquífera – existência de recursos hídricos em abundância e com qualidade

A existência de uma grande riqueza em nascentes naturais, exurgências dos sistemas aquíferos caracterizados, algumas das quais apresentando água de boa qualidade

A existência do denominado Sistema Aquífero da Mata do Urso

Riqueza paisagística, biológica e de património natural em zonas de maiores disponibilidades de recursos hídricos, nomeadamente no maciço calcário da Serra de Sicó e na Mata Nacional do Urso

A existência de valores anuais médios de precipitação e escoamento, originando recargas abundantes dos recursos hídricos e renovação das massas de água, conferindo-lhes uma maior capacidade de auto-depuração

PONTOS FRACOS:

Impossibilidade de avaliar atempadamente a perturbação causada nos sistemas aquíferos inferiores pela exploração dos recursos minerais, tanto por desmonte mecânico e/ou por desmonte por dragagem

Localização de dragagens e extração de massas e depósitos minerais em zonas de recursos hidrogeológicos potenciais, nomeadamente na área geográfica abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso

A pressão exercida sobre os recursos hidrogeológicos concelhios, associada à localização e instalação de atividades humanas e económicas

Ausência de mecanismos de controlo e vigilância dos parâmetros hidrogeológicos dos sistemas aquíferos

Inexistência de estudos particularizados para a caracterização da vulnerabilidade da poluição dos sistemas aquíferos

A falta de informação e de estudos hidrogeológicos adequados que contabilizem as reservas hídricas existentes

Existência de um número significativo de indústrias e de explorações agro-pecuárias

A distribuição espacial da população e o tipo de ocupação urbana, em relação à rede hidrográfica e aos sistemas aquíferos, associados a riscos de cheias e poluição

Não existir ainda estendida a todo o território concelhio, a rede de drenagem, tratamento e destino final de águas residuais provenientes de efluentes domésticos e industriais.

OPORTUNIDADES:

Abastecimento público de água em abundância e qualidade

AMEAÇAS:

A possibilidade de contaminação dos sistemas aquíferos decorrente da atividade de exploração de depósitos minerais e de massas minerais

A possibilidade de contaminação dos sistemas aquíferos proveniente de atividades agrícolas e industriais

Riscos de poluição accidental dos sistemas aquíferos/contaminação do meio hídrico por acidentes e/ou por descargas diretas localizadas no solo de resíduos líquidos ou sólidos poluentes – existência de despejos de resíduos em zonas florestais

Outros tipos de poluição antropogénica

O aquecimento global, em resultado do efeito de estufa, com prováveis efeitos hidrológicos muito significativos, aumentando a temperatura média anual e diminuindo a precipitação média anual, propiciando também a ocorrência de possíveis fenómenos de precipitação intensa ou prolongada, dando lugar a situações de cheia e influenciando todo o processo de recarga e descarga dos sistemas aquíferos

Domínio de análise: GEOMORFOLOGIA, HIDROGRAFIA E SOLOS

IDEIAS CHAVE:

Morfologia do concelho

Solos

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Requalificação das margens, ao longo do rio Arunca.

Reforço da estrutura dos túneis que canalizam as linhas de água que atravessam a cidade de Pombal

PONTOS FORTES:

Maciço de Serra de Sicó

Lagoas existentes na Mata do Urso

Elevada percentagem de solos de classe A

Cerca de 35% do concelho é composto por áreas planas

PONTOS FRACOS:

Elevada percentagem de solos de classe F

Prática de atividade agrícola em solos de capacidade de uso agrícola reduzida

O abandono de algumas das atividades ligadas à prática agrícola (olival), principalmente na Serra de Sicó

Poucas acessibilidades para o turismo ligado à natureza, com ausência de vias pedonais e cicláveis

A maioria dos cursos de água, são sazonais (ex. rio Arunca)

OPORTUNIDADES:

Preservação e valorização do património natural, protegendo essencialmente aqueles que marcam a diferença no concelho

Estimular o turismo de natureza, uma vez que o concelho é privilegiado pelas suas características litológicas e geomorfológicas (Serra de Sicó e Mata Nacional do Urso)

Incentivar a pastorícia na Serra de Sicó, como forma de reduzir os combustíveis no que respeita o extrato arbustivo

Aproveitamento dos fluviossolos e aluviossolos associados aos cursos de água para uso agrícola

AMEAÇAS:

Excessivas concessões mineiras (pedreiras), na Serra de Sicó

A elevada vegetação que se encontra nas lagoas pode levar ao seu desaparecimento, principalmente na Lagoa dos Linhos

Incêndios Florestais

Domínio de análise: RECURSOS HIDROGEOLÓGICOS

IDEIAS CHAVE:

Os recursos naturais são elementos da natureza com utilidade para o Homem, utilizados com a finalidade do desenvolvimento da civilização, sobrevivência e conforto da sociedade em geral

Os recursos naturais do concelho de Pombal abordados são recursos geológicos: recursos minerais e recursos hidrogeológicos

O sistema aquífero da Mata do Urso é uma grande reserva de água doce, a partir da qual, o município de Pombal pretende efetuar o futuro abastecimento público de água à totalidade do concelho

O sistema aquífero da Mata do Urso apresenta uma vulnerabilidade elevada à poluição

Foram estabelecidas “medidas preventivas para a área geográfica abrangida pelo sistema aquífero da mata do urso, nas freguesias de Guia e Carriço”

O concelho é rico em nascentes naturais

Os munícipes pombalenses recorrem com frequência a nascentes e fontanários não ligados à rede de distribuição pública de água

A câmara municipal de Pombal monitoriza as nascentes que têm um caudal mais regular e abundante, com uma qualidade de água potável mais constante e por isso mais procuradas pela população concelhia

Proteção da qualidade das águas subterrâneas através da implementação de perímetros de proteção

Perímetros de proteção de captações de águas destinadas ao abastecimento público (furos PS1 e PS2 – Mata Nacional do Urso; furos F1 e F2 – margens do ribeiro do Degolaço; nascente do Ourão; nascente de Anços)

Perímetros de proteção de nascentes associadas a fontanários (fonte da Saúde e fonte das Cinco Bicas; fonte da Charneca; fonte do Casal Velho ou fonte das Boieiras)

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

No PDM95 existiu alguma preocupação no que se refere à proteção do recurso água, nomeadamente a proteção às captações de água potável da Câmara Municipal de Pombal;

Nas condicionantes/servidões e restrições de utilidade pública, verifica-se a indicação no art.º 53.º do regulamento do PDM95, de “servidão de nascentes” aplicável no concelho de Pombal, expressa em pontos de água (furos/nascentes) na carta de condicionantes do PDM95;

O art.º 54.º do regulamento do PDM95 é referente a proteção de nascentes;

Foram definidos perímetros de proteção de nascentes e de captações de grande importância, que definem novos condicionamentos territoriais;

Foram definidos os perímetros de proteção para os furos F1 e F2 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2006 de 28/03);

Foram definidos os perímetros de proteção para os furos PS1 e PS2 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 58/2007 de 24/04);

Foram definidos os perímetros de proteção da nascente de Ourão e efetuado um regulamento de proteção;

Foram definidos os perímetros de proteção da nascente de Anços;

Foram definidos os perímetros de proteção das fontes da saúde e cinco bicas e efetuado um regulamento de proteção;

Foram definidos os perímetros de proteção da fonte da Charneca e efetuado um regulamento de proteção;

Foram definidos os perímetros de proteção da fonte do Casal Velho e efetuado um regulamento de proteção;

As disposições existentes no PDM95 encontram-se desajustadas relativamente ao enquadramento legal subjacente à delimitação de perímetros de proteção de recursos hídricos;

A carta de condicionantes do PDM95 no referente à “servidão de nascentes” encontra-se desajustada relativamente à atual realidade concelhia.

PONTOS FORTES:

O potencial hidrogeológico do Sistema Aquífero da Mata do Urso

Existência de recursos hídricos em abundância e qualidade

A candidatura aprovada com uma taxa de financiamento de 70% relativamente à operação de abastecimento de água integrado a partir do Sistema Aquífero da Mata do Urso (proposta pelo município de Pombal numa candidatura ao eixo II do POVT – programa operacional temático de valorização do território 2007-2013)

Existência de reserva ecológica nacional na área delimitada pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso

O estabelecimento das “medidas preventivas para a área abrangida pelo Sistema Aquífero da Mata do Urso, nas freguesias de Guia e Carriço

O concelho é rico em nascentes naturais

A realização de um programa de monitorização das nascentes concelhias que apresentam uma maior regularidade na qualidade das suas águas, para garantia da saúde pública dos munícipes

Existência do regime florestal total na Mata Nacional do Urso, em 4517,5ha do concelho de Pombal

PONTOS FRACOS:

Ausência de mecanismos de controlo e vigilância dos parâmetros hidrogeológicos do denominado sistema aquífero da Mata do Urso

Não participação do Município na monitorização do sistema aquífero da Mata do Urso

Localização de dragagens para extração de massas e depósitos minerais na área geográfica abrangida pelo sistema aquífero da Mata do Urso

Impossibilidade de avaliar atempadamente a perturbação causada na qualidade da água do Sistema Aquífero da Mata do Urso resultante da exploração dos recursos minerais, tanto por desmonte mecânico e/ou desmonte por dragagem

A pressão exercida sobre o Sistema Aquífero da Mata do Urso associada a todas às atividades industriais instaladas nesse espaço

Não existem estudos nem dados hidrogeológicos que permitam classificar e caracterizar todas as nascentes monitorizadas

Vulnerabilidade elevada à poluição do Sistema Aquífero da Mata do Urso

Muitas empresas / entidades a explorarem água no Sistema Aquífero da Mata do Urso

Não estarem definidos perímetros de proteção para todas as captações de abastecimento público de água

A rede de drenagem, tratamento e destino final de águas residuais provenientes de efluentes domésticos e industriais não cobre todo o concelho

OPORTUNIDADES:

Realização do abastecimento público de água integrado à totalidade do concelho de Pombal, a partir do Sistema Aquífero da Mata do Urso, permitindo uma considerável diminuição dos custos de manutenção do sistema de abastecimento público atual, uma vez que a reduzida produtividade das captações atuais implica a necessidade de um controlo muito apertado sobre o seu estado de conservação com a consequente afetação de meios humanos e materiais

AMEAÇAS:

A exploração não racional nem sustentada dos recursos minerais

A sobre-exploração do Sistema Aquífero da Mata do Urso

A possibilidade de contaminação do Sistema Aquífero da Mata do Urso decorrente da atividade de prospeção e exploração de depósitos minerais e de massas minerais, assim como, de unidades industriais agro-pecuárias

O grande risco existente na contaminação do Sistema Aquífero da Mata do Urso, pelas atividades industriais instaladas, com particular ênfase para a atividade pecuária, extrativa (areias siliciosas e salgema) e a de criação de cavernas e armazenagem de gás natural

Domínio de análise: RECURSOS MINERAIS**IDEIAS CHAVE:**

Os recursos naturais são elementos da natureza com utilidade para o Homem, utilizados com a finalidade do desenvolvimento da civilização, sobrevivência e conforto da sociedade em geral

Os recursos naturais do concelho de Pombal abordados são recursos geológicos: recursos minerais e recursos hidrogeológicos

O concelho de pombal é rico em recursos minerais não metálicos

Existem ocorrências de vários tipos de calcário

Existem ocorrências de argilas comuns e de argilas especiais (argilas especiais de alta qualidade e caulino)

Existem ocorrências de areias comuns, areias especiais e saibros

Existem ocorrências de salgema

Existem ocorrências de linhito

Existência de uma área cativa para efeitos de exploração de argilas especiais com excelentes qualidades refratárias, de grande interesse para a indústria cerâmica - Portaria n.º 448/90, de 16 de Junho

Existência de uma área cativa para efeitos de exploração de argilas especiais cinzentas, usadas como matéria-prima para a indústria de cerâmica branca - Portaria n.º 733/94, de 12 de Agosto

Existência de áreas de reserva no interior das duas áreas cativas definidas, para efeitos de aproveitamento de argilas especiais, que pela sua raridade e reservas limitadas constituem um recurso geológico de especial interesse para a economia regional e nacional – Decreto Regulamentar n.º 31/95, de 22 de Novembro

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Os recursos minerais são condicionados pela própria natureza, não podendo a sua ocorrência ser escolhida ou modificada – verificando-se que no PDM95 não existiu uma correta integração dos recursos minerais e das unidades extrativas nas cartas de ordenamento e de condicionantes;

Lacunas no PDM95 relativas ao reconhecimento da importância dos recursos minerais do concelho de Pombal, sem programação sustentável do espaço mineiro na planificação do ordenamento municipal;

No PDM95 não foram tidas em conta as potencialidades geológicas e minerais do concelho, nem a localização dos recursos minerais potenciais o que levou à dificuldade no acesso aos recursos minerais no concelho de Pombal;

Dificuldades de expansão da atividade extrativa em áreas de recursos minerais potenciais;

Aparecimento de problemas de gestão em áreas de potencial conflito entre os diferentes interesses existentes (maciço calcário da Serra de Sicó e Mata Nacional do Urso).

<p>PONTOS FORTES:</p> <p>Existência de riqueza de jazidas minerais, tanto de massas minerais como de depósitos minerais</p> <p>A importância a nível nacional das jazidas de recursos minerais existentes no concelho de Pombal, comprovadas pela definição de duas áreas cativas no espaço territorial e de áreas de reserva</p> <p>A definição pelo LNEG de áreas potenciais de recursos minerais</p> <p>A classificação dos recursos minerais e a identificação do seu potencial a nível regional e local, como fator de competitividade do território face a outros usos</p>	<p>PONTOS FRACOS:</p> <p>Os recursos minerais são condicionados pela própria natureza, estando localizados onde os processos geológicos geraram concentrações anormalmente elevadas de minerais, não podendo a sua ocorrência ser escolhida ou modificada</p> <p>A falta de informação e de estudos geológicos adequados que contabilizem as reservas de recursos minerais existentes</p> <p>Uma grande parte dos recursos minerais existentes não se integra no domínio público</p> <p>Falta de informação à população concelhia, relativamente à riqueza mineral existente</p> <p>Inexistência de uma metodologia orientadora da integração dos recursos minerais nos instrumentos de ordenamento do território</p>
<p>OPORTUNIDADES:</p> <p>Um elevado potencial geomineiro</p> <p>A conjugação da gestão e preservação dos recursos minerais com a promoção da racionalização do seu uso, proporcionando a satisfação das necessidades das populações, sem comprometer a sua qualidade de vida</p> <p>A exploração racional e sustentada dos recursos minerais</p>	<p>AMEAÇAS:</p> <p>A exploração não racional nem sustentada dos recursos minerais</p>

2.2 Caracterização Demográfica e socio-económica

Domínio de análise: CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

IDEIAS CHAVE:

- Dinâmica de crescimento demográfico influenciada pelo ritmo e sentido dos fluxos migratórios
- Elevado papel da emigração nos movimentos da população
- Dinâmicas populacionais diferenciadas ao nível da freguesia

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

- Evolução populacional de 1991-2001
- Regressão populacional 2001-2011
- Crescimento natural e efetivo negativo

PONTOS FORTES:

- Aumento populacional de +25% da população na cidade de Pombal (1991-2011)
- Aumento populacional (1991-2001)
- Diminuição da taxa de mortalidade infantil

PONTOS FRACOS:

- Diminuição da população residente (2001-2011)
- Duplo envelhecimento da pirâmide etária
- Taxa de crescimento natural negativa
- Aumento da taxa de crescimento migratório (2001-2011)
- Diminuição da natalidade
- Aumento do índice de dependência dos Idosos
- Diminuição do índice de dependência dos jovens
- Perdas populacionais na maior parte das freguesias

OPORTUNIDADES:

- Retorno de população migrante ativa, com retorno de divisas
- As boas acessibilidades existentes poderão atrair e fixar população jovem

AMEAÇAS:

- Nas freguesias mais interiores a falta de incentivos à fixação da população poderão levar a uma diminuição da população residente
- O elevado custo da habitação, poderá reduzir a atratividade do concelho

Domínio de análise: CARATERIZAÇÃO SOCIAL

IDEIAS CHAVE:

Diminuição da taxa de analfabetismo e aumento das habilitações literárias
 Aumento do poder de compra
 Aumento do parque habitacional
 Melhoria das condições de vida das populações

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Diminuição da taxa de analfabetismo
 Acréscimo de 10,9% do n.º de edifícios e 13% do n.º de alojamentos
 Aumento da taxa de atividade (1,4%)
 Aumento da taxa de desemprego (168,8 %)

PONTOS FORTES:

Aumento do poder de compra da população
 População jovem com níveis de instrução mais elevados
 Diminuição da taxa de analfabetismo
 Parque habitacional recente e em boas condições de habitabilidade
 Taxas de cobertura de eletricidade e água canalizada próximos de 100%
 Aumento exponencial da oferta cultural
 Aumento do n.º de licenças concedidas

PONTOS FRACOS:

Taxa de analfabetismo elevada, principalmente na população feminina
 Elevada % de indivíduos que possuem a antiga 4ª classe
 Nível de infra-estruturação dos alojamentos insuficiente em algumas freguesias
 Indicadores de desenvolvimento social inferiores às médias regionais
 Diminuição do n.º de licenças concedidas

OPORTUNIDADES:

Existência na região de recursos humanos qualificados em áreas de considerável especialização
 Melhoria das condições de habitabilidade, fruto do forte investimento municipal em infra-estruturas de abastecimento de água
 Aumento da taxa de atividade fruto da capacidade em atrair/fixar população ativa e entrada de mão-de-obra especializada

AMEAÇAS:

Forte atração exercida por parte de outros concelhos sobre os recursos humanos mais jovens e qualificados do município
 Reduzida % de profissionais de saúde, face à região envolvente

Domínio de análise: CARATERIZAÇÃO ECONÓMICA

IDEIAS CHAVE:

- Aumento da população ativa no setor terciário
- Forte dinâmica empresarial aliada à indústria transformadora e ao comércio a retalho
- Instalação de novos estabelecimentos especializados associados ao setor terciário

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

- Aumento de 9% da população ativa no setor terciário e diminuição de 7% no setor secundário
- Redução da população ativa de 7% para 3% no setor primário
- Redução de aproximadamente 50% da população agrícola e do número de explorações existentes
- Diminuição da população empregada com o 1.º ciclo de ensino básico de 60% em 1988 para 2% no ano 2011

PONTOS FORTES:

- Evolução da estrutura de habilitações e qualificações da população empregada
- Capacidade de atração de população ativa extra-concelhia
- Condições logísticas de acolhimento empresarial
- Capacidade de criação de emprego
- Dinâmica recente dos serviços de apoio à atividade económica
- Dinâmica do setor comércio a retalho
- Vantagens comparativas de indústrias relacionadas com fatores naturais
- Elevados níveis de mecanização
- Aumento da população empregue no setor terciário
- Complementaridade e diversidade industrial
- Diversificação e modernização empresarial
- Atratividade crescente da cidade de Pombal
- Aumento do nível de habilitações e qualificações da população empregada

PONTOS FRACOS:

- População agrícola envelhecida
- Minifúndio e culturas intensivas
- Desvitalização económica e social dos aglomerados/ áreas e atividades rurais
- Baixa escolarização dos agricultores
- Envelhecimento populacional
- Empresas de pequena e média dimensão
- Retração elevada do setor da construção

OPORTUNIDADES:

- Estratégia de atração de empresas de média e elevada intensidade tecnológica
- Capacidade de atração de investimentos exteriores ao concelho
- Capacidade de atração de mão-de-obra residente nos concelhos limítrofes
- Pólo de investimento atrativo ao nível regional e supra-regional
- Existência de procura que estimule o surgimento e desenvolvimento de "serviços âncora"

AMEAÇAS:

- Desinteresse crescente pelas atividades agrícolas
- Forte oferta comercial ao nível de grandes superfícies em concelhos limítrofes
- Conjuntura económica desfavorável

2.3 Património

Domínio de análise: PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

IDEIAS CHAVE:

Património Arquitetónico rico e diversificado

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Beneficiação e recuperação de diversos Imóveis de interesse patrimonial.

Número crescente de projetos e obras promovidas pela autarquia para reabilitação e valorização do património arquitetónico.

Classificação de diversos imóveis de interesse patrimonial

Aumento significativo de Património Arquitetónico Referenciado

PONTOS FORTES:

Passagem do Marquês de Pombal pelo concelho trouxe benefícios ao Património Arquitetónico.

Imóveis com potencial para classificação

Vasto e diversificado património distribuído por todo o concelho

Forte carga histórica e cultural traduzindo-se na existência de vários centros históricos, nomeadamente, Pombal, Abiul, Louriçal e Redinha

PONTOS FRACOS:

Incorreta Reconstrução de alguns edifícios que descaracterizam o existente

Algum edificado devoluto e em ruínas

Degradação de alguns edifícios de valor cultural e patrimonial

Falta de estruturas e meios financeiros para a valorização, manutenção e reabilitação do património

Falta de inventariação e estudo do património

Falta de sensibilização de políticos, técnicos e da população em geral para a importância e a necessidade da salvaguarda deste património

Falta de atividades didático-pedagógicas

Falta de políticas de marketing cultural

OPORTUNIDADES:

Valorização do Património Arquitetónico no âmbito da atividade turística

Dinamizar os centros históricos através da regeneração urbana

Fomentar

AMEAÇAS:

Falta de medidas preventivas para os bens identificados e não classificados

Falta de medidas de proteção que permitam a salvaguarda e reabilitação

Surgimento de intervenções de requalificação pouco sustentáveis relativamente à dignificação do património

Domínio de análise: PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

IDEIAS CHAVE:

Abundância de vestígios arqueológicos no concelho

Falta de Carta Arqueológica que sintetize toda a informação descrita em diversa bibliografia

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Aparecimento de diversa bibliografia sobre novos sítios arqueológicos

Classificação de 1 sítio arqueológico

Aumento significativo de Património Arqueológico Referenciado

PONTOS FORTES:

Simbiose entre a paisagem natural e alguns sítios arqueológicos

Elevado número de achados arqueológicos

PONTOS FRACOS:

Património disperso e com vestígios debilitados, dificultando a sua caracterização

OPORTUNIDADES:

Valorização dos Património Arqueológico no âmbito da atividade turística

Fomentar a aplicação da legislação face às medidas preventivas de destruição de património arqueológico

AMEAÇAS:

Falta de medidas preventivas para os sítios arqueológicos identificados e não classificados

Fenómenos de causas naturais que destroem vestígios descobertos

Domínio de análise: PATRIMÓNIO PALEONTOLÓGICO

IDEIAS CHAVE:

Interesse na vertente científica do património paleontológico

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Inventariada uma jazida de dinossáurios em Andrés, na freguesia de Santiago de Litém

PONTOS FORTES:

Jazida dos Andrés considerada como importante descoberta a nível internacional

Descobertas ossadas em Mouriscas, supondo-se serem de dinossauro com cerca de 35m

PONTOS FRACOS:

Falta de promoção do património paleontológico do concelho

OPORTUNIDADES:

Valorização do Património Paleontológico no âmbito da atividade turística

AMEAÇAS:

Falta de medidas preventivas

Domínio de análise: PATRIMÓNIO NATURAL

IDEIAS CHAVE:

Mata Nacional do Urso/zona costeira e maciço calcário da Serra de Sicó como áreas de grande valor natural no contexto concelhio

Presença de um sistema húmido estruturante Norte/Sul, matas autóctones e árvores de interesse público

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

A maioria do património existente foi integrado nos espaços naturais do PDM95, o que associado a um conjunto de condicionantes (como a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, o Domínio Público Hídrico,...) e demais legislação específica, possibilitou a preservação dos valores naturais, embora o PDM95 não tenha definido propriamente um modelo de gestão e valorização daqueles valores

PONTOS FORTES:

Elementos a integrar na estrutura ecológica municipal

Biodiversidade

Diversidade de paisagens

Património natural como fator de identidade do concelho

Existência de um elevado número de formas cársicas, como, algares, lapas, lapiás, exurgências, buracas e canhões fluviocársicos que conferem ao maciço calcário da Serra de Sicó uma grandiosidade paisagística e natural, com interesse científico, educativo e cultural

PONTOS FRACOS:

Estrutura ecológica da paisagem indefinida

Atividades antrópicas desordenadas e ecologicamente não amigas do ambiente

Ausência de medidas eficazes de proteção e de valorização do património natural

Falta de cartografia e informação sobre os valores naturais, bem como das dinâmicas dos vários intervenientes da paisagem

OPORTUNIDADES:

Proteção e valorização do património natural

Sensibilização ambiental

Desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo de natureza/recreio

Constituição uma rede de monumentos naturais, com o intuito de promover a salvaguarda, divulgação e eventual visitação.

AMEAÇAS:

Destruição / empobrecimento da biodiversidade/património natural

Falta de atuação no sentido de melhorar/resolver o desordenamento e más práticas ecológicas resultantes das atividades antrópicas

Descaraterização da paisagem provocada pela destruição dos sistemas naturais da paisagem

Invasão de espécies exóticas

2.4 Equipamentos de utilização coletiva, infraestruturas e transporte público de passageiros

Domínio de análise: EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

IDEIAS CHAVE:

O ensino secundário é ministrado em 5 freguesias (Pombal, Guia, Redinha, Meirinhas e Louriçal)
Estabelecimentos onde é lecionada a educação pré-escolar e o ensino básico do 1.º ciclo em todas as freguesias
Funcionamento de centros escolares em 7 freguesias

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Existência em todas as freguesias de, pelo menos, um estabelecimento onde é lecionada a educação pré-escolar
Encerramento de diversos estabelecimentos onde era lecionado o 1.º ciclo do ensino básico e a educação pré-escolar
Obras de requalificação em diversos estabelecimentos de ensino
Requalificação e modernização da Escola Secundária de Pombal
Centros Escolares em funcionamento em 7 freguesias
Construção de um estabelecimento de Ensino Técnico-Profissional (ETAP – Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal), na freguesia de Pombal
Criação e implementação da Carta Educativa de Pombal
Criação de 3 agrupamentos de escolas (Agrupamento de Escolas da Guia, Agrupamento de Escolas Gualdim Pais e Agrupamento de Escolas de Pombal), para uma melhor gestão da rede escolar

PONTOS FORTES:

Existência da Carta Educativa de Pombal, que inclui a Caracterização e Diagnóstico da Rede Educativa do Município de Pombal e Proposta de Reordenamento da mesma
Existência de equipamentos de educação que abrangem vários graus de ensino
Existência em todas as freguesias de, pelo menos, um estabelecimento de educação pré-escolar e de um estabelecimento de ensino do 1.º ciclo
O estado geral de conservação dos equipamentos de educação é bom
Existência de 3 agrupamentos de escolas (Agrupamento de Escolas da Guia, Agrupamento de Escolas Gualdim Pais e Agrupamento de Escolas de Pombal), para uma melhor gestão da rede escolar
Cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) em diversos estabelecimentos de ensino
Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) em vários estabelecimentos de ensino
Cursos de Especialização Tecnológica (CET), na ETAP, em parceria com o IPL – Instituto Politécnico de Leiria
Melhoria gradual das instalações do parque escolar existente
Existência de rede de transportes escolares
Existência de serviços de apoio à família (em algumas localidades) no âmbito da educação Pré-escolar e ensino básico do 1.º Ciclo

PONTOS FRACOS:

Taxa de ocupação máxima em alguns estabelecimentos de ensino Pré-escolar

<p>Inovação Tecnológica em diversos estabelecimentos de ensino</p> <p>Quase todos os estabelecimentos de educação Pré-escolar possuem taxas de ocupação aceitável, havendo cada vez menos listas de espera</p>	
<p>OPORTUNIDADES:</p> <p>Qualificação do Parque Escolar, aproveitando os fundos de apoio do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional</p> <p>Cursos Profissionais a serem leccionados em diversos estabelecimentos</p> <p>Previsão de crescimento do número de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar, de acordo com o previsto na Carta Educativa</p> <p>Qualificação do parque escolar</p> <p>Adaptação da Carta Educativa de Pombal ao Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar</p> <p>Aproximar os equipamentos de desporto aos equipamentos de educação</p> <p>Adaptar os edifícios escolares sem utilização a outras funções</p> <p>Procura da população adulta em obter mais qualificações</p> <p>Continuidade da política de abertura de Centros Escolares</p> <p>Adaptação das respostas sociais face às características geográficas do concelho, às tendências demográficas atuais e às políticas sociais e educativas de âmbito supraconcelhio</p> <p>Reforço das parcerias entre várias instituições</p>	<p>AMEAÇAS:</p> <p>Abandono dos edifícios escolares que deixam de estar em funcionamento</p> <p>Criação de Centros Escolares faz com que haja maior fixação da população nas suas proximidades e consequente desertificação dos locais sem equipamentos de educação</p> <p>Elevados custos de manutenção</p> <p>Restrições orçamentais</p>

Domínio de análise: EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

IDEIAS CHAVE:

Notório aumento de disponibilidade de equipamentos de desporto em todas as freguesias
 Concentração e maior diversidade de equipamentos de desporto na freguesia de Pombal
 Forte investimento público na conservação e manutenção dos equipamentos desportivos existentes

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Aumento do n.º de equipamentos desportivos em todas as freguesias
 Aumento da diversidade de modalidades desportivas
 Construção de Pavilhões Gimnodesportivos em diversas freguesias
 Utilização planeada de uma Pista Coberta para atletismo no Expocentro
 Existência de uma Pista de Atletismo no Estádio Municipal de Pombal

PONTOS FORTES:

Aumento do n.º de equipamentos desportivos em todas as freguesias
 Elevada dotação de equipamentos de desporto na generalidade do concelho
 Existência de Piscinas Cobertas em 3 freguesias
 Pista de Atletismo no Estádio Municipal de Pombal

PONTOS FRACOS:

Falta de manutenção de alguns equipamentos, que afeta o bom funcionamento dos mesmos
 Mau estado de conservação de alguns equipamentos
 Dispersão de equipamentos
 Carência de algumas tipologias de equipamentos
 Ausência de qualquer Piscina Municipal de Ar Livre
 Falta de interação/coordenação entre os diversos equipamentos existentes
 Falta de elaboração de Carta Desportiva de Pombal
 Lacuna em alguns equipamentos de desporto, em conformidade com as normas da DGOTDU

OPORTUNIDADES:

Maior predisposição da população para a atividade física
 Tendência crescente para a prática de uma maior diversidade de modalidades
 Dinamismo das freguesias na construção de equipamentos diversos de apoio à população
 Importância das associações e coletividades na promoção da prática desportiva
 Optimização dos equipamentos existentes
 Aposta na qualidade, em detrimento da quantidade
 Melhoria dos equipamentos existentes (dotação de balneários, ...)
 Elaboração e implementação da Carta Desportiva de Pombal
 Aproximar os equipamentos de desporto aos equipamentos de educação
 Construção de uma Piscina Municipal de Ar Livre
 Construção de Pequenos Campos de Jogos
 Criar sinergias entre Associações, Coletividades e Freguesias, no sentido da optimização da localização dos equipamentos de desporto
 Articulação inter-institucional

AMEAÇAS:

Elevados custos de manutenção, o que leva ao abandono de alguns equipamentos
 Restrições orçamentais

Domínio de análise: EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

IDEIAS CHAVE:

Um Hospital Distrital na freguesia de Pombal, que funciona como 1.ª linha de intervenção em situação de emergência/urgência referente a todas as Extensões de Saúde do concelho e como hospital de referência para algumas consultas

No hospital funciona o nível de urgência básica, do tipo geral, e tem como área de influência as freguesias de Degraçias, Pombalinho e Soure, do concelho de Soure e ainda os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pombal

Um Centro de Saúde na freguesia de Pombal (adjacente ao Hospital)

Inserção do Centro de Saúde de Pombal no ACES do Pinhal Litoral

Existência de, pelo menos, uma Extensão de Saúde por freguesia

Integração do Hospital Distrital de Pombal no Centro Hospitalar de Leiria-Pombal (EPE), constituído pelo Hospital Distrital de Pombal e pelo Hospital de Santo André, em Leiria

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Obras de ampliação e beneficiação do Hospital Distrital de Pombal

Obras de beneficiação do Centro de Saúde de Pombal

Implementação de, pelo menos, uma Extensão de Saúde em cada freguesia

Aumento do n.º de farmácias, estando quase todas as freguesias providas com uma

Instalação de diversas clínicas e policlínicas, consultórios médicos e laboratórios de análises clínicas privadas, em complemento dos serviços públicos

PONTOS FORTES:

Hospital Distrital de Pombal, a funcionar como 1.ª linha de intervenção em situação de emergência/urgência referente a todas as Extensões de Saúde do concelho e como hospital de referência para algumas consultas

No hospital funciona o nível de urgência básica, do tipo geral, e tem como área de influência as freguesias de Degraçias, Pombalinho e Soure, do concelho de Soure, e ainda os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pombal

Um Centro de Saúde na freguesia de Pombal (adjacente ao Hospital)

Pelo menos, uma Extensão de Saúde por freguesia

Existência de Farmácias ou Postos de Medicamentos em quase todas as freguesias

Elevada presença de um conjunto de serviços de saúde privados no concelho

Progressiva melhoria das instalações das extensões de saúde

PONTOS FRACOS:

As extensões de Saúde não têm instalações próprias, encontrando-se instaladas, a maioria delas, nos edifícios sede das Juntas de Freguesia

Inadequação de algumas instalações dos serviços (Extensões) de Saúde

OPORTUNIDADES:

Alteração da política governamental referente às extensões de saúde, com a implementação de unidades de saúde familiar

Dotação de instalações próprias, com as devidas condições de funcionamento, para todas as Extensões de Saúde

Criar uma rede de transporte de doentes, em parceria com as freguesias

AMEAÇAS:

Envelhecimento da população que acresce novas necessidades ao nível dos cuidados de saúde

Domínio de análise: EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

IDEIAS CHAVE:

Aumento da oferta de respostas sociais em todas as freguesias e em diversas valências

Elevado envelhecimento da população que, em conjunto com as atuais dinâmicas sociais levou ao aumento da procura das diversas valências destinadas a Idosos

Aumento da procura de Creches e ATL

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Aumento da capacidade de resposta a Idosos e a Crianças e Jovens

Existência de um Plano de Desenvolvimento Social do Concelho

PONTOS FORTES:

Diversidade de respostas sociais

Bom estado de conservação da grande maioria dos equipamentos

Existência de uma instituição (CERCIPOM) com experiência adquirida no domínio da população com deficiência

Existência do Diagnóstico Social de Pombal, como documento fundamental na construção do Plano de Desenvolvimento Social do concelho

PONTOS FRACOS:

Taxas de ocupação muito elevadas para alguns equipamentos, traduzidas em listas de espera, em particular para as respostas sociais de Lar de Idosos

Taxas de ocupação máximas em diversos equipamentos destinados a Crianças

Deficiente cobertura territorial de algumas respostas sociais, nomeadamente para a população idosa/dependente

Inexistência de qualquer equipamento destinado a Cuidados Continuados de Saúde

Carência de respostas sociais para as crianças que frequentam o 1.º Ciclo (ATL)

Deficiente cobertura no concelho de respostas sociais para a população idosa/dependente

Falta de estruturas de apoio na prestação de cuidados de saúde mental

Falta de Centros de Noite

Taxa de ocupação de cerca de 100% na CERCIPOM (instituição de apoio a crianças e jovens com deficiência e à população adulta com deficiência)

Nível de atendimento deficiente em sistemas de apoio domiciliário

OPORTUNIDADES:

Aumento do n.º de equipamentos para suprir as lacunas atuais (Centros de Noite, Cuidados continuados, ...)

Crescente aposta no Apoio Domiciliário, essencial à manutenção da qualidade de vida dos utentes, em particular dos idosos

Crescente procura de diversos tipos de respostas sociais

Articulação inter-institucional

Optimização dos recursos existentes

Dinamismo e interação das freguesias na construção de diversos equipamentos de apoio à população

Alterações nas relações familiares e dinâmica social, determinando um forte crescimento da procura aos equipamentos de apoio aos idosos

Necessidades na resposta da capacidade dos Lares de

AMEAÇAS:

Envelhecimento da população associado a um aumento da procura dos serviços de saúde ligados à 3.ª Idade

Elevadas taxas de ocupação em algumas valências, ou mesmo os 100%, o que deixa antever que poderá haver pessoas que não têm acesso a algumas respostas sociais.

Aumento das situações de desemprego, que leva à indisponibilidade monetária para a usufruição dos equipamentos de natureza privada.

Elevados custos de manutenção

Restrições orçamentais

<p>Idosos face à procura</p> <p>Reorganização das respostas sociais, tendo em consideração as características geográficas do concelho, as tendências demográficas atuais e as políticas sociais de âmbito concelhio</p> <p>Crescente procura de diversos tipos de respostas sociais</p> <p>"Peso" dos equipamentos de natureza privada</p> <p>Articulação inter-institucional</p>	
---	--

Domínio de análise: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO CIVIL

IDEIAS CHAVE:

O concelho é servido pela PSP, GNR, GIPS, Bombeiros Voluntários e Proteção Civil

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Novas instalações para os Bombeiros Voluntários, em Pombal, Albergaria dos Doze e Guia
 Criação do Serviço de Proteção Civil, na Câmara Municipal
 Criação do Plano Municipal de Emergência
 Criação do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios

PONTOS FORTES:

Construção e melhoria de Equipamentos de Segurança Pública
 Existência do Plano Municipal de Emergência
 Existência do Plano de Emergência Externo da REN-Armazenagem
 Existência do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios
 Melhoria da cobertura territorial, ao nível dos Bombeiros Voluntários, através da criação do destacamento do Oeste

PONTOS FRACOS:

Má localização do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Pombal (em caso de cheias)
 Falta de articulação entre as diversas instituições

OPORTUNIDADES:

Melhoria da cobertura territorial, ao nível da Segurança Pública
 Afirmação do Serviço Municipal de Proteção Civil, através da criação do Centro Municipal de Proteção Civil
 Articulação inter-institucional

AMEAÇAS:

Elevados custos de manutenção
 Restrições orçamentais

Domínio de análise: EQUIPAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IDEIAS CHAVE:

Disponibilidade dos serviços de Finanças, Tribunal, Segurança Social e Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, na cidade de Pombal

Existência de 2 balcões da Segurança Social fora da sede de concelho, um na freguesia do Carriço, e outro na freguesia do Louriçal

Existência de um balcão do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, na cidade de Pombal

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Entrada em funcionamento das Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial nas mesmas instalações

Entrada em funcionamento de diversos equipamentos afetos à Câmara Municipal (Serviços Técnicos, Arquivo Municipal, ...) em espaços pensados e edificados de raiz para o efeito

PONTOS FORTES:

Funcionamento das Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial nas mesmas instalações

Existência de 2 balcões da Segurança Social fora da sede de concelho, um na freguesia do Carriço, e outro na freguesia do Louriçal

Existência de um balcão do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) na cidade de Pombal

PONTOS FRACOS:

Instalações nem sempre acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada

Falta de concentração de serviços

Falta de articulação entre as instituições

OPORTUNIDADES:

Concentração de todos os serviços num só edifício (Finanças, Conservatórias, Segurança Social, ...)

Articulação entre instituições

Articulação inter-institucional

AMEAÇAS:

Elevados custos de manutenção

Restrições orçamentais

Domínio de análise: EQUIPAMENTOS DE CULTURA E TEMPOS LIVRES

IDEIAS CHAVE:

- Quase todas as freguesias com “Espaço Internet”
- Diversidade de clubes culturais e desportivos e respetivas atividades, em todas as freguesias
- Parques de merendas e/ou de lazer em quase todas as freguesias
- Implementada a Rede de Bibliotecas Escolares

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

- Executada a Biblioteca Municipal, na freguesia de Pombal
- Executado o Centro Cultural de Pombal e o Museu de Arte Popular, na freguesia de Pombal
- Executado Museu Municipal Marquês de Pombal, na freguesia de Pombal
- Implementação de Espaços Internet – postos de utilização gratuita acessíveis a todos os grupos sociais – em quase todas as freguesias do concelho
- Aumento do n.º de associações e coletividades existentes no concelho
- Aumento da disponibilidade de atividades prestadas pelas associações e coletividades à população
- Aumento do n.º de museus e salas de exposições
- Implementação de bibliotecas escolares em diversas escolas
- Estação de serviço para Auto-caravanas em Vermoil
- Reconstrução e dinamização do Cine-Teatro de Pombal

PONTOS FORTES:

- Equipamentos culturais de relevo no contexto económico e social do concelho
- Rede de bibliotecas escolares implementada nos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Diversidade de clubes culturais e desportivos e respetivas atividades
- Existência de espírito associativo
- Publicação mensal de Agenda Municipal com a divulgação de eventos culturais, recreativos e desportivos por todo o concelho
- Diversos eventos desenvolvidos ao longo do ano, nas mais diversas atividades
- Oferta de vários espaços públicos de acesso à internet (Espaços Internet e Zonas Wireless)

PONTOS FRACOS:

- Fraca adesão da população às atividades culturais
- Equipamentos culturais insuficientemente aproveitados

OPORTUNIDADES:

- Maior predisposição da população para as atividades culturais e de ocupação de tempos livres
- Promoção turística e cultural do território
- Valorização da cultura local e do património construído
- Dinamismo e interação das freguesias na construção de equipamentos diversos de apoio à população
- Criação de novos museus e espaços culturais
- Articulação inter-institucional

AMEAÇAS:

- Falta de meios financeiros e humanos nas associações e coletividades existentes
- Elevados custos de manutenção dos equipamentos
- Dificuldade de obtenção de recursos económicos/financeiros
- Mau estado de conservação de algumas instalações associativas
- Falta de articulação entre as Instituições
- Pouca rentabilização dos recursos culturais e recreativos
- Restrições orçamentais

Domínio de análise: OUTROS EQUIPAMENTOS (CEMITÉRIOS, MERCADOS E FEIRAS, VÁRIOS)

IDEIAS CHAVE:

- Pelo menos um cemitério por freguesia
- Diversas feiras e mercados difusos pelas diversas freguesias do concelho

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

- Todas as freguesias têm, pelo menos, um cemitério
- Um Centro de Recolha Animal (canil municipal)
- Cooperativas de apoio aos agricultores
- Construção da Expocentro
- Operacionalização do Centro de Meios Aéreos na Pista de Ultra-leves

PONTOS FORTES:

- Todas as freguesias têm, pelo menos, um cemitério
- Um centro de recolha animal (canil municipal)
- Cooperativas de apoio aos agricultores
- Associação de desenvolvimento e iniciativas locais (ADILPOM)
- Associação de Industriais do Concelho de Pombal
- Expocentro
- Centro de Meios Aéreos

PONTOS FRACOS:

- Falta de articulação entre as instituições
- Necessidade de construção e ampliação de alguns cemitérios
- Abandono de algumas feiras e mercados

OPORTUNIDADES:

- Articulação inter-institucional

AMEAÇAS:

- Elevados custos de manutenção de alguns equipamentos
- Restrições orçamentais

Domínio de análise: SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

IDEIAS CHAVE:

100% da população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, de acordo com o “Anuário Estatístico da Região Centro 2008”

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

100% da população servida por sistemas públicos de abastecimento de água

Melhoria significativa dos Sistemas de Abastecimento de Água

PONTOS FORTES:

A generalidade dos sistemas existentes apresenta um bom funcionamento

Boa qualidade da água disponível para consumo humano

Gestão do sistema de abastecimento feita pelo Município

PONTOS FRACOS:

Falhas muito pontuais no abastecimento, essencialmente no Verão

OPORTUNIDADES:

Implementar a Área de Reserva Estratégica de Abastecimento de Água na Mata Nacional do Urso

Projeto de Abastecimento de Água integrado a partir da captação da Mata Nacional do Urso

Monitorização dos sistemas

Diminuição da % de perdas de água

Sistema de controlo de rega de espaços verdes públicos

Existência e possibilidade de articulação de mecanismos de financiamento

AMEAÇAS:

Deterioração dos sistemas existentes, quer ao nível da rede, quer ao nível dos equipamentos

Elevados custos de manutenção dos sistemas

Restrições orçamentais

Domínio de análise: SISTEMAS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

IDEIAS CHAVE:

Melhoria significativa da cobertura do Sistema Público de Saneamento Básico

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Em 2006 apenas 30% da população se encontrava servida por Sistemas de drenagem de águas residuais, de acordo com o "Anuário Estatístico da Região Centro 2008"

PONTOS FORTES:

A generalidade das ETAR's apresentam um bom funcionamento

A generalidade dos sistemas existentes apresenta um bom funcionamento

Gestão do sistema de saneamento feita pelo Município

PONTOS FRACOS:

Partes significativas do concelho sem Sistema de Drenagem de Águas Residuais

Níveis de atendimento às populações em quantidade e qualidade que ainda não atingem plenamente os padrões de qualidade de vida e proteção ambiental exigíveis numa sociedade moderna e desenvolvida

OPORTUNIDADES:

Dotar toda a população com rede de saneamento básico

Existência e possibilidade de articulação de mecanismos de financiamento

Reutilização de águas residuais tratadas em usos compatíveis

Tratamento de efluentes provenientes da atividade industrial em sistemas de tratamento autónomos

AMEAÇAS:

Deterioração dos sistemas existentes, quer ao nível da rede, quer ao nível dos equipamentos

Elevados custos de manutenção dos sistemas

Restrições orçamentais

Domínio de análise: SISTEMAS DE DEPÓSITO, RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

IDEIAS CHAVE:

Implementação da recolha de resíduos recicláveis

O município de Pombal está integrado no Sistema Multimunicipal da Alta Estremadura (SMAE), em regime de concessão exclusiva, à Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Concessão a empresa externa da recolha de lamas das ETAR's

Agenda 21 Local

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

A Lixeira Municipal de Pombal foi selada e os resíduos produzidos no concelho passaram a ser tratados no Aterro Sanitário de Leiria (resíduos não recicláveis) ou encaminhados para reciclagem (resíduos recicláveis)

Constituída a Estação de Transferência de Pombal, na antiga lixeira

PONTOS FORTES:

Limpeza urbana bastante satisfatória

Estratégias de sensibilização e formação ambiental junto da população

Distribuição de ecopontos por todas as freguesias

Acordo inter-municipal tendo em vista a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

Eliminação de “pontos negros” de depósitos ilegais de resíduos (monos, sucatas, resíduos de construções, ...)

Exterminação de sucatas e de lixeiras

Aumento significativo da quantidade de resíduos recolhidos separadamente

PONTOS FRACOS:

Falta de pontos de recolha

Dependência externa do concelho no que diz respeito ao tratamento de resíduos

OPORTUNIDADES:

Maior sensibilização da população para a reciclagem e separação de resíduos

Existência e possibilidade de articulação de mecanismos de financiamento

Solução de depósito e tratamento de Resíduos de Construção e Demolição

Elaboração de um Plano para a Sustentabilidade Ambiental do concelho

Valorização económica de resíduos

Participação de Pombal no Projeto ECO XXI

AMEAÇAS:

Restrições orçamentais

Domínio de análise: REDE RODOVIÁRIA**IDEIAS CHAVE:**

Atravessamento do concelho por importantes vias rodoviárias [IP1(A1), IC1(A17), IC2(EN1), IC8 (inclui A34 entre o IP1(A1) e o IC2(EN1)) e EN109]

Rápida e boa acessibilidade aos principais centros urbanos e industriais nacionais

Eficiente rede interna de estradas

Bons acessos concelhios e supra-concelhios

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Entrada em funcionamento de toda a extensão do IC8 no concelho, bem como das suas ligações ao IC1(A17), ao IC2/EN1, ao IP1(A1) e às diversas Estradas e Caminhos Municipais

Beneficiação das Estradas Nacionais que foram desclassificadas com os PRN85 e PRN2000, e que passaram para o domínio da Câmara Municipal

Beneficiação e pavimentação de diversas Estradas e Caminhos Municipais, assim como de algumas Estradas Florestais e Caminhos Rurais

Beneficiação de algumas pontes pedonais e rodoviárias

Construídas diversas passagens aéreas e subterrâneas para atravessamento pedonal e rodoviário das linhas ferroviárias existentes no concelho, essencialmente na Linha do Norte

PONTOS FORTES:

Boa acessibilidade aos principais centros urbanos e industriais nacionais

Rede municipal, na generalidade, em bom estado de conservação

Projeto de Mobilidade Sustentável, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente

PONTOS FRACOS:

Deficiente acessibilidade às sedes de freguesia situadas a Sul (Vermoil, Santiago de Litém, S. Simão de Litém, Albergaria dos Doze)

Inexistência de um sistema de monitorização da rede viária municipal

Constituição de uma faixa/corredor de servidão/restricção, nas vias pertencentes à rede nacional

Dificuldades de circulação na cidade

Dificuldades de circulação em alguns pontos do IC2(EN1) e da EN109, devido, essencialmente, aos atravessamentos de localidades

Insuficiente n.º de circulares urbanas com consequências graves, na presença de tráfego pesado nos principais aglomerados

OPORTUNIDADES:

Atravessamento do concelho por importantes vias rodoviárias

Necessidade de um sistema de monitorização da rede viária municipal

Qualificação da sinalização rodoviária

Diminuição de pontos críticos

Diminuição do tráfego de pesados nos principais aglomerados

AMEAÇAS:

Elevados custos de manutenção da rede

Restrições orçamentais

Domínio de análise: REDE FERROVIÁRIA

IDEIAS CHAVE:

Atravessamento do concelho por importantes vias ferroviárias, a Linha do Norte e a Linha do Oeste

Existem diversas estações e apeadeiros ao longo das Linhas

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Melhoria das condições das estações e apeadeiros

Execução de diversas passagens pedonais e rodoviárias nas interseções da Linha do Norte com o IC2(EN1) e com outras vias

PONTOS FORTES:

Modernização da Linha do Norte

PONTOS FRACOS:

Constituição de uma faixa/corredor de servidão/restrição

Ausência de investimentos na modernização da Linha do Oeste

OPORTUNIDADES:

Requalificação da Linha do Oeste

AMEAÇAS:

Restrições orçamentais

Domínio de análise: REDE ELÉTRICA

IDEIAS CHAVE:

Todo o concelho coberto por Rede Elétrica

Rede de Muito Alta Tensão entre Lavos e Batalha

10 aerogeradores, produtores de 20MW cada, na Serra de Sicó

Linhas de Alta e Muito Alta Tensão que constituem servidão no concelho: 400kV, entre Lavos e Rio Maior, entre Lavos e Batalha e entre Mogofores e Batalha; 220kV, entre Pereiros e Batalha (I) e Pereiros e Batalha (II)

Central de cogeração no Carriço que produz, conjuntamente, calor e eletricidade, a partir da queima de gás natural

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Instalação de rede de Muito Alta Tensão entre Lavos e Batalha

Instalação de 10 aerogeradores, produtores de 20MW cada, na Serra de Sicó

Linhas de Alta e Muito Alta Tensão que constituem servidão no concelho são: de 400kV, entre Lavos e Rio Maior, entre Lavos e Batalha e entre Mogofores e Batalha; de 220kV, entre Pereiros e Batalha (I) e Pereiros e Batalha (II)

Instalação de uma Central de Cogeração no Carriço que produz, conjuntamente, calor e eletricidade, a partir da queima de gás natural

PONTOS FORTES:

Cobertura da Rede Elétrica na totalidade do concelho

PONTOS FRACOS:

Algumas falhas em situações muito pontuais e no Inverno

Falta de um sistema de monitorização da rede elétrica municipal

Constituição de uma faixa/corredor de servidão/restricção nas linhas de Muito Alta, Alta e Média tensão

OPORTUNIDADES:

Implementação de linhas subterrâneas nos centros urbanos

Substituição das linhas existentes por cabos

Criação de um sistema de monitorização da rede elétrica municipal

AMEAÇAS:

Tendência crescente para o consumo de energia elétrica

Dependência externa ao nível energético

Restrições orçamentais

Domínio de análise: REDE DE TELECOMUNICAÇÕES E SERVIDÕES RADIOELÉTRICAS

IDEIAS CHAVE:

Elevada cobertura de telecomunicações móveis em todo o concelho

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Existência de um feixe hertziano que atravessa o concelho nas freguesias da Guia e do Carriço, com servidão radioelétrica
Aumento de Instalações de Telecomunicações Móveis em todo o concelho

PONTOS FORTES:

Aumento do n.º de utilizadores de telecomunicações móveis
Elevado grau de cobertura da rede de telecomunicações

PONTOS FRACOS:

Nem todo o concelho tem cobertura total de telecomunicações móveis
Constituição de uma faixa/corredor de servidão/restricção da servidão radioelétrica

OPORTUNIDADES:

Surgimento de novos operadores
Surgimento de novos mercados
Constituição de parcerias estratégicas
Crescente incorporação de software

AMEAÇAS:

Restrições orçamentais

Domínio de análise: GÁS NATURAL

IDEIAS CHAVE:

Instalação de um ativo de armazenamento subterrâneo na freguesia do Carriço
 Existência de duas estações de Pressão e Medição (GRMS), uma na freguesia de Pombal e outra na do Carriço
 Central de Cogeração na freguesia do Carriço
 Estação de Seccionamento no limite do concelho com o concelho de Soure

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Instalação de um ativo de armazenamento subterrâneo na freguesia do Carriço
 Existência de duas estações de Pressão e Medição (GRMS), uma na freguesia de Pombal e outra na do Carriço
 Central de Cogeração na freguesia do Carriço
 Estação de Seccionamento no limite do concelho com o concelho de Soure

PONTOS FORTES:

Existência de rede de Gás Natural no principal aglomerado urbano da sede de concelho

PONTOS FRACOS:

A rede de distribuição de gás natural no concelho cinge-se apenas às freguesias do Carriço e de Pombal
 Constituição de uma faixa/corredor de servidão/restrição
 Excessiva dispersão da população e das atividades económicas, dificultando a sua ligação à rede de Gás Natural

OPORTUNIDADES:

Reservatórios de Gás Natural em terrenos adjacentes à Mata Nacional do Urso

AMEAÇAS:

Restrições orçamentais

Domínio de análise: EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

IDEIAS CHAVE:

- Sinalização a LED em semáforos e passadeiras
- AQS instalado em Centros Escolares
- 10 aerogeradores, produtores de 20MW cada, na Serra de Sicó

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

- Instalação de Iluminação Pública a LED
- Sinalização a LED em semáforos e passadeiras
- AQS instalado em Centros Escolares
- 10 aerogeradores, produtores de 20MW cada, na Serra de Sicó

PONTOS FORTES:

- Existência de recursos energéticos endógenos distribuídos significativos: Sol, Vento, Ondas, Biomassa
- Percepção crescente do impacto económico da utilização de energia
- Percepção crescente do impacto ambiental negativo da utilização das energias fósseis
- Facilidade de acesso às redes de transporte e distribuição de combustíveis (incluindo gás natural) e eletricidade
- Condições naturais para a produção de energias renováveis

PONTOS FRACOS:

- O aproveitamento solar térmico em edifícios para aquecimento de águas tem pouca expressão face ao potencial económico
- Elevada dependência de combustíveis ou eletricidade baseada em combustíveis fósseis
- Falta de cadastro para a área florestal do concelho e de áreas abandonadas com potencial para o aproveitamento de biomassa
- Falta de uma rede de recolha e armazenamento de biomassa
- Elevado investimento inicial, principalmente no que diz respeito às instalações fotovoltaicas

OPORTUNIDADES:

- O aproveitamento solar para produção de eletricidade com ligação à rede (fotovoltaico e solar térmico) embora ainda não seja competitivo, tem excelentes perspetivas a longo prazo
- Potencial área afeta à Energia das Ondas
- Conjuntura política favorável à implementação/aproveitamento de energias alternativas
- Existência e possibilidade de articulação de mecanismos de financiamento
- Melhoria da eficiência energética em edifícios municipais e espaço público
- Potencial efeito dinamizador das energias endógenas e da eficiência sobre a atividade económica e o emprego
- Crescente consciência ambiental favorece a abertura à participação das populações na promoção das energias endógenas e da eficiência energética
- Ampliação do parque eólico existente
- Aproveitamento do potencial elevado de biomassa nas matas da Região, incluindo o aproveitamento de zonas incultas e abandonadas
- Frota municipal de veículos movidos a combustíveis alternativos e de veículos elétricos

AMEAÇAS:

- Reduzida percepção das novas ligações energia-ambiente-economia ao nível descentralizado
- Pressão sobre os mercados internacionais de combustíveis fósseis
- Menor sensibilização à problemática energético-ambiental dos decisores locais
- Percepção porventura demasiado conservacionista do ambiente
- Intermitência do recurso (vento) limita a potência máxima a ser integrada na rede elétrica
- Impacts ambientais das torres eólicas (por exemplo: sonoras, visuais)
- Restrições orçamentais

<p>Instalação de postos de carregamento de veículos elétricos</p> <p>Supressão de todas as lâmpadas de mercúrio existentes na iluminação pública, por lâmpadas de sódio</p> <p>Produção de Biogás, nas ETAR's e nas explorações pecuárias</p> <p>Elaboração de um Plano para a Sustentabilidade Ambiental do concelho</p>	
---	--

Domínio de análise: TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO

IDEIAS CHAVE:

O Transporte Público Rodoviário no concelho é assegurado por diversas ligações: Internacionais, Nacionais, Inter Urbanas, Concelhias e Urbanas

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Implementação de Transportes Urbanos – POMBUS, na cidade de Pombal
Oferta de transporte supra regional e internacional, contudo, concentrado na cidade de Pombal

PONTOS FORTES:

Intermodalidade entre o transporte Ferroviário e Rodoviário, na estação de Pombal (Linha do Norte)
Diversas ligações Internacionais, Nacionais, Inter Urbanas, Concelhias e Urbanas
Transportes Urbanos – POMBUS, na cidade de Pombal
Projeto de Mobilidade Sustentável, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente

PONTOS FRACOS:

Redução da oferta em feriados, férias escolares e fins-de-semana
Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes públicos (rodoviário/ferroviário)
Oferta insuficiente de transportes públicos para a população residentes nas diversas freguesias
Baixa cobertura da Rede de Transportes concelhia e supra-concelhia
Carências nas ofertas de transportes coletivos
Reduzida oferta em muitos eixos, nomeadamente entre a sede de concelho e as freguesias
As ligações ao interior do concelho apresentam frequências deficitárias
Alguns dos serviços evidenciam dependência do transporte escolar, apresentando frequências reduzidas fora deste período
Redução significativa da oferta ao fim-de-semana

OPORTUNIDADES:

Disponibilização de horários competitivos
Preços competitivos
Criação de percursos competitivos
Articular os horários dos transportes coletivos rodoviários e ferroviários
Elaboração de um Plano Municipal de Mobilidade e Transportes

AMEAÇAS:

Fraca adesão aos serviços, o que faz com que diminua a disponibilidade de carreiras
Constrangimentos no transporte público escolar devido às características geográficas do concelho

Domínio de análise: TRANSPORTE PÚBLICO FERROVIÁRIO

IDEIAS CHAVE:

Na Linha do Norte, o concelho é servido por 5 tipologias de serviços: Alfa Pendular, Intercidades, Interregional, Regional e Sud Expresso

Na Linha do Oeste, o concelho é servido por 2 tipologias de serviços: Interregional e Regional

Estações e apeadeiros em 6 locais distintos, na Linha do Norte

Apeadeiros em 3 locais distintos, na Linha do Oeste

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Melhoria das condições das estações e apeadeiros

PONTOS FORTES:

Intermodalidade entre o transporte Ferroviário e Rodoviário, junto à na estação de Pombal (Linha do Norte)

Na Linha do Norte, o concelho é servido por 5 tipologias de serviços: Alfa Pendular, Intercidades, Interregional, Regional e Sud Expresso

Na Linha do Oeste, o concelho é servido por 2 tipologias de serviços: Interregional e Regional

PONTOS FRACOS:

Falta de horários compatíveis com os restantes meios de transporte

Desarticulação e ineficiência do sistema de transportes públicos (rodoviário/ferroviário)

Perda de importância do transporte ferroviário e consequente abandono de algumas estações ferroviárias

OPORTUNIDADES:

Disponibilização de horários competitivos

Articular os horários dos transportes coletivos rodoviários e ferroviários

Preços competitivos

AMEAÇAS:

Fraca adesão aos serviços, o que faz com que diminua a disponibilidade de serviços

2.5 Paisagem

Domínio de análise: SISTEMA SERRANO

IDEIAS CHAVE:

Maciço calcário da Serra de Sicó

Categoria de área sensível para efeitos de conservação da natureza e biodiversidade, que integra a estrutura regional de proteção e valorização ambiental

Área nuclear da estrutura regional de proteção e valorização ambiental / área de mais valia / área classificada – Sítio de Importância Comunitária (Rede Natura 2000)

A identidade desta paisagem está estreitamente associada aos relevos calcários movimentados, dos quais se destaca a Serra de Sicó, por onde a água se some pelas fendas da rocha descarnada, sendo a vegetação autóctone rala e rasteira, tipicamente mediterrânica, incluindo espécies como o Carrasco, Lentisco, Zambujeiro e Carvalho-português. Os cinzentos são a cor dominante da paisagem, tanto devido ao calcário, como pelo domínio do olival

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Classificado como espaço natural interior, integrado na sua grande maioria em reserva ecológica nacional, é considerado como uma área de alta sensibilidade natural, com valores relevantes de carácter cultural e ambiental, objeto de proteção específica de modo a salvaguardar a sua manutenção e o seu equilíbrio

Rede Natura 2000-Sítio Sicó/Alvaiázere, PTCO0045, integrado na Lista Nacional de Sítios - 2.ª fase, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de Julho (dos 5421,55ha de espaço natural, 5317ha estão classificados como Sítio)

Durante o período de vigência do PDM95, verifica-se que cerca de 2ha, dos 5421,55ha de espaço natural interior, maciço calcário da Serra de Sicó, foram ocupados com edificação, representando aproximadamente 0,04% da área do território integrado em espaço natural interior. Relativamente às áreas de exploração mineira, temos um acréscimo na ordem dos 1,1%, que se traduz em cerca de 60ha - de 36,27ha (0,7%) para 96,09ha (1,8%) - de espaço natural interior ocupado

PONTOS FORTES:

Área nuclear a integrar na estrutura ecológica municipal

Área com maior incidência de valores naturais no território concelhio

Biodiversidade, proteção

Paisagem cársica

Miradouro natural sobre a paisagem circundante

Dinâmica hidrogeológica promove o desenvolvimento de uma complexa geomorfologia subterrânea

Importância estratégica na recarga dos aquíferos: circulação subterrânea da água resulta em nascentes que brotam na periferia dos maciços calcários. A água que escasseia à superfície, onde rapidamente se infiltra, surge no sistema cársico interior, percorrendo as galerias hipogéias e saindo nos setores marginais mais baixos através de exurgências. Com efeito e pensando apenas no sistema cársico principal, respeitante às serras e planaltos calcários de carso exumado, que ocupam a maior parte do nosso sistema serrano, grande parte, cerca de 60% de água de circulação cársica de todo o maciço, é drenada pelo conjunto de exurgências do vale do Anços, o mais importante subsistema de toda a área. Deste conjunto de exurgências destacam-se as nascentes do rio Anços (Olhos de Água) e do Ourão

Potencial em recursos minerais, ocorrendo vários tipos de calcário

PONTOS FRACOS:

Estrutura ecológica da paisagem indefinida – área desconetada

Sistema sensível, vulnerável à poluição e à exploração desordenada de recursos

Falta de medidas de proteção e de controlo na exploração dos recursos naturais

Falta de cartografia e informação sobre os valores naturais, bem como das dinâmicas dos vários intervenientes da paisagem

A não implementação dos planos ambientais e de recuperação paisagística, por falta de cumprimento dos planos de lavra, nas áreas intervencionadas pela atividade extrativa de recursos minerais

Risco de incêndio

OPORTUNIDADES:	AMEAÇAS:
<p>Proteção e valorização do património natural</p> <p>Desenvolvimento de atividades associadas à exploração dos recursos naturais endógenos (mel, ervas aromáticas, queijo,...)</p> <p>Exploração sustentável de vários recursos naturais</p> <p>As áreas mais elevadas funcionam como miradouros com grandes amplitudes visuais</p> <p>Recreio/turismo de natureza</p>	<p>Estrutura ecológica da paisagem indefinida – área de mais valia</p> <p>Indústria extrativa/indústrias poluentes</p> <p>Descaraterização da paisagem provocada pelo impacto negativo das profundas aberturas correspondentes às áreas exploradas, pela indústria extrativa, e não recuperadas</p> <p>Edificações desenquadradas</p> <p>Despovoamento/abandono dos sistemas tradicionais</p> <p>Pisoteio</p>

Domínio de análise: SISTEMA MATA**IDEIAS CHAVE:**

Presença de povoamentos de folhosas autóctones, como o carvalho, o azinhal e o matagal esclerofítico

Categoria de área sensível para efeitos de conservação da natureza e biodiversidade, que integra a estrutura regional de proteção e valorização ambiental

Áreas nucleares da estrutura regional de proteção e valorização ambiental / áreas de mais valia / outras áreas sensíveis / povoamentos de folhosas autóctones / matos esclerofíticos

Vegetação mediterrânica de Carrasco, Lentisco, Aroeira, Zambujo e ervas perfumadas, cobrindo o solo de tufos e o Carvalho-português que ainda encontra na serra calcária o seu solar

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Decreto-Lei n.º 254/2009, de 25 de Setembro (entrada em vigor prorrogada por 360 dias pela Lei n.º 116/2009, de 23 de Dezembro – estabelece as medidas de proteção ao Sobreiro e à Azinheira

A integração do Sítio Sicó/Alvaiázere na Rede Natura 2000 potenciou a salvaguarda das áreas povoadas por matos esclerofíticos.

O sistema mata surge integrado em diversas categorias de espaço, não existindo normativo que vise a sua proteção e valorização, para além da legislação específica

PONTOS FORTES:

Áreas nucleares a integrar na estrutura ecológica municipal

Área com ocorrência de valores naturais

Biodiversidade, proteção

Paisagem de mata

Espécies autóctones mais adaptadas às condições edafo-climáticas do território, sendo mais resistentes nomeadamente, às pragas, doenças e a períodos longos de estio e de chuvas intensas, comparativamente a espécies introduzidas

Paisagem mais estável/equilibrada

Potencial cinegético e espaço de produção, designadamente, de lenha, apicultura, espécies aromáticas

PONTOS FRACOS:

Estrutura ecológica da paisagem indefinida – área de mais valia

Substituição da mata climácica por povoamentos de vegetação, sobretudo arbórea, não autóctones

Povoamentos florestais mono específicos

Ausência de políticas de incentivo à reestruturação, diversificação e inclusão de espécies autóctones nos espaços com uso florestal

Destruição da macro-compartimentação e compartimentação secundária

OPORTUNIDADES:

Proteção e valorização do património natural

Incremento da biodiversidade através da utilização de vegetação da mata climácica

Produção lenhosa

Recreio

AMEAÇAS:

Monocultura de eucaliptal e pinhal

Gestão danosa de recursos naturais: solo, água

Destruição e empobrecimento da biodiversidade/património natural

Aumento do risco de incêndio e erosão dos solos

Domínio de análise: SISTEMA COSTEIRO**IDEIAS CHAVE:**

Integra a Mata Nacional do Urso e a Praia do Osso da Baleia

Categoria de área sensível para efeitos de conservação da natureza e biodiversidade, que integra a estrutura regional de proteção e valorização ambiental

Corredor ecológico estruturante = zona costeira ou cordão litoral + sistema dunar = cordão dunar (sistema dunar sem arborização) + Mata Nacional do Urso (sistema dunar arborizado) = Sistema costeiro

A planura próxima do litoral e a homogeneidade desta mancha verde escura, com predomínio de Pinheiro-bravo sobre dunas e terrenos arenosos costeiros, são os elementos que melhor definem o carácter desta paisagem praticamente despovoada, de ambiência fresca e sombria

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Classificado como espaço natural interior e espaço natural litoral, condicionado pela reserva ecológica nacional, são ambos considerados como áreas de alta sensibilidade natural, com valores relevantes de carácter cultural e natural, objeto de proteção específica de modo a salvaguardar a sua manutenção e o seu equilíbrio

Abrangido pelo plano de ordenamento da orla costeira - Ovar-Marinha Grande (2000) – classificação da Praia do Osso da Baleia, como praia equipada com uso condicionado, designada tipo III, o que significa que não se encontra sujeita à influência direta dos núcleos urbanos e está associada a sistemas naturais sensíveis

Sujeito a regime florestal na Mata Nacional do Urso / biótopo/Corine

PONTOS FORTES:

Corredor ecológico estruturante a integrar na estrutura ecológica municipal

Área com ocorrência de valores naturais

Biodiversidade, proteção, produção

Paisagem litoral

Praia do Osso da Baleia única praia do concelho equipada e acessível, com acesso rodoviário, ciclovia, percursos pedonais, estacionamento e equipamentos de apoio e vigilância. É praia de ouro e foi-lhe, também no decorrente ano, atribuída Bandeira Azul e galardão de Praia Acessível a Todos

Potencial cinegético da Mata Nacional do Urso e espaço de produção de madeiras e resina

Potencial hidrogeológico do sistema aquífero da Mata Nacional do Urso: massas e depósitos minerais (areias siliciosas e sal-gema) / reserva de água doce, a partir da qual, o Município pretende efetuar o futuro abastecimento público de água à totalidade do concelho

Mata Nacional do Urso com Plano de Gestão Florestal aprovado para o horizonte temporal 2011-2026

PONTOS FRACOS:

Estrutura ecológica da paisagem indefinida – corredor desconetado

Sistema sensível, vulnerável às atividades humana e à poluição

Falta de medidas de proteção e de controlo na exploração dos recursos naturais

Falta de cartografia e informação sobre os valores naturais, bem como das dinâmicas dos vários intervenientes da paisagem

OPORTUNIDADES:

Proteção e valorização do património natural

Opostos clareira / mata proporcionam contrastes visual e estético, proporcionando diferentes ambiências

Desenvolvimento das atividades de recreio/turismo de natureza e balneares

Exploração sustentável de vários recursos naturais

AMEAÇAS:

Invasão de espécies exóticas

Risco elevado de incêndio

Possibilidade de contaminação decorrente de atividades de exploração agrícola e industrial (do recurso natural água)

Dragagens constituem uma ameaça ao recurso hidrológico

Armazenamento do gás natural

Circulação de veículos

Pisoteio

Domínio de análise: SISTEMA HÚMIDO**IDEIAS CHAVE:**

Linhas de água / galerias ripícolas

Categoria de área sensível para efeitos de conservação da natureza e biodiversidade, que integra a estrutura regional de proteção e valorização ambiental:

Corredores ecológicos secundários / corredores ecológicos do plano regional de ordenamento florestal-Centro (Vale do Anços, vale do Arunca, vale da Ribeira de Carnide, vale da Ribeira de Nasce Água/Ribeira do Canto Catarino/Vala da Lagoa de São José e cordão litoral)

Entre a orla costeira e os pendores serranos, são os prados e as várzeas húmidas, com os conjuntos de Choupos, Amieiros e Freixos a escoltar os cursos de água, num sítio alagadiço, uma superfície macia de arrozal, nos declives soalheiros, os olivais e vinhedos, os pomares e as casas brancas, aqui e além, os maciços de árvores de grande porte

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Corredores ecológicos associados à Reserva Agrícola Nacional, à Reserva Ecológica Nacional e ao domínio público hídrico, condicionantes à ocupação do solo, permitindo a sua salvaguarda

PONTOS FORTES:

Corredores ecológicos secundários a integrar na estrutura ecológica municipal

Proteção, biodiversidade, solo fértil

Paisagem ribeirinha

Elemento de separação/união

Recursos naturais a destacar: fauna, flora, solo, água (incluindo nascentes)

PONTOS FRACOS:

Estrutura ecológica da paisagem indefinida – corredores desconetados

Sistema sensível, vulnerável à poluição e à impermeabilização

Falta de medidas de proteção/tratamento e de monitorização/avaliação dos parâmetros de qualidade da água dos sistemas ribeirinhos

Falta de cartografia e informação sobre os valores naturais, bem como das dinâmicas dos vários intervenientes neste tipo de paisagem

OPORTUNIDADES:

Proteção e valorização do património natural

Abastecimento de água

Potenciar o recurso solo, estimulando a atividade agrícola

Produção lenhosa

Recreio

AMEAÇAS:

Indústria extrativa

Barreiros inativos e abandonados, depósitos de lixo, pecuárias

Uso de pesticidas e fertilizantes

Desuso da agricultura de subsistência

Impermeabilização e artificialização das margens dos cursos de água

Risco elevado de cheias

2.6 Ocupação do Território

Domínio de análise: OCUPAÇÃO URBANA

IDEIAS CHAVE:

- Dispersão do povoamento estruturado ao longo dos principais eixos viários
- Tendência para o crescimento linear, em detrimento do crescimento nucleado
- Predomínio das áreas de baixa densidade, desenvolvidas em torno de uma rede de caminhos de estrutura irregular
- Sede de concelho como principal centro dinamizador e aglutinador de toda a estrutura urbana
- Pólos urbanos em ascensão, nomeadamente Meirinhas e Guia

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Os espaços urbanos delimitados no PDM95, nalguns casos, encontram-se desajustados face às expetativas de crescimento e restringem a fixação da população

PONTOS FORTES:

- Boas acessibilidades conferidas por vias de importância nacional, como o IP1(A1), IC1(A17), IC2(EN1), IC8 (inclui A34 entre o IP1(A1) e o IC2(EN1)) e EN109
- Pombal, enquanto sede de concelho assume-se como o grande pólo urbano do concelho, que lhe confere capacidade de atração social e económica e competitividade a nível regional
- Potencialidades ao nível do ambiente, ensino, saúde e infra-estruturas básicas, existentes em algumas áreas urbanas, maioritariamente sedes de freguesia, que lhes conferem atratividade para a fixação da população

PONTOS FRACOS:

- Assimetrias no concelho traduzidas na perda de população e da capacidade de atração de investimento registada nas freguesias do interior do concelho e mais afastadas dos grandes eixos viários
- Proliferação de edificação dispersa, com particular incidência na parte Sul do concelho
- Os grandes eixos viários assumem-se como elementos atrativos para a fixação do povoamento, sendo convertidos em “corredores urbanos”, sem as devidas infra-estruturas e equipamentos de apoio
- Macrocefalia da cidade de Pombal em relação à restante rede urbana que tende a asfíxiar o desenvolvimento de pólos urbanos de menor dimensão
- Insuficiente estruturação da malha urbana na maioria dos aglomerados
- Indisponibilidade do solo urbano para a edificação nos aglomerados de cariz mais rural, que fomenta o êxodo para os grandes pólos urbanos
- Insuficiência de espaços verdes destinados ao recreio e lazer
- Existência de aglomerados em zona inundável ou zona ameaçada pelas cheias

OPORTUNIDADES:

- Reforço da dotação das sedes de freguesia, de equipamentos coletivos e infra-estruturas básicas, bem como a requalificação dos espaços públicos e dos equipamentos existentes, de modo a torná-las mais competitivas no quadro da rede urbana concelhia
- Promoção do desenvolvimento urbano, económico e social das áreas urbanas do Oeste (eixo EN109), fomentado pelas potencialidades existentes, como sejam as excelentes acessibilidades, planos de urbanização em vigor e espaços industriais infra-estruturados

AMEAÇAS:

- Deterioração da qualidade urbana decorrente das fortes pressões urbanísticas verificadas nalgumas áreas urbanas
- Perda de valores e recursos naturais decorrente da ocupação indevida de áreas sensíveis
- Abandono das áreas urbanas mais recônditas promovendo a desertificação do espaço rural
- Descaraterização de algumas aldeias tradicionais serranas, decorrente da ausência de instrumentos de gestão territorial que salvaguardem a sua identidade

Domínio de análise: INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

IDEIAS CHAVE:

Elevada atratividade do concelho para o investimento no setor industrial e empresarial

Existência de 4 importantes zonas/parques industriais: Parque Industrial Manuel da Mota, Zona Industrial da Formiga, Zona Industrial da Guia e Zona Industrial da Pelariga

Predomínio da pequena e média indústria ligada aos setores agro-alimentar, metalúrgica, madeira e mais recentemente da reciclagem e valorização de resíduos

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

O PDM95 propõe a criação de várias zonas industriais que na sua maioria não foram implementadas como consequência da estrutura cadastral e indisponibilidade de solos

PONTOS FORTES:

Excelentes acessibilidades Porto/Lisboa/Figueira da Foz/Castelo Branco conferidas pelo IP1(A1), IC1(A17), IC2(EN1), IC8 (inclui A34 entre o IP1(A1) e o IC2(EN1)) e EN109

Proximidade ao porto marítimo da Figueira da Foz

Oferta de lotes industriais a preços controlados, em loteamentos da iniciativa da autarquia, que beneficiam de boas acessibilidades

Capacidade de atração empresarial

Complementaridade e diversidade industrial

Linha do Oeste ao serviço do transporte de mercadorias

Posição estratégica do município, no quadro das conexões inter-regionais

Proximidade a Coimbra facilitando o acesso a serviços de apoio a empresas

PONTOS FRACOS:

Impossibilidade de expansão de algumas unidades industriais decorrente quer da estrutura fundiária e disponibilidade de solos no mercado, quer de normas e regulamentos em vigor, como seja o PDM95

Oferta de lotes da iniciativa a preços controlados insuficiente

Oferta de solos, nas zonas classificadas no PDM95 como espaços industriais, insuficiente e a preços especulativos

Existência de diversas unidades industriais dispersas pelo território, não localizadas em espaços destinados a este uso, devidamente infra-estruturados

OPORTUNIDADES:

Política nacional de incentivo a pequenas e médias empresas

Política nacional de desburocratização dos procedimentos de licenciamento de empresas

AMEAÇAS:

Conjuntura económica desfavorável

Burocracia dos procedimentos de licenciamento industrial

Ameaça crescente de deslocalização de indústrias sedeadas no concelho

DOMÍNIO DE ANÁLISE: INDÚSTRIA EXTRATIVA

IDEIAS CHAVE:

A indústria extrativa é a atividade que disponibiliza os recursos minerais à sociedade e só pode desenvolver-se onde os recursos minerais existem em jazidas cuja exploração é viável e economicamente rentável

O concelho é extremamente rico em recursos minerais não metálicos, sendo a atividade extrativa inerente aos mesmos, uma das mais antigas atividades desta região, contribuindo para a sua promoção e o seu desenvolvimento económico

Existência de uma área cativa para efeitos de exploração de argilas especiais com excelentes qualidades refratárias, de grande interesse para a indústria cerâmica - portaria n.º 448/90 de 16 de Junho

Existência de uma área cativa para efeitos de exploração de argilas especiais cinzentas, usadas como matéria-prima para a indústria de cerâmica branca - portaria n.º 733/94, de 12 de Agosto

Existência de áreas de reserva no interior das duas áreas cativas definidas, para efeitos de aproveitamento de argilas especiais, que pela sua raridade e reservas limitadas constituem um recurso geológico de especial interesse para a economia regional e nacional – Decreto Regulamentar n.º 31/95 de 22 de Novembro

A indústria extrativa e os recursos minerais são conceitos indissociáveis

No concelho são exploradas massas e depósitos minerais de diferentes características geológicas e químicas, algumas delas raras de se encontrar noutra local do país

São prospetados e exploradas no concelho de Pombal os seguintes recursos minerais não metálicos: calcário, salgema, areias comuns, areias especiais, saibros, argilas comuns, argilas especiais e caulino

Existem atualmente trinta e nove (39) explorações de massas minerais (pedreiras) licenciadas

Existem áreas requeridas e áreas atribuídas de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais

Existem áreas requeridas e áreas atribuídas de direitos de concessão mineira de exploração de depósitos minerais

Existe uma área requerida para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de recursos geotérmicos

Foram submetidos a avaliação de impacte ambiental vários projetos relativos à indústria extrativa, nomeadamente três (3) concessões mineiras, oito (8) explorações de massas minerais, um (1) projeto de ampliação integrada de três explorações de massas minerais na freguesia de Pombal e um (1) projeto integrado de impacte ambiental e recuperação paisagística para um núcleo de explorações da freguesia de Redinha

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

O regulamento do PDM95 contemplou nos artºs 32.º a 34.º o espaço mineiro e nas condicionantes e restrições de utilidade pública, a "servidão de exploração de inertes e de áreas cativas" e a "servidão de extração de areais dos rios";

No espaço mineiro definido no concelho de Pombal, no âmbito da sua definição e caracterização não foi efetuada a distinção entre massas minerais e depósitos minerais e à entrada em vigor do PDM95 este já se encontrava desajustado à realidade da indústria extrativa concelha;

Aumento do número das unidades extrativas e de áreas de ampliação de unidades existentes, englobando atualmente cerca de 901,2ha as áreas de exploração de massas minerais e de depósitos minerais (comparativamente com os 207,7ha afetos ao espaço mineiro);

O PDM95 no decurso do período de vigência revelou-se desajustado e desatualizado, no referente ao ordenamento e gestão do espaço mineiro;

Houve explorações de massas minerais, que na sua lavra extravasaram completamente a área de espaço mineiro definida no PDM95, outras que não foram integradas no mesmo e muitas outras que surgiram durante o período de vigência e para as quais não existia espaço mineiro programado;

Aumento das situações de ilegalidade, por impossibilidade de licenciamento em espaços que na carta de ordenamento do PDM95 não são compatíveis com o espaço mineiro;

Aparecimento de incompatibilidades e desajustes entre o regulamento do pdm95 e as necessidades de gestão da atividade extrativa no concelho de Pombal;

Aparecimento de problemas de gestão de áreas de conflito entre o espaço mineiro e as outras classes de espaço, nomeadamente o espaço urbano, o espaço natural interior, o espaço florestal e o espaço agro-florestal;

A existência de pedreiras em lavra ativa com áreas afetadas a servidão de REN pelo PDM95;

Acompanhamento da atividade extrativa e aconselhamento/apoio aos industriais do setor extrativo e seus geólogos, por parte do município de Pombal.

PONTOS FORTES:

O concelho possui um elevado potencial geomineiro

Importância a nível nacional das jazidas de recursos

PONTOS FRACOS:

Aquando do PDM de 1.ª geração, houve défice de conhecimento sobre a ocorrência dos recursos minerais por parte das entidades regionais e municipais com

<p>minerais existentes no concelho de pombal, comprovadas pela definição de duas áreas cativas no espaço territorial concelhio (Portarias n.ºs 448/90, de 16/06, e 733/94, de 12/08) e de cinco áreas de reserva (Decreto Regulamentar n.º 31/95, de 22/11)</p> <p>A definição pelo LNEG de áreas potenciais de recursos minerais</p> <p>A existência de muita atividade extrativa localizada em jazigos minerais no concelho de pombal, comprovando a boa qualidade das várias matérias-primas extraídas</p> <p>A classificação dos recursos minerais e a identificação do seu potencial a nível regional e local, como fator de competitividade do território face a outros usos</p> <p>O setor extrativo tem no concelho de pombal, um grande impate na criação de postos de trabalho, para além de dinamizar, de forma direta e indireta, outros setores da economia regional ligados a diversas áreas económicas</p> <p>Adopção por parte do setor extrativo de estratégias que conduzem à exploração sustentável dos recursos minerais</p> <p>A possibilidade dada pela atual legislação, às explorações de massas minerais, na execução de projetos integrados para a indústria extrativa</p> <p>A recuperação paisagística e ambiental completa de algumas áreas extrativas</p> <p>A candidatura aprovada no âmbito do eixo 4 do “MAIS CENTRO” – proteção e valorização ambiental – reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas, promovida pela EDM – empresa de desenvolvimento mineiro, S.A. para três pedreiras (freguesias de Abiúl, Carriço e Santiago de Litém)</p> <p>A certificação de qualidade e a certificação ambiental que possuem algumas das empresas do setor extrativo</p> <p>Medidas de mitigação de impates para a indústria extrativa, bem como com planos de monitorização aprovados para determinadas áreas específicas, decorrentes de Estudos de Impacto Ambiental</p>	<p>competências no ordenamento do território</p> <p>No PDM de 1.ª geração, as localizações das jazidas minerais não foram devidamente contempladas no ordenamento do território na classificação de espaço mineiro</p> <p>Incorreta delimitação nas cartas de ordenamento e de condicionantes do PDM de 1.ª geração, das áreas de exploração mineiras (existentes e precisas)</p> <p>Os instrumentos de gestão territorial não acautelaram a localização das jazidas minerais condicionando a expansão da atividade extrativa</p> <p>O desajuste entre o espaço mineiro definido no plano diretor municipal de 1.ª geração e as necessidades atuais do setor extrativo</p> <p>A incompatibilidade entre o regulamento do PDM de 1.ª geração e as necessidades de gestão da atual atividade extrativa existente</p> <p>Localização de jazidas em áreas aridas pelos fogos que deflagraram no concelho de pombal em 2005</p> <p>As grandes áreas ocupadas pelas pedreiras existentes no maciço de Sicó, sem recuperação faseada, criando um forte impate visual, desnudando a serra calcária</p> <p>Dificuldades no acesso aos recursos minerais</p> <p>Não adopção por parte do setor extrativo de estratégias que conduzam à exploração sustentável</p> <p>Existência de empresas do setor extrativo a operar na ilegalidade em algumas áreas do concelho</p> <p>Descaraterização da paisagem, por falta de cumprimento do plano de lavra e das boas práticas de laboração na atividade extrativa</p> <p>Insuficiente atualização dos dados cartográficos com vista à correta caracterização da indústria extrativa existente</p> <p>A má imagem da indústria extrativa junto de algumas populações</p>
<p>OPORTUNIDADES:</p> <p>Expansão programada de núcleos extrativos localizados em áreas de elevado potencial mineiro</p> <p>Abertura à legalização de unidades de exploração de massas minerais</p> <p>Possibilitar novos licenciamentos de pedreiras e depósitos minerais de forma devidamente controlada e articulada com a salvaguarda dos valores naturais e arqueológicos</p>	<p>AMEAÇAS:</p> <p>Conflituosidade com outras ocupações do território, nomeadamente a ocupação urbana, rede natura, valores patrimoniais e naturais, recursos hídricos, agricultura, exploração florestal, entre outras</p> <p>Estrangulamento do setor extrativo pela dificuldade de expansão, com possíveis consequências ao nível da economia regional e local, no referente ao suprimento de matérias-primas minerais</p>

Domínio de análise: CARATERIZAÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL

IDEIAS CHAVE:

A floresta ocupa a maior percentagem de área territorial do concelho, com valores próximos de 60% de área ocupada
Fortes caraterísticas florestais do concelho

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Diminuição da área florestal decorrente dos incêndios de 2005
Aumento da área ocupada com eucalipto
Aumento da ocupação com Quercus

PONTOS FORTES:

Elevada percentagem de espaços florestais
Boas taxas de crescimento do pinheiro bravo e eucalipto
Regeneração natural pós-incêndio
Elevada diversidade de espécies arbóreas
Potencial das funções de produção, recreio, enquadramento, estética da paisagem e proteção
Existência de produtos endógenos de qualidade (queijo, mel)
Existência da Mata Nacional do Urso, mancha vital de floresta de produção e proteção
Povoamentos de pinheiro bravo contíguos à Mata Nacional do Urso
Manchas de elevado valor ecológico de carvalho cerquinho e medronheiro
Elevada área de ocupação agrícola, principalmente de olival
Existência de Gabinete Técnico Florestal (GTF)
Existência de PMDFCI

PONTOS FRACOS:

Proliferação das plantações com espécies resinosas de elevada combustibilidade (eucalipto e pinheiro)
Elevada percentagem de área ardida devido a incêndios florestais
Rearborização pós-incêndios com eucalipto
Abandono dos sistemas agro-florestais
Minifúndio e culturas intensivas
Inexistência de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) no concelho
Produtores agrícolas com baixo nível de instrução e de idade avançada
Aumento do risco de incêndio, devido ao abandono agrícola e aumento das áreas em pousio

OPORTUNIDADES:

Existência de instrumentos de gestão territorial de âmbito local, regional e nacional
Integração de instrumentos de ordenamento florestal de âmbitos superiores no âmbito local por forma a minimizar o risco de incêndio
Aproveitamento de fundos comunitários, como AGRIS e FFP, para ordenar o espaço florestal
Complementaridade da atividade agrícola, com outras atividades económicas
Valorização do papel da floresta nas políticas de ordenamento municipais
Observação da carta de património arquitetónico, arqueológico e natural aquando da realização de operações mecânicas de florestação

AMEAÇAS:

Incêndios florestais provenientes de concelhos limítrofes
Proliferação do nemátodo do pinheiro
Inexistência de cadastro

Domínio de análise: ATIVIDADE PECUÁRIA**IDEIAS CHAVE:**

Predomínio das pequenas explorações

Tendência para o aparecimento de grandes explorações industrializadas

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Fixação de diversas explorações industrializadas no concelho

PONTOS FORTES:

Grandes complexos avícolas potenciadores do aparecimento de um conjunto de indústrias transformadoras a ele associadas

PONTOS FRACOS:

Atividade pecuária de pequena dimensão instalada na proximidade das áreas urbanas, ou mesmo no seu interior

Dificuldade de localização desta atividade no concelho, decorrente do enquadramento no PDM95

OPORTUNIDADES:

Desenvolvimento de novas atividades, dependentes dos grandes complexos ligados às atividades agrícolas

AMEAÇAS:

Contaminação de aquíferos, com destaque para as explorações localizadas no carso

Insalubridade decorrente essencialmente da atividade pecuária instalada na proximidade das áreas urbanas, ou mesmo no seu interior

Abandono deste tipo de atividade

2.7 Ruído

Domínio de análise: RUIDO

IDEIAS CHAVE:

Mapa de Ruído elaborado em 2007 onde foram identificadas as seguintes fontes de ruído: tráfego rodoviário, tráfego ferroviário nas linhas do Norte e do Oeste e do ruído industrial

O tráfego rodoviário constitui a fonte de ruído predominante, sendo que as principais fontes sonoras são as vias estruturantes que servem e atravessam o concelho e que apresentam volumes de tráfego significativo, designadamente o IP1(A1) e o IC2(EN1)

O tráfego ferroviário tem um impacto consideravelmente menor e mais localizado do que os principais eixos rodoviários, registando-se maior ruído ambiental na linha do Norte em detrimento da linha do Oeste

As fontes de ruído industrial mais significativas estão associadas à indústria extrativa e de transformação “pesada”, nomeadamente extração de calcário, argilas e areias, em detrimento das zonas industriais

Para o indicador de ruído nocturno (L_n) verifica-se que 40% da população do concelho está exposta a níveis de ruído superior a 45dB (limite máximo para zonas sensíveis) e 22% da população está exposta a níveis de ruído superiores a 55dB (limite máximo para zonas mistas)

Para o indicador de ruído diurno (L_{den}) verifica-se que 18% da população do concelho está exposta a níveis de ruído superior a 55dB (limite máximo para zonas sensíveis) e 7% da população está exposta a níveis de ruído superiores a 65dB (limite máximo para zonas mistas)

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

O descritor ruído foi contemplado no art.º 57.º do regulamento do pdm95, onde é feita menção à legislação aplicável e a medidas de minimização gerais impostas para prevenção e controlo da poluição sonora;

Durante a vigência do pdm95 foram atribuídas novas competências às autarquias na área do ruído, nomeadamente com a entrada em vigor do decreto-lei n.º 9/2007 de 17/01, retificado pela declaração de retificação n.º 18/2007 de 16 de março e alterado pelo decreto-lei n.º 278/2007 de 1 de agosto, que veio estabelecer como responsabilidade das autarquias, entre outras, a execução de mapas de ruído, a classificação de zonas sensíveis e mistas, a execução de planos municipais de redução de ruído, a emissão de licenças especiais de ruído para atividades ruidosas temporárias e novos poderes de fiscalização e intervenção junto das atividades ruidosas permanentes;

Foram executados os mapas de ruído;

Foi efetuado o regulamento municipal de ruído ambiente;

Foi adquirido um sonómetro de classe de precisão 1;

Foram realizadas medições acústicas para avaliação do critério de incomodidade, no âmbito de reclamações e de ações de fiscalização;

No referente ao controlo de ruído das operações urbanísticas durante a vigência do pdm95 foi, de acordo com a legislação, implementada a entrega do projeto acústico e implementada a avaliação acústica (ruído ambiente e acústica de edifícios) com a nip04.00 e com a nip19.00, dando-se claro cumprimento ao disposto na portaria n.º232/2008 de 11 de março.

PONTOS FORTES:

Estão elaborados os mapas de ruído à escala municipal, os quais constituem um elemento importante para a incorporação da poluição sonora nas tomadas de decisão nos processos de planeamento e ordenamento do território

Existência do “regulamento municipal de ruído ambiente”

PONTOS FRACOS:

Ainda não estão definidas as zonas sensíveis e as zonas mistas, que segundo o regulamento geral do ruído, deverão ser efetuadas de acordo com o tipo de uso do solo

A possível afetação pelo ruído de povoações que se situam na vizinhança das vias estruturantes: IP1(A1) e o IC2(EN1)

A possível afetação pela fonte de ruído associada ao tráfego ferroviário da linha ferroviária do norte, de alguns locais onde existem receptores sensíveis

OPORTUNIDADES:

Identificar as principais fontes de ruído à escala municipal

Identificar os receptores expostos ao ruído ambiente

Identificar áreas prioritárias para redução dos níveis de ruído

Visualizar e quantificar as áreas de influência acústica das principais fontes sonoras existentes

Definir estratégias para a preservação de zonas com níveis sonoros regulamentares

Definir estratégias para o zonamento acústico com níveis sonoros compatíveis

A melhoria do ambiente acústico com repercussões na qualidade de vida dos munícipes

AMEAÇAS:

O ruído de vizinhança que por vezes se faz sentir em alguns locais do concelho

Após a classificação das zonas sensíveis e mistas, poderá verificar-se que a ultrapassagem dos limiares de ruído pelas diversas fontes de ruído identificadas poderá significar desconformidade com o regulamento geral do ruído

2.8 Riscos

Domínio de análise: Riscos

IDEIAS CHAVE:

Aumento da importância da temática dos riscos no ordenamento do território

Incremento de políticas de minimização e prevenção de riscos

Os riscos com maior susceptibilidade de ocorrência no concelho são os incêndios florestais, as cheias, os movimentos de vertente, acidentes rodoviários e acidentes no transporte de mercadorias perigosas

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Elaboração e implementação de planos de emergência: Plano Municipal de Emergência, Plano de Emergência Externo à REN armazenagem e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Candidaturas a fundos comunitários aprovadas: Agris 3.4, Fundo Florestal Permanente e PRODER

Elevada área ardida, com destaque para os incêndios florestais ocorridos em 2005

Ocorrências de cheias em 2006 na cidade de Pombal, ao longo do rio Arunca e ribeiras afluentes e bacia do Anços

Deslizamento na localidade do Sourão em 2001

PONTOS FORTES:

Elaboração de cartografia de susceptibilidade e risco

Intervenções recentes em pontes e infra-estruturas

Requalificação e regeneração dos centros históricos

Monitorização de partículas

Monitorização da qualidade da água

Constituição de uma equipa de sapadores florestais

Criação de faixas de limpeza de combustível em torno dos aglomerados

Limpezas coercivas em torno de habitações

Beneficiação de pontos de água

Beneficiação e manutenção da rede viária florestal

Elaboração e implementação de planos de emergência

PONTOS FRACOS:

Elevada percentagem do território susceptível de ocorrências

Elevado número de elementos expostos

Implantação do edifício dos bombeiros em leito de cheia

Susceptibilidade a nevoeiros elevada próximo dos cursos de água

Impermeabilização das ribeiras que afluem para o Rio Arunca na cidade de Pombal

Existência de construções no leito de cheia e planícies aluviais

Elevada susceptibilidade à ocorrência de cheias

Vagas de frio muito elevadas na freguesia de Abiúl

Proximidade à falha Seia/Pombal/Nazaré

Susceptibilidade a movimentos de vertente, com especial incidência na área SE do concelho

Sinistralidade rodoviária e ferroviária associada aos eixos viários nacionais e regionais que atravessam o concelho

Elevada susceptibilidade a acidentes no transporte de mercadorias perigosas

Existência de uma indústria Seveso II e gasoduto principal e secundário associado

Perigosidade de incêndios, explosões, derrames e emissões de poluentes decorrentes de acidentes em áreas e parques industriais, instalações de combustível, armazenagem de produtos explosivos, estabelecimentos de atividades sujeitas a licença ambiental

Moderado risco de incêndio e colapso de edificado nos centros históricos, com especial realce para o de Pombal

Elevada susceptibilidade a incêndios florestais

Elevada susceptibilidade à contaminação de aquíferos

Águas superficiais com classificação C (razoável) e D (má)

OPORTUNIDADES:

Instalação do CMA na pista de ultra-leves como forma de diminuir o tempo da 1.ª intervenção

Existência de apoios comunitários para ações materiais e imateriais em matéria de riscos

Contrariar a impermeabilização das Zonas Ameaçadas pelas Cheias/Zonas inundáveis, apostando na utilização de pavimentos semi-permeáveis e manutenção dos cursos de água a céu aberto

AMEAÇAS:

Contaminação de aquíferos por indústrias extrativas existentes dentro do concelho e fora deste

2.9 Turismo

Domínio de análise: TURISMO

IDEIAS CHAVE:

Riqueza natural, cultural, arquitetónica, espeleológica, gastronómica e paisagística do concelho

Praia e Serra ao dispor do concelho

Touring cultural e paisagístico

Turismo de natureza associado à Mata Nacional do Urso e à Serra de Sicó

PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDM:

Implementação de diversos roteiros e circuitos culturais e paisagísticos

Praia do Osso da Baleia classificada de Praia Dourada, e com galardões de Bandeira Azul e Praia Acessível

PONTOS FORTES:

Boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias

Diversidade e qualidade do património natural e paisagístico

Diversidade dos produtos turísticos oferecidos

Diversos percursos pedestres

Presença de património arqueológico de interesse

Festividades anuais ligadas à tradição religiosa, como elemento de atração de inúmeros visitantes

Inserção no pólo de desenvolvimento turístico Leiria-Fátima

Integração no território “Terras de Sicó”

Aldeias com valor sociocultural, paisagístico e turístico

Praia e serra facilmente acessíveis

Presença de elementos tradicionais com potencial de exploração

Clima atlântico ameno com proteção da nortada marítima pelos pinhais

Localização geográfica favorável

Diversidade de locais com interesse turístico

Imagem de tradição e história

Dinâmica pública e privada no âmbito da criação de novas ofertas turísticas, quer de alojamento, quer de equipamentos de apoio ao turismo

Riqueza de recursos endógenos enquanto fatores estratégicos de distinção

Existência de um vasto património histórico e cultural

Condicionantes naturais e paisagísticas excelentes para o investimento de turismo em espaço rural

Grandes potencialidades paisagísticas, naturais e culturais de forma a proporcionar atividades associadas à conservação da natureza e educação ambiental

Concelho seguro

Existência de uma gastronomia de grande qualidade e tipicidade aliada à existência de produtos locais de

PONTOS FRACOS:

Escassos equipamentos e Infra-estruturas de apoio

Fraco dinamismo comercial que promova e venda produtos endógenos

Debilidades em termos da qualidade da oferta de alojamento turístico, sobretudo no segmento médio-alto e superior

Carência de estratégias de *marketing* com o objetivo de promover a oferta turística do concelho

Insuficiente promoção e valorização dos produtos locais

Insuficiência de informação ao visitante relativamente aos horários e períodos de funcionamento dos diversos monumentos a visitar

Inexistência de uma rede de transportes públicos que se articule com a atividade turística

Deficiente interligação entre as várias atividades ligadas ao turismo

Falta de articulação entre os agentes/promotores envolvidos

Falta de articulação do produto oferecido com a procura

Aproveitamento incipiente das potencialidades da Serra de Sicó e da Mata Nacional do Urso face ao seu potencial

Aproveitamento insuficiente dos recursos arqueológicos e espeleológicos face ao seu potencial

Recursos patrimoniais e equipamentos culturais insuficientemente aproveitados

Falta de divulgação dos produtos endógenos

Escassa promoção e proteção da riqueza cultural do concelho

Falta de estratégia para a atividade turística local

Fraco aproveitamento do potencial turístico oferecido pelo património histórico/cultural e natural da região

Fraca utilização dos produtos locais de origem certificada, pelos agentes turísticos, restauração e pontos de venda

Debilidade ao nível da qualidade dos serviços prestados

<p>excelência, alguns deles certificados</p> <p>Cursos de água com aptidão de lazer</p> <p>Existência de espaços verdes, jardins e parques</p> <p>Sossego e qualidade de vida</p> <p>Praia do Osso da Baleia conserva valores naturais</p> <p>Núcleos urbanos do litoral permitem férias de sol e praia em espaço rústico</p> <p>Agenda Municipal de Eventos com publicação mensal</p> <p>Realização de um quadro anual de eventos culturais e recreativos bastante diversificados</p> <p>Proximidade e acessibilidade aos grandes centros urbanos Lisboa e Porto</p> <p>Área de Serviço para Autocaravanas, em Vermoil</p> <p>Estação de Biodiversidade, na freguesia da Redinha</p> <p>Integração no projeto intermunicipal Estrada Atlântica</p>	<p>Fraca mobilidade intra-regional</p> <p>Deficiente sinalização turística e ordenamento paisagístico</p> <p><i>Deficit</i> de uma rede de animação turística e de promoção da região</p> <p>Falta de recursos humanos qualificados no setor</p> <p>Falta de cultura turística no território</p> <p>Incapacidade em dominar a cadeia de valor e em gerir o ciclo de vida dos produtos</p> <p>Fraca valorização comercial das produções locais</p> <p>Horários de funcionamento dos equipamentos não compatíveis com a procura turística</p> <p>Estratégia conjunta com concelhos vizinhos insuficiente</p>
<p>OPORTUNIDADES:</p> <p>Valorização do património no âmbito da atividade turística</p> <p>Aproveitamento e valorização dos recursos endógenos da região</p> <p>Parque de Campismo Ecológico da Mata Nacional do Urso</p> <p>Reforço da imagem de Pombal como a cidade do Marquês</p> <p>Ligação do Rio Arunca à cidade</p> <p>Promoção conjunta do património de todas as freguesias</p> <p>Rentabilização/Adaptação do património construído para atividades ligadas ao turismo criando oportunidades de emprego, atraindo e fixando pessoas</p> <p>Forte potencial turístico, nomeadamente turismo de natureza</p> <p>Aposta em novas formas de turismo: (turismo de negócios; turismo sénior, ...)</p> <p>Retorno de alguma população emigrante</p> <p>Implementação da Agenda 21 Local</p> <p>Oportunidades de emprego associadas à dinamização turística da região</p> <p>Atividades económicas associada à dinamização dos produtos agrícolas típicos da região</p> <p>Surgimento de novos setores de mercado</p> <p>Desenvolvimento do setor terciário (hotelaria, restauração, serviços e comércio)</p> <p>Área de Paisagem Protegida da Serra de Sicó (PPSS)</p> <p>Promoção do turismo de natureza/sustentável, através de valores a preservar/valorizar como a Mata Nacional do Urso e a Serra de Sicó</p> <p>Participação ativa no processo de revisão do POOC, com vista a manter a Praia do Osso da Baleia com características de praia dourada</p> <p>Dinamismo conjunto das autarquias na divulgação do turismo regional</p> <p>Construção e dinamização do CIMUSICÓ (Centro de</p>	<p>AMEAÇAS:</p> <p>Conjuntura económica desfavorável</p> <p>Continuada perda do poder de compra da população portuguesa e o espírito recessivo em que se encontra a economia nacional</p> <p>Abandono da Mata Nacional do Urso por parte da Administração Central, nomeadamente através da não entrada em vigor do Plano Nacional da Mata Nacional do Urso</p> <p>Descaraterização de alguns locais turísticos por falta de tratamento dos espaços públicos que criam uma imagem de degradação</p> <p>Morosidade/ burocracia na aprovação de projetos</p>

Interpretação e Museu da Serra de Sicó), no âmbito do turismo sustentável e ecoturismo e dos desportos de montanha

Elaborar e implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico da Serra de Sicó

Existência e possibilidade de articulação de mecanismos de financiamento (PRODER, PIT - Programa de Intervenção do Turismo, PO regional, PO's temáticos, PENT, QREN 2007/2013)

Criação de equipamentos relacionados com a interpretação da natureza e educação ambiental

Integração supra-concelhia e regional

Desenvolver uma rede de postos de informação

Localização geográfica central

Valorização e recuperação do património cultural

Território com boa aptidão para integrar os seguintes produtos turísticos estratégicos nacionais: gastronomia e vinhos, *touring* cultural e paisagístico, turismo de natureza

Possibilidade de criação de novas atividades na área da floresta, turismo, agricultura

Paisagens e potencial para a prática de espeleologia, rappel, escalada, parapente, paramotor e pedestrianismo na Serra de Sicó

Integração em várias associações de municípios (da região de Leiria, das Terras de Sicó)

ETAP a leccionar Curso Profissional de Turismo

3 OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

A estratégia de desenvolvimento preconizada para o concelho, decorre da ponderação dos resultados obtidos no âmbito do diagnóstico, da análise das atas referentes às reuniões com o executivo do município, assim como das reuniões com os presidentes das 17 juntas de freguesia do concelho de Pombal.

Tomando como base as principais preocupações que estiveram subjacentes à decisão da Câmara Municipal proceder à revisão do PDM-Pombal, e, considerando aquelas que são as orientações estratégicas para a política de ordenamento do território e de urbanismo, constantes nos instrumentos de gestão territorial de ordem superior, foram estabelecidos 4 objetivos que concorrem para a definição do grande objetivo da revisão deste PDM:

1- Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico

O concelho de Pombal, pela sua posição de múltipla charneira entre o litoral e o interior, entre o Norte e o Sul, entre Lisboa e o Porto, entre Coimbra e Leiria, e a sua proximidade à Figueira da Foz, beneficia de uma posição geo-estratégica no sistema urbano do centro litoral, que associada às excelentes acessibilidades decorrentes do atravessamento do território por importantes infra-estruturas viárias como o IP1(A1), IC1(A17), IC8 e linhas de caminho de ferro do Norte e do Oeste, conferem-lhe grande atratividade e potencial para a fixação de atividades industriais, empresariais e de logística.

É de salientar uma forte tradição do setor secundário no concelho (46% da população ativa exercia atividade neste setor, em 2001), que tem vindo a adquirir algum robustecimento proporcionado pela oferta de parques industriais estrategicamente localizados e devidamente infraestruturados, como sejam o parque industrial Manuel da Mota, situado junto ao nó do IP1(A1), próximo de Pombal, e o parque industrial da Guia, junto à linha de caminho de ferro do Oeste e próximo do nó do IC1(A17).

Associada a toda a dinâmica industrial e empresarial tem-se vindo a desenvolver a atividade logística de que são exemplo as inúmeras empresas de transporte rodoviário sedeadas em Pombal.

Importa assim, desenvolver uma estratégia vocacionada para o reforço da visibilidade e atratividade do concelho e para a conquista do mercado externo, assente numa identidade forte e reconhecida por todos.

2- Assumir Pombal como um destino do turismo de Natureza

O setor do turismo desempenha um importante papel na economia portuguesa e as perspetivas de crescimento do mercado mundial representam uma oportunidade para Portugal desenvolver ainda mais este setor. O Plano Estratégico Nacional do Turismo estabelece que este setor deverá ser transformado num dos motores de crescimento da economia nacional.

É neste contexto e tomando como referência o potencial turístico do concelho, nomeadamente o maciço calcário da Serra de Sicó, maioritariamente integrado na rede natura 2000, detentor de inúmeros valores naturais, onde se incluem diversas formações cársicas de elevado valor e importantes habitats e espécies de fauna e flora; a Mata Nacional do Urso e a Praia do Osso da Baleia, esta última com classificação de praia dourada, assumem-se no território concelhio, como áreas com elevado estatuto e importância na conservação e biodiversidade, sendo detentoras de recursos e potencialidades que importam promover e valorizar no desenvolvimento do turismo de natureza.

A Câmara Municipal de Pombal tem vindo a desenvolver um conjunto de ações e projetos que representam uma clara aposta neste setor do turismo, que importa dar continuidade e promover, através de uma oferta turística diferenciada e de qualidade.

3- Valorizar de forma integrada os recursos naturais

Assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais e a preservação do equilíbrio ambiental, constitui um dos fins da política de ordenamento do território e de urbanismo tal como preceituado na alínea c), do artigo 3.º, da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (LBPOTU), que estabelece as bases daquela política.

Também o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) estabelece como primeiro objetivo estratégico *“Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos”*, ao qual estão associados um conjunto de objetivos específicos entre os quais se encontram a proteção e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais, a definição e execução de uma política de gestão integrada da água, da orla costeira e dos recursos geológicos.

É nesta “linha de rumo traçada no PNPOT para o Portugal 2025”, que também no âmbito da revisão do PDM-Pombal, se considera prioritária a definição de um conjunto de medidas e ações com vista à valorização integrada dos recursos naturais existentes no território

concelhio, onde assumem particular relevância os recursos hidrológicos, geológicos e florestais.

Estes recursos, surgem nas áreas do território, onde os valores naturais têm uma maior representatividade, como seja o maciço calcário da Serra de Sicó situado na parte Este do concelho, inserido quase na sua totalidade em rede natura 2000 (Sítio Sicó/Alvaiázere), e a Oeste, a Mata Nacional do Urso e a orla costeira. Estas áreas pela sua importância natural, tendem a ser vulneráveis face à exploração, por vezes desenfreada, dos recursos aí existentes, pelo que constitui uma das principais preocupações subjacentes à revisão do PDM-Pombal, assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação, a estabilidade ecológica e preservação do equilíbrio ambiental, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações.

No domínio dos recursos naturais, a água assume particular importância, sendo de salientar que um dos grandes projetos que o Município tem em curso prende-se com o abastecimento integrado de água ao concelho a partir do aquífero da Mata Nacional do Urso, cuja qualidade e quantidade importam preservar.

Também os recursos minerais existentes no concelho, considerados estratégicos a nível nacional, conforme comprova a delimitação de duas áreas cativas e cinco áreas de reserva, assumem uma grande expressão, quer económica, quer territorial, decorrente da elevada atividade extrativa existente, associada à boa qualidade das várias matérias-primas. Neste sentido, importa gerir o aproveitamento dos recursos geológicos de forma ambientalmente sustentável.

Por último, os recursos florestais, pela grande importância ambiental e económica que representam impõem que se assumam 3 grandes orientações estratégicas, tal como definidas no PNPT:

Promover a sustentabilidade e a diversificação das atividades económicas baseadas na silvicultura e nos espaços florestais;

Tornar os espaços florestais mais resistentes aos incêndios;

Melhorar o valor ambiental dos espaços florestais e o seu contributo para a conservação dos recursos naturais, promovendo o aproveitamento energético destes recursos.

4- Melhorar a qualidade de vida da população

Promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades económicas, sociais e culturais (alínea e) do artigo 3.º, da LB POTU) constitui uma das principais finalidades da política de ordenamento do território e de urbanismo.

O conceito de qualidade de vida é bastante complexo e ambíguo, sendo que se pretende enquadrar a revisão do PDM- Pombal com estratégias de desenvolvimento que sejam o reflexo dos interesses da população, procurando-se garantir um desenvolvimento urbano e rural equilibrado, sendo estabelecidas como opções estratégicas:

Contrariar a tendência para a dispersão do povoamento, favorecendo o ordenamento e consolidação das áreas urbanas, dotando-as de infra-estruturas básicas, equipamentos de utilização coletiva e de espaços verdes de recreio e lazer;

Criar condições para a fixação da população e das funções rurais nos territórios de baixa densidade, promovendo um desenvolvimento ajustado às necessidades e especificidades das áreas mais vulneráveis e despovoadas;

Reforçar as dinâmicas industriais, empresariais e de logística, promovendo a redefinição e consolidação dos parques industriais estrategicamente localizados;

Melhoria das acessibilidades intra-concelhias.

No âmbito da revisão do PDM, para além das preocupações inerentes ao ordenamento do território, serão ainda estabelecidas medidas e ações com vista à dinamização cultural e preservação ambiental, oferta educativa e de saúde, entre outros.

Baseada nos objetivos anteriormente definidos e nas conclusões retiradas do diagnóstico, resulta uma proposta de desenvolvimento assente em quatro grandes vetores estratégicos, que partem de um objetivo geral coeso e se desdobram em linhas de orientação estratégica e medidas de atuação a implementar dentro de cada uma das linhas.

Foi fundamental estabelecer bases ou vetores estratégicos de desenvolvimento que representem os principais elementos de competitividade que o concelho apresenta e os quais merecem ser explorados e dinamizados, possibilitando o desenvolvimento sustentado e sustentável, ajustado à realidade concelhia e regional no qual Pombal se insere.

Desta forma, foram estabelecidos quatro vetores estratégicos fundamentais segundo os quais o concelho deverá assentar a sua estratégia de desenvolvimento, passando pelos domínios dos Valores Naturais, da Economia, da Coesão Social, que surgem no quadro conceptual do

próprio desenvolvimento sustentável e também pela Intermunicipalidade. Estes vetores permitirão responder de uma forma concreta e estruturada a este objetivo central.

A interação entre estes quatro domínios, é assumida como uma estratégia estruturante para o concelho e deste com a sua região envolvente, implicando a concretização de várias ações que resultam do desdobrar do nosso objetivo geral em várias linhas de orientação estratégica que definam os principais setores a intervir dentro de cada um desses domínios, ou vetores estratégicos. Foram assim definidas, **15 linhas de orientação estratégica** distribuídas pelos quatro vetores estratégicos, funcionando como ramificações destes.

Destas linhas estratégicas resultaram medidas de orientação estratégica, que propõem intervenções concretas no âmbito de cada uma dessas linhas no sentido de definir de uma forma mais clara e incisiva as verdadeiras debilidades do concelho, apresentando formas de as suplantar.

Funcionando como medidas transversais à maioria das linhas de orientação estratégica definidas, e funcionando como um instrumento complementar para a execução das medidas propostas, irá ser desenvolvida uma política e ações de Marketing Territorial.

	Vetores Estratégicos	Linhas de Orientação
Marketing Territorial	Valorização do território e dos recursos naturais	Ordenar o solo rural
		Planear, transformar e gerir o solo urbano
		Preservar e valorizar o património cultural e natural
		Prevenir e minimizar riscos
	Potenciar a competitividade e pulsação económica	Revitalizar o setor agrícola e florestal
		Promover e dinamizar a atividade económica
		Turismo como elemento estruturante
	Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável	Políticas de coesão social
		Valorização e integração profissional
		Optimizar a rede de equipamentos coletivos
		Mais mobilidade e acessibilidades
		Reforço e qualificação das infra-estruturas
	"Co-cooperation" Intermunicipal	Sustentabilidade ambiental
		Maximizar a posição geo-estratégica do concelho
		Coesão territorial

3.1 Vetores Estratégicos e Linhas de Orientação

3.1.1 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS RECURSOS NATURAIS

Só é possível valorizar um território, quando nos apropriamos dele, quando o conhecemos, quando o identificamos, quando reconhecemos a sua importância, quando assumimos que os recursos naturais existentes são a chave do desenvolvimento, quando os ambientes, natural e cultural, que abrangem paisagens, sítios históricos, conjuntos construídos, biodiversidade, tradições passadas e presentes, conhecimentos e experiências de vida, consubstanciam cada local de forma a torná-lo insubstituível.

Pretende-se com a definição deste vetor estratégico que, seja possível, no concelho de Pombal, alcançar uma utilização e valorização dos recursos naturais, do território e da paisagem, com vista a um ordenamento, planeamento e gestão sustentável do território concelhio, a par da sustentabilidade ambiental, dando continuidade àquela que é uma característica indissociável do concelho: a proteção e preservação ambiental, com vista à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Neste sentido foram definidas um conjunto de linhas de orientação estratégicas que passam por: *Ordenar o solo rural; Planear, transformar e gerir o solo urbano; Preservar e valorizar o património cultural e natural e, Prevenir e minimizar riscos.*

Linhas de Orientação	Medidas de Atuação
Ordenar o solo rural	<p>Definição do solo rural</p> <p>Proteção e gestão sustentável dos recursos geológicos e ambientais</p> <p>Clarificação e definição do uso/aptidão florestal: produção, proteção e conservação</p> <p>Valorização do território rural como suporte de desenvolvimento</p>
Planear, transformar e gerir o solo urbano	<p>Ordenar o território urbano</p> <p>Promover a estrutura policêntrica do sistema urbano</p> <p>Consolidação da cidade de Pombal como principal núcleo de toda a estrutura urbana</p> <p>Estruturação e consolidação interna dos espaços urbanos de baixa densidade</p> <p>Qualificação do espaço público urbano</p> <p>Revitalização, promoção e/ou expansão e posicionamento estratégico dos espaços industriais.</p>
Preservar e valorizar o património cultural e natural	<p>Preservação, reabilitação e recuperação do património cultural e natural classificado e referenciado</p> <p>Promoção e divulgação do património de referência</p> <p>Referenciação e classificação do património</p> <p>Potenciar as sinergias e complementaridades entre o património local e o património supra-concelhio</p> <p>Fomentar o património como instrumento de cidadania</p> <p>Definição de uma rede de áreas nucleares integradas na estrutura de corredores ecológicos</p> <p>Compatibilizar a ocupação do território com a preservação do património natural</p> <p>Proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos concelhios</p> <p>Proteção e valorização dos recursos e valores naturais</p> <p>Fomentar o património como instrumento de cidadania e promover a educação ambiental</p>
Prevenir e minimizar riscos	<p>Integração dos riscos no processo de planeamento, promovendo a resiliência das populações e territórios</p> <p>Políticas de redução e mitigação de riscos associados à existência de condições meteorológicas adversas</p> <p>Definição estratégica de medidas de prevenção e minimização do risco de cheias e inundações</p> <p>Avaliar, prevenir e minimizar o risco de sismicidade</p> <p>Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à geodinâmica externa: erosão costeira, movimentos de vertente e colapso de cavidades subterrâneas naturais</p> <p>Definição estratégica de ações de controlo, prevenção e minimização dos riscos associados ao transporte rodoviário, ferroviário e de transporte de mercadorias perigosas</p> <p>Avaliar, prevenir e minimizar riscos em infra-estruturas e cavidades de minas</p> <p>Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à atividade industrial e comercial</p> <p>Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados aos incêndios florestais</p> <p>Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à contaminação das águas superficiais e subterrâneas</p> <p>Avaliar, prevenir e minimizar riscos relacionados com o solo</p> <p>Optimização e articulação dos meios na operacionalização do socorro</p> <p>Promoção técnica/científica e sensibilização dos cidadãos</p>

3.1.1.1 Ordenar o solo rural

Objetivando-se “ordenar o solo rural”, no sentido do seu aproveitamento sustentável, tendo por base a produção agrícola, pecuária e florestal; a exploração de recursos geológicos; a produção de energias renováveis; a conservação de recursos e valores naturais, ambientais, florestais, culturais e paisagísticos; bem como outras funções compatíveis com o estatuto de solo rural, são estabelecidas quatro medidas de atuação, consideradas prioritárias no quadro de ordenamento do concelho, sendo elas:

Definição do solo rural;

Proteção e gestão sustentável dos recursos geológicos e ambientais;

Clarificação e definição do uso/aptidão florestal: produção, proteção e conservação;

Valorização do território rural como suporte de desenvolvimento.

Associadas a estas medidas, são propostas ações a desenvolver que apontam para o modelo de ordenamento do solo rural a adoptar, no âmbito do processo de revisão do PDM, por outras palavras, as estratégias de planeamento nas quais assentará a transformação futura dos espaços agrícolas e florestais, espaços naturais, áreas de exploração de recursos geológicos e outros espaços afetos às atividades industriais, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa.

Para este fim, o meio é ajustar os usos e ocupação do solo, em função da sua real vocação, contrariando o fraccionamento da propriedade rural, a dispersão de povoamento e áreas de exploração, extraindo e utilizando devidamente os recursos de que dispomos e promovendo e potenciando as atividades agrícola e florestal. Evidenciam-se outras medidas de atuação, como maximizar as sinergias entre o espaço rural e urbano, a aposta no turismo, como forma de potenciar o território e a garantia da presença da estrutura ecológica municipal no solo rural de modo a salvaguardar os recursos e valores naturais.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Ordenar o solo Rural	Definição do solo rural	<p>Redelimitação dos espaços agrícolas e florestais, em função da aptidão do solo.</p> <p>Identificação dos aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, orientando a edificação para estes espaços, de forma a contrariar a tendência para a dispersão populacional.</p> <p>Consolidar a rede de aglomerados rurais.</p> <p>Delimitar as áreas potenciais para a exploração dos recursos minerais, tendo em consideração as características geológicas, hidrogeológicas e estruturais, bem como as diretivas do LNEG.</p> <p>Regulamentação do solo rural: definir usos e ocupação do solo, em função da sua real vocação e condicionar o fraccionamento da propriedade rural, através do estabelecimento de áreas mínimas.</p> <p>Condicionar eficazmente pela componente regulamentar o processo de planeamento da atividade extrativa.</p> <p>Compatibilização da ocupação e uso do solo, nas áreas em exploração e de potencial exploração mineira.</p> <p>Integrar as áreas naturais sujeitas a riscos e vulnerabilidades na estrutura ecológica municipal.</p> <p>Manter a proporção de espaços florestais no território (não aumentar a proporção de outros usos do solo, nomeadamente espaços sociais, em detrimento dos espaços florestais).</p>
		Proteção e gestão sustentável dos recursos geológicos e ambientais	<p>Contrariar a tendência de expansão desordenada e de dispersão das pedreiras e explorações de depósitos minerais em forma de “mancha de óleo”, mas promovendo a sua concentração em áreas bem definidas do território.</p> <p>Promover ações de sensibilização destinadas aos industriais, com vista ao cumprimento das boas práticas na laboração e boas regras ambientais na atividade extrativa.</p>
		Clarificação e definição do uso/aptidão florestal: produção, proteção e conservação	<p>Levantamento das áreas ocupadas por espécies de crescimento rápido.</p> <p>Interditar a plantação de espécies de crescimento rápido em áreas definidas como proteção e conservação.</p> <p>Incentivar a plantação de espécies autóctones nos espaços de uso florestal.</p> <p>Estabelecimento de índices de arborização/ocupação florestal, atendendo às especificidades dos povoamentos locais e às normas emanadas dos instrumentos de âmbito regional e setorial.</p> <p>Promoção da competitividade das fileiras estratégicas agrícolas e florestais como fator de manutenção da qualidade territorial.</p>
		Valorização do território rural como suporte de desenvolvimento	<p>Maximizar sinergias entre o espaço rural e urbano.</p> <p>Promoção e potenciação da atividade agrícola e florestal, através da criação de mecanismos que introduzam valor acrescentado aos bens produzidos e viabilizem a sua comercialização.</p> <p>Apoiar a competitividade da fileira agro-alimentar e da fileira florestal.</p> <p>Potenciar o território rural, enquanto produto turístico.</p> <p>Fortalecer e valorizar atividades e empreendimentos agro-florestais viáveis e competitivos.</p> <p>Favorecer a articulação dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa com os centros urbanos, dotados de equipamentos e infra-estruturas, de modo a facilitar a mobilidade da população e a procura de atividades em solo rural.</p> <p>Implementar políticas de apoio a instituições e organizações com capacidade de iniciativa de desenvolvimento rural.</p> <p>Adoptar boas práticas de desenvolvimento rural resultantes da articulação dos investimentos externos com a mobilização endógena dos atores locais.</p>

Criar espaços favoráveis à instalação de atividades empresariais inovadoras associados à concentração de recursos, a padrões ambientalmente sustentáveis, energeticamente eficientes e de segurança.

Atribuir aos sistemas produtivos agrícolas e florestais um estatuto de relevante multifuncionalidade.

Incentivar a manutenção das atividades agro-silvo-pastoris, de cariz tradicional, nas áreas classificadas da Rede Natura, como forma de garantir a sustentabilidade do Sítio.

Incentivar modos de produção compatíveis com a proteção dos recursos e valores naturais, no âmbito das atividades agrícolas e florestais.

Implementação da Agenda 21 Local.

O "Espaço Local" como espaço de cidadania.

Promover o desenvolvimento rural tendo em conta a diversidade do concelho, focalizado nas necessidades das áreas mais vulneráveis e despovoadas.

Desenvolver incentivos, capazes de contrariar o abandono rural.

Tornar mais atrativos os espaços rurais para recreio e lazer com vista ao desenvolvimento do turismo.

Valorizar os elementos caracterizadores da paisagem rural e infra-estruturas de apoio à produção tradicional.

3.1.1.2 Planear, transformar e gerir o solo urbano

Para a linha de orientação estratégica “planear, transformar e gerir o solo urbano”, tomando como pressuposto o respeito pelas finalidades do processo de urbanização e da edificação e os princípios da multifuncionalidade dos espaços urbanos, da compatibilização e integração de usos, do equilíbrio ecológico e da salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais, ambientais, culturais e paisagísticos, são propostas as seguintes medidas de atuação:

Ordenar o território urbano;

Promover a estrutura policêntrica do sistema urbano;

Consolidação da cidade de Pombal como principal núcleo de toda a estrutura urbana;

Estruturação e consolidação interna dos espaços urbanos de baixa densidade;

Qualificação do espaço público urbano;

Revitalização, promoção e/ou expansão e posicionamento estratégico dos espaços industriais.

Destacam-se, como ações a desenvolver, o cerzir do território urbano consolidando os “vazios urbanos”, redefinindo e dando coerência aos aglomerados urbanos; fomentar o crescimento nuclear, contrariando o povoamento linear; a requalificação das áreas urbanas existentes, dotando-as sobretudo de equipamentos de utilização coletiva e áreas verdes, de vivência e de apropriação, tornando-as cada vez mais atrativas ao utente. Os espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, para além de constituírem espaços prazerosos, de lazer, farão parte da estrutura ecológica municipal, existindo em continuidade no solo rural e no solo urbano.

“O espaço rural e o espaço urbano devem interligar-se de tal maneira que, sem que se percam as suas características próprias de funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana.

Para isso há que restabelecer o continuum naturale no espaço urbano e no rural, como elo de ligação, permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das atividades, nomeadamente da expansão urbana, tem que estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente”¹.

¹ (1994 in MAGALHÃES, 2001; pp. 319 e 320).

Medidas de Atuação		Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica Planejar, transformar e gerir o solo urbano	Ordenar o território urbano	<p>Redefinição e consolidação dos aglomerados urbanos.</p> <p>Fomentar a requalificação das áreas urbanas existentes.</p> <p>Promover a estruturação e contenção da edificação dispersa.</p> <p>Cerzir o tecido urbano promovendo a ocupação dos “vazios urbanos”.</p> <p>Dotar as principais áreas urbanas do concelho de instrumentos de gestão territorial, de forma a melhorar a sua qualidade urbanística.</p> <p>Redefinição das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.</p> <p>Revisão da hierarquia da rede urbana.</p> <p>Revisão da qualificação do solo urbano, com base na utilização dominante e nas características morfo-tipológicas de organização do espaço urbano.</p> <p>Compatibilizar o modelo de urbanização com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos.</p> <p>Ajustar os usos e funções urbanas às reais necessidades da população.</p> <p>Prever áreas de expansão dos aglomerados urbanos com elevada taxa de consolidação, em função das dinâmicas urbanísticas e demográficas.</p>
	Promover a estrutura policêntrica do sistema urbano	<p>Contrariar a tendência para o povoamento linear e fomentar o crescimento nucleado.</p> <p>Reforçar o papel das sedes de freguesia na rede urbana, dotando-as de um conjunto de funções urbanas, equipamentos de utilização coletiva e infra-estruturas públicas.</p> <p>Criação de espaços de atividades económicas como reforço da estrutura policêntrica do território.</p>
	Consolidação da cidade de Pombal como principal núcleo de toda a estrutura urbana	<p>Redefinição do limite do perímetro urbano da cidade de Pombal com base em elementos físicos identificáveis no território.</p> <p>Requalificação do corredor do IC2/EN1 e minimização do “efeito barreira”.</p> <p>Implementação do programa Parecerias para a Regeneração Urbana.</p> <p>Dotar de maior urbanidade as áreas urbanas periféricas.</p>
	Estruturação e consolidação interna dos espaços urbanos de baixa densidade	<p>Estruturar o povoamento das áreas de baixa densidade, promovendo e dinamizando os aglomerados urbanos com protagonismo local ou supra local.</p> <p>Gestão urbanística orientada para a valorização da tipologia dominante, mantendo baixos os coeficientes de ocupação e assegurando uma transição adequada para espaços rurais.</p> <p>Salvaguarda e revitalização das aldeias tradicionais, mantendo a identidade do local.</p>
	Qualificação do espaço público urbano	<p>Conceito “Cidade Sustentável” como motor de crescimento e desenvolvimento urbano, adoptando critérios de desenho urbano e construção sustentáveis.</p> <p>Reutilizar e regenerar áreas abandonadas e socialmente degradadas.</p> <p>Promoção de políticas de gestão e incentivos à reabilitação urbana, nomeadamente no que diz respeito à recuperação dos edifícios devolutos que contribuem para a degradação estética e social do espaço urbano.</p> <p>Recuperação da dinâmica das unidades morfológicas existentes (praças, ruas, largos, ...).</p> <p>Potenciar a atratividade dos centros urbanos.</p> <p>Reformulação e reabilitação funcional, estética e ambiental dos espaços exteriores de referência urbana.</p>
	Revitalização, promoção e/ou expansão e posicionamento estratégico dos espaços industriais.	<p>Promover a consolidação e a ampliação dos espaços industriais com uma localização estratégica, providos de boas acessibilidades e infra-estruturas.</p> <p>Requalificação e consolidação dos espaços industriais existentes.</p> <p>Revitalização das áreas industriais abandonadas, ou com reduzidas taxas de ocupação.</p> <p>Prever a instalação de uma Plataforma Logística na freguesia do Carricho, tirando partido das boas acessibilidades viárias e da proximidade ao porto da Figueira da Foz.</p>

3.1.1.3 Preservar e valorizar o património cultural e natural

O item que a seguir se apresenta, “Valorizar o património e preservar os valores naturais”, aborda várias ações a desenvolver correspondentes a nove medidas de atuação propostas, a saber:

Preservação, reabilitação e recuperação do património cultural e natural classificado referenciado;

Promoção e divulgação do património de referência;

Referenciação e classificação do património;

Potenciar as sinergias e complementaridades entre o património local e o património supra-concelhio;

Definição de uma rede de áreas nucleares integradas na estrutura de corredores ecológicos;

Compatibilizar a ocupação do território com a preservação do património natural;

Proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos concelhios;

Proteção e valorização dos recursos e valores naturais;

Fomentar o património como instrumento de cidadania e promover a educação ambiental.

Este conjunto de medidas visa salvaguardar e valorizar, quer o património cultural, quer o natural, que transparecem a identidade, o “*genius loci*” do território.

Ora o concelho de Pombal é a Mata Nacional do Urso, é a Praia do Osso da Baleia é o maciço calcário da Serra de Sicó, é o conjunto de rios e suas galerias ripícolas, é a mata de carvalho e de outras folhosas autóctones, é o Largo do Cardal, com o Edifício dos Paços do Concelho e a Igreja de Nossa Senhora do Cardal, é a terra do Marquês e dos edifícios Pombalinos e ainda os outros elementos culturais, onde a marca humana está enraizada e conta a sua história. O concelho de Pombal ergueu-se, estabelece dinâmicas constantes nesta realidade e cenários, que alterados dariam outro concelho, outra imagem, outra alma onde não nos reveríamos.

Por conseguinte, coloca-se em evidência o conjunto de elementos culturais e valores naturais, devido à sua importância fundamental como estruturas de sustentabilidade e identidade dos territórios.

Há, então, que desenhar, projetar a paisagem cultural em harmonia, em equilíbrio com e incluindo a paisagem natural, “*habitar*” dos recursos e valores naturais, como uma face da mesma moeda. Pois que, o espaço artificial depende do natural. Ao último será associada uma diferente projeção, fazendo-o estar presente, quer no solo rural, quer no urbano, através da estrutura ecológica da paisagem, potenciando o seu uso com atividades compatíveis com a sua sensibilidade, olhando-o como algo do qual dependemos e não como área marginal, que condiciona o “desenvolvimento”.

Medidas de Atuação		Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica Preservar e valorizar o património cultural e natural	Preservação, reabilitação e recuperação do património cultural e natural classificado e referenciado	<p>Preservar e valorizar o património natural e geológico.</p> <p>Salvaguarda do património, privilegiando e conjugando intervenções de valorização, conservação, restauro e revitalização.</p> <p>Propor a criação ou redefinição, de áreas especiais de proteção ao património classificado.</p> <p>Preservação e valorização de aldeias tradicionais (Aldeia do Vale, Juncal Gordo, ...).</p> <p>Requalificação urbana de centros históricos (Pombal, Abiúl, Redinha e Lourçal).</p> <p>Garantir a sustentabilidade do património.</p> <p>Preservação e valorização das manchas de carvalho, azinhal, sobreiral e árvores centenárias.</p> <p>Promover a consulta da carta de património arquitetónico, arqueológico e natural aquando do licenciamento florestal</p>
	Promoção e divulgação do património de referência	<p>Enquadramento valorativo do património existente, conferindo identidade e coerência, contribuindo para a promoção das tradições e especificidades locais.</p> <p>Integração e promoção dos valores patrimoniais nos circuitos e produtos turísticos da região.</p> <p>Implementar um plano de divulgação, privilegiando a aplicação das novas tecnologias.</p>
	Referenciação e classificação do património	<p>Referenciar, avaliar e classificar os bens culturais e naturais, com interesse patrimonial, enquanto elementos caracterizadores da paisagem.</p> <p>Elaboração da Carta de Valores Naturais do concelho.</p> <p>Identificação de locais de manifesto interesse geológico para eventual proposta de demarcação e/ou classificação como geosítios.</p> <p>Desenvolver uma proposta que conduza à classificação do Sítio Sicó/Alvaiázere como área protegida.</p> <p>Elaboração da Carta Arqueológica do concelho.</p> <p>Salvaguarda e proteção dos registos patrimoniais de interesse cultural ou natural.</p> <p>Elaborar e implementar a Carta Municipal do Património e o respetivo regulamento.</p>
	Potenciar as sinergias e complementaridades entre o património local e o património supra-concelhio	<p>Implementação de circuitos temáticos de base regional, reforçando a valorização integrada das sub-regiões e territórios, bem como da sua coesão territorial.</p> <p>Integração na Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.</p> <p>Fomentar o aproveitamento de recursos culturais em rede com o objetivo de reforçar o desenvolvimento local.</p>
	Definição de uma rede de áreas nucleares integradas na estrutura de corredores ecológicos	<p>Identificar uma malha de redes intermédias, inserida na estrutura ecológica municipal, concretizando os conceitos de <i>continuum naturale</i> e de paisagem global.</p> <p>Integrar na estrutura ecológica municipal as áreas de interesse que possam estabelecer conexões funcionais e estruturais, complementares aos elementos fundamentais, numa lógica de promover a conectividade entre as principais áreas naturais do concelho (Serra de Sicó e Mata Nacional do Urso).</p>

Preservar e valorizar o património cultural e natural		<p>Articular e compatibilizar continuidade da estrutura ecológica do concelho de Pombal, com a estrutura ecológica dos concelhos limítrofes.</p> <p>Preservar a diversidade e raridade de ocorrências biofísicas (geológicas, paisagísticas, paleontológicas, biota, ...).</p> <p>Dinamizar a estrutura ecológica municipal, através da sua articulação com a rede de equipamentos culturais, de recreio e lazer.</p> <p>Construir espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, integrados na estrutura ecológica, com capacidade para oferecer soluções de recreio e lazer diferenciadas.</p> <p>Articular a delimitação da estrutura ecológica com os sistemas de produção agrícola e florestal, com o intuito de mitigar os efeitos de artificialidade de áreas fortemente exploradas.</p>
	Compatibilizar a ocupação do território com a preservação do património natural	<p>Gestão sustentada dos recursos naturais, definindo medidas preventivas e regras de uso.</p> <p>Limitar, potenciar ou mitigar a influência da ação antrópica, considerando riscos, recursos e aptidões naturais.</p> <p>Conter a pressão urbana/industrial e turística, em articulação com a estrutura ecológica municipal, favorecendo os sistemas naturais da paisagem.</p> <p>Regulamentar a impermeabilização dos solos, definido os índices de impermeabilização máxima.</p> <p>Valorização positiva da REN , em solo urbano, como áreas receptivas a usos de produção, de lazer, de proteção e conservação de valores naturais e sua articulação com a definição da estrutura ecológica.</p>
	Proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos concelhios	<p>Preservar a boa qualidade da água do Sistema Aquífero da Mata do Urso, transpondo para os instrumentos de gestão territorial as preocupações constantes das medidas preventivas estabelecidas para a área abrangida por aquele sistema.</p> <p>Considerar e estabelecer servidões administrativas para os recursos hidrogeológicos, nomeadamente perímetros de proteção de captações e nascentes.</p> <p>Proteger os aquíferos do concelho (Sistema aquífero de Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso), Sicó-Alvaiázere, Ourém e Lourçal), preservando a qualidade da água.</p> <p>Promover a renaturalização das áreas consideradas determinantes para a salvaguarda dos valores de recarga aquífera e qualidade da água.</p> <p>Promover uma gestão sustentável dos Sistemas Aquíferos do concelho, nomeadamente, do da Mata do Urso, garantindo a longo prazo a disponibilidade das águas subterrâneas, não permitindo a sua sobre-exploração.</p> <p>Assegurar a proteção e conservação dos recursos hidrogeológicos, através de práticas industriais corretas e eco-eficientes.</p> <p>Aproveitamento racional dos recursos hidrogeológicos.</p> <p>Elaborar estudos sobre os recursos hídricos, identificando as suas disponibilidades, os seus usos e a sua qualidade.</p> <p>Definição de perímetros de proteção para todas as captações de abastecimento de água concelhia.</p> <p>Sensibilização e divulgação da importância da preservação da qualidade do recurso água, como princípio de sustentabilidade.</p>
Preservar e valorizar o património cultural e natural	<p>Restabelecer a macro-comparticipação da paisagem e fomentar a compartimentação secundária, através das sebes e de manchas de vegetação autóctone.</p> <p>Recuperação ambiental e valorização paisagística dos cursos de água.</p> <p>Conter e monitorizar as áreas de exploração de recursos naturais, propondo espaços de extração que minimizem os impactos negativos no património natural, nomeadamente na Serra de Sicó, na orla costeira e Mata Nacional do Urso.</p> <p>Definir regras mais eficazes na laboração da indústria extrativa promovendo a sua integração e recuperação paisagística.</p>	

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Preservar e valorizar o património cultural e natural</p>		<p>Considerar o património natural e geológico, na elaboração de instrumentos de gestão territorial, de modo a valorizar e dignificar a identidade da paisagem.</p> <p>Compatibilizar a indústria extrativa com a conservação da natureza, dos recursos naturais, e proteção ambiental.</p> <p>Conservação e monitorização dos valores naturais de interesse comunitário.</p> <p>Consolidar o coberto vegetal autóctone em áreas com risco de erosão e em que o nível freático é mais superficial, interditando as espécies exóticas de rápido crescimento.</p> <p>Requalificação e monitorização de ações de valorização/manutenção das lagoas existentes na Mata Nacional do Urso.</p> <p>Fomentar a utilização de vegetação autóctone.</p> <p>Condicionar a atividade extrativa em áreas de maior sensibilidade ambiental.</p> <p>Promover a valorização integrada do recurso paisagem, assegurando a exploração sustentável dos recursos naturais e a prevenção e mitigação dos riscos</p> <p>Instalação de um Centro de informação florestal no qual se releve a importância da floresta no concelho de Pombal.</p>
	<p>Fomentar o património como instrumento de cidadania e promover a educação ambiental</p>	<p>Promover a articulação Património/Educação e Investigação, através da criação de Centros de Investigação e Excelência.</p> <p>Promover e consolidar a articulação Património/Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de forma a contribuir para a diversificação da base económica e para a promoção do Conhecimento e da Inovação Tecnológica e Científica.</p> <p>Promover a articulação Património/Educação e o estímulo ao envolvimento e participação dos cidadãos na preservação dos bens patrimoniais, assumindo-se o património como elemento formativo e instrumento privilegiado de diálogo com o meio.</p> <p>Melhorar a sinalização e colocação de painéis informativos ao longo dos percursos pedestres existentes no concelho.</p> <p>Promover ações de informação/formação para as comunidades locais, ajustadas aos valores naturais, desenvolvendo uma relação sócio-identitária que proporcione o envolvimento das populações na conservação da natureza e biodiversidade.</p> <p>Apoiar programas de investigação científica dirigidos para a conservação e gestão do património natural.</p> <p>Promover a criação de infra-estruturas de apoio à educação/formação ambiental (centros de interpretação da natureza, eco-museus, centros de monitorização e informação ambiental, ...) associados às áreas ambientais mais relevantes, designadamente a Serra de Sicó ou a Mata Nacional do Urso.</p>

3.1.1.4 Prevenir e minimizar riscos

A análise do risco, como *“probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais, diretos ou indiretos”* (ANPC, 2009), reveste-se da máxima relevância, quando analisamos a sociedade atual e a sua relação com o meio que a rodeia, uma vez que a sua existência condiciona a qualidade de vida das populações.

Neste contexto, e como forma de minimizar a sua probabilidade de ocorrência é vital implementar políticas, em matéria de riscos, baseadas numa atuação preventiva que vise uma articulação entre a ocupação humana e o território. Os riscos deverão, assim, ser encarados como um domínio fundamental no processo de planeamento, traduzido no modelo de organização espacial do território municipal e na classificação e qualificação do solo definidos no PDM, nos regimes de uso estabelecidos para cada categoria e sub-categoria de solo no regulamento do plano, no programa da execução do plano, nos objetivos e estratégia de desenvolvimento.

A identificação e conhecimento, dos territórios com maior susceptibilidade, dos perigos com maior probabilidade de ocorrência, dos meios e recursos existentes, consubstanciados pelo levantamento do histórico dos fenómenos que afetaram o território concelhio e que manifestaram repercussões diretas e indiretas nas pessoas, bens e valores culturais e ambientais, como os incêndios florestais de 2005, as cheias ocorridas em 2006, movimentos de massa, acidentes rodoviários, ondas de calor, ou mesmo acidentes com transporte de matérias perigosas, entre outros, a par de uma política de sensibilização das populações e formação do domínio dos riscos, foram o mote inicial para a determinação das medidas de atuação e ações a desenvolver, nos domínios da prevenção e minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, a seguir explanados.

Medidas de Atuação		Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica Prevenir e minimizar riscos	Integração dos riscos no processo de planeamento, promovendo a resiliência das populações e territórios	<p>Percepção e sensibilização aos riscos e adopção de comportamentos de segurança, criando competências nos domínios do ambiente, sustentabilidade e cidadania.</p> <p>Cartografar e monitorizar os perigos afetos ao território, definindo a probabilidade de ocorrência e expressão territorial.</p> <p>Reforçar a análise e interpretação dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, numa lógica de prevenção e mitigação.</p> <p>Incluir estrategicamente os riscos nas opções de qualificação ambiental.</p> <p>Discriminação positiva dos territórios com elevada susceptibilidade, bem como das infra-estruturas produtivas ou de circulação expostas, atendendo à relevância a escalas nacionais e locais.</p> <p>Restringir usos compatíveis para cada tipologia de risco aplicáveis ao concelho de Pombal.</p> <p>Transposição das condicionantes relativas a áreas delimitadas como de risco elevado e muito elevado, para os instrumentos de gestão territorial.</p> <p>Fomentar a desativação de atividades poluentes de baixo valor acrescentado e a exigência de <i>up-grade</i> ambiental de atividades com elevado valor acrescentado.</p>
	Políticas de redução e mitigação de riscos associados à existência de condições meteorológicas adversas	<p>Implementar políticas e programas de saúde pública, proteção social e apoio a populações rurais e moradores nos centros históricos do concelho, que apresentam maior susceptibilidade a ondas de calor, seca e ondas de frio.</p> <p>Disponibilização de recursos, humanos e físicos, nomeadamente espaços com autonomia energética (climatizados) em locais de acolhimento temporário como o hospital de Pombal, centros de saúde, lares, centros de dia, creches.</p> <p>Fomentar o conforto e eficiência térmica das habitações.</p> <p>Avaliação da sobrecarga dos sistemas de distribuição de eletricidade e falha consequente, potenciando de forma significativa os efeitos na saúde pública de extremos termo-higrométricos, associados às ondas de calor e de frio.</p> <p>Desenvolver estudos e investigação sobre o impacto das ondas de calor e frio na saúde pública, nomeadamente nos grupos de risco.</p> <p>Dar apoio às populações e actividades agrícolas e pecuárias, em áreas com grande susceptibilidade a seca, disponibilizando recursos hídricos em quantidade e qualidade.</p>
	Definição estratégica de medidas de prevenção e minimização do risco de cheias e inundações	<p>Adopção de programas e ações, ao nível da prevenção e mitigação do risco de cheias e inundações, bem como a avaliação da eficiência das estruturas de defesa e regularização.</p> <p>Identificação de áreas ameaçadas por cheias e inundações, cartografando e regulamentando as áreas afetadas.</p> <p>Avaliar, monitorizar e concretizar a modelação dos regimes fluviais, para horizontes abrangentes, das sub-bacias hidrográficas existentes no território concelhio.</p> <p>Elaborar o “Estudo de drenagem de águas pluviais a nascente da cidade de Pombal”, associado à criação de uma bacia de retenção e aumento da capacidade de escoamento.</p> <p>Promover e valorizar a gestão da bacia do rio Arunca e da ribeira de Carnide com vista à diminuição do perigo de cheias, através do aumento da capacidade de retenção e recarga dos aquíferos.</p> <p>Desenvolvimento de um sistema de alerta para cheias rápidas e progressivas.</p> <p>Identificar, cartografar e monitorizar áreas susceptíveis a cheias, fora dos perímetro urbanos, nomeadamente na confluência do rio Arunca com o rio Cabrunca, Venda Nova, Gafaria, Vermoil, Ratos, ...</p> <p>Inventariar o estado de conservação e efetividade das estruturas de defesa e regularização de caudais, assim como das estruturas hidráulicas, com estabelecimento de programas de recuperação e/ou correção.</p> <p>Condicionar ações de aterro e escavação, bem como a alteração do coberto vegetal e de drenagem natural em áreas susceptíveis a ocorrência de cheias e inundações.</p> <p>Limpeza e desobstrução das linhas de água.</p>

Prevenir e minimizar riscos		<p>Diminuição dos níveis de impermeabilização das áreas urbanas, fomentando a utilização de materiais, em pavimentos, de elevada permeabilidade e estabelecendo índices máximos de impermeabilização.</p> <p>Aproveitar o potencial de reconversão de áreas de risco em áreas naturais e condicionar a sua ocupação, em particular leitos de cheia e com risco de inundação, adoptando uma abordagem preventiva.</p>
	Avaliar, prevenir e minimizar o risco de sismicidade	<p>Adopção de programas e ações, estruturais e não estruturais, ao nível da prevenção e mitigação do risco sísmico, nomeadamente na adopção de práticas de concepção e reabilitação sísmica.</p> <p>Condicionar a ocupação de solo, estabelecendo uma distância mínima de segurança, relativamente a falhas consideradas potencialmente ativas sob ação sísmica, nos solos susceptíveis de ampliação do sinal sísmico ou de liquefação.</p> <p>Fazer cumprir a regulamentação vigente relativa à ação sísmica na construção de edifícios e infra-estruturas.</p> <p>Analisar e avaliar a vulnerabilidade sísmica dos parques industriais, envolvendo a componente estrutural, de máquinas e equipamentos.</p> <p>Elaborar o Plano Municipal de Reabilitação Sísmica, com cartografia do parque habitacional e caracterização da vulnerabilidade estrutural.</p> <p>Adopção de normas de segurança e medidas preventivas, com vista à redução do risco de colapso estrutural e de propagação de incêndios relacionado com ações sísmicas nas intervenções de requalificação de áreas urbanas antigas.</p>
	Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à geodinâmica externa: erosão costeira, movimentos de vertente e colapso de cavidades subterrâneas naturais	<p>Monitorização e modelação topo-hidrográfica da linha da orla costeira, no troço Norte do concelho.</p> <p>Identificar áreas susceptíveis à ocorrência de processos de movimentação de massa, colapso e abatimento de áreas cársicas, condicionando a edificação nestas áreas.</p> <p>Valorizar a prevenção e minimização de processos associados a movimentos de massa, instabilidade cársica, explorações mineiras e recursos geológicos.</p> <p>Condicionar ações de aterro e escavação, bem como a alteração do coberto vegetal e de drenagem natural em áreas susceptíveis a ocorrência de movimentos de massa.</p> <p>Identificar e monitorizar as áreas com maior declive e maior risco de deslizamento, com vista a prevenir e minimizar eventuais danos.</p> <p>Avaliar e identificar movimentos de vertentes associados à falta de consolidação dos materiais nos taludes das vias que atravessam o concelho.</p> <p>Sinalizar todas as cavidades naturais existentes na Serra de Sicó evidenciando as suas principais características e o grau de perigosidade a elas associado.</p>
Definição estratégica de ações de controlo, prevenção e minimização dos riscos associados ao transporte rodoviário, ferroviário e de transporte de mercadorias perigosas	<p>Implementação de referenciais de segurança para o transporte de matérias perigosas, diferenciando vias, intensidade e período de tráfego, condições e velocidade de circulação e espaços de estacionamento.</p> <p>Desenvolvimento de recursos materiais e humanos, específicos para intervenção em acidentes rodoviários e ferroviários envolvendo mercadorias perigosas, nomeadamente de comunicação, avaliação, intervenção e rescaldo.</p> <p>Limitar e restringir a circulação rodoviária e o transporte de mercadorias perigosas em vias localizadas nos centros históricos do concelho.</p> <p>Criar faixas de rodagem específicas para a circulação dos veículos pesados de transporte de mercadorias perigosas, destinados ou provenientes das áreas industriais.</p> <p>Promover horários de circulação desfasados com os veículos pesados de transporte de mercadorias perigosas, no atravessamento de áreas urbanas, nomeadamente nos centros históricos, e nas vias de acessos a equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de gestão de emergência e socorro.</p> <p>Concretizar um sistema de localização em tempo real nos veículos de transporte de mercadorias perigosas, permitindo conhecer os trajetos, horários de circulação e tipologia da carga transportada, ao Centro Municipal de Proteção Civil.</p> <p>Criar áreas específicas para estacionamento e manobra de veículos de transporte de mercadorias perigosas de modo a garantir distâncias de segurança em locais bastante frequentados.</p> <p>Identificar pontos negros de sinistralidade rodoviária e implementar medidas com vista à diminuição dos acidentes rodoviários.</p>	

Prevenir e minimizar riscos	Avaliar, prevenir e minimizar riscos em infra-estruturas e cavidades de minas	<p>Identificação, avaliação e monitorização das explorações de lignito abandonadas, num quadro de estabilização e contenção, retenção e tratamento de águas e efluentes.</p> <p>Caraterização geológica, hidrogeoquímica e hidrogeológica das explorações de lignito, visando a implementação de indicadores de controlo ambiental, com a definição de hierarquias de intervenção.</p> <p>Construção, reparação e beneficiação de pontões e pontes em risco de colapso.</p> <p>Intervenções de beneficiação nas condutas subterrâneas das ribeiras que atravessam da cidade de Pombal.</p> <p>Implementação de faixas de segurança em torno de infra-estruturas fixas de transporte de produtos perigosos, como o gasoduto, sensibilizando as populações para os perigos e para práticas de auto-proteção.</p> <p>Construção e beneficiação de passagens desniveladas rodoviárias.</p>
	Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à atividade industrial e comercial	<p>Restringir a implantação de estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas, abrangidas pelas obrigações constantes na diretiva SEVESO II.</p> <p>Promover o levantamento e análise dos riscos associados a unidades ou estabelecimentos industriais e comerciais, assim como a rede de gasoduto, visando implementar medidas de proteção e alerta mais eficazes e melhorar a capacidade de intervenção em acidentes com matérias perigosas.</p> <p>Concretizar faixas de segurança e faixas de descontinuidade de carga combustível de forma a impedir incêndios ou acidentes com repercussões internas.</p> <p>Implementar programas específicos e ações que visem a realocação de unidades ou estabelecimentos que não ofereçam condições de segurança.</p> <p>Rever o Plano de Emergência Externo à REN Armazenagem.</p> <p>Identificação e monitorização dos edifícios em risco de colapso.</p> <p>Promover a reconstrução e reabilitação de edifícios degradados e em risco de colapso.</p> <p>Elaborar Planos de segurança e emergência para os centros históricos.</p>
	Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados aos incêndios florestais	<p>Promover a adoção de estratégias de reabilitação de áreas ardidas.</p> <p>Promover a reflorestação das áreas ardidas e o aumento dos espaços com espécies autóctones.</p> <p>Construir e beneficiar estruturas de apoio ao combate a incêndios florestais, nomeadamente a rede de pontos de água e a abertura e beneficiação de caminhos florestais.</p> <p>Diminuição da continuidade horizontal e vertical de combustíveis para aumentar o nível de segurança de pessoas e bens em relação aos incêndios florestais.</p> <p>Regulamentar a gestão ativa dos espaços florestais, de modo a aumentar o nível de segurança de pessoas e bens em relação aos incêndios florestais.</p> <p>Implementação de faixas de gestão de combustível no interface rural/urbano e em torno de perímetros de elementos relevantes expostos, nomeadamente infra-estruturas, património e parques e polígonos industriais.</p> <p>Identificar a rede viária existente, de acordo com o disposto na legislação em vigor, procedendo à sua setorização, maximizando o tempo de resposta, com recurso à ferramenta SIG.</p> <p>Promover campanhas de sensibilização com vista à redução do risco de incêndio enfatizando a importância vital dos espaços florestais enquanto ecossistema e fonte de riqueza.</p> <p>Fomentar o associativismo por forma a incrementar a fileira florestal através da constituição de zonas de intervenção florestal e planos de gestão florestal.</p> <p>Dar cumprimento ao PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, procedendo, não só à sua revisão anual, como à atualização, quando necessário, da carta de risco de incêndio.</p> <p>Executar as normas constantes no PROF-C – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro, em matéria de incêndios florestais.</p>

Prevenir e minimizar riscos		<p>Implementar o Regulamento Municipal de Ordenamento Florestal.</p> <p>Implementar políticas ativas de fiscalização de privados, nos domínios da plantação de espécies de elevada combustibilidade e do incumprimento do DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, por forma a diminuir a deflagração e progressão de incêndios florestais.</p> <p>Optimizar os procedimentos que garantam a gestão de combustíveis numa faixa de 50m em torno das habitações (limpezas coersivas), com vista à diminuição da perigosidade associada à existência de combustíveis de elevada combustibilidade.</p> <p>Promover candidaturas a programas que visem a prevenção de incêndios florestais.</p> <p>Condicionar o acesso de veículos motorizados a áreas florestais com risco de incêndio muito elevado nos períodos com risco de incêndio elevado e muito elevado, nomeadamente nas áreas sujeitas a regimes florestais (total e parcial).</p> <p>Assegurar, no mais curto espaço de tempo, a deteção e a comunicação de eventuais focos de incêndio.</p> <p>Potenciar a equipa de sapadores florestais, tornando esta equipa um elemento fundamental na DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios.</p> <p>Interditar a construção de edificações destinadas a habitação permanente ou temporária, turismo ou outras atividades, que pelo seu isolamento, dificuldade de acesso ou valor patrimonial, torne a defesa, face ao perigo de incêndio florestal, uma tarefa de elevado risco para as populações ou forças de proteção, em áreas com elevada susceptibilidade a incêndios.</p> <p>Reduzir o número de incêndios causados por negligência, designadamente através de sensibilização, sinalização, informação, divulgação do risco, e ações de queima tecnicamente assistida de resíduos.</p> <p>Reduzir o tempo de intervenção, melhorando os circuitos de vigilância, a rede de comunicação, a organização do dispositivo local e o pré-posicionamento dos recursos de combate.</p> <p>Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios e garantir a correta execução do rescaldo e vigilância pós-rescaldo.</p>
	Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à contaminação das águas superficiais e subterrâneas	<p>Desenvolvimento de um programa de monitorização ambiental do concelho, através de uma base de indicadores de controlo de qualidade do ambiente.</p> <p>Implementação e aumento de pontos de monitorização da qualidade química e biológica das águas superficiais e subterrâneas.</p> <p>Criação de um sistema integrado de despoluição dos cursos de água do concelho.</p> <p>Garantir a eficiência dos sistemas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais.</p> <p>Identificar locais de possível contaminação, assim como as explorações de inertes e indústrias poluentes, passíveis de contaminar os aquíferos existentes, desenvolvendo paralelamente uma política de fiscalização a eventuais descargas.</p> <p>Promover a qualificação ambiental dos sistemas hidrológicos, controlando a poluição difusa com origem nas explorações agro-pecuárias e efluentes domésticos.</p> <p>Promover a implementação de medidas de proteção na prevenção de risco potencial de contaminação antropogénica das águas subterrâneas, com especial incidência nos aquíferos que apresentam maior vulnerabilidade: Sicó-Alvaiázere e Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso).</p>
	Avaliar, prevenir e minimizar riscos relacionados com o solo	<p>Definir regras à instalação de aterros de resíduos industriais banais (RIB) e de resíduos sólidos urbanos (RSU).</p> <p>Identificação de locais passíveis de deposição e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).</p> <p>Implementar políticas de controlo da deposição ilegal de resíduos industriais perigosos.</p> <p>Promover a plantação de espécies arbóreas para resgate de CO₂, como compensação das áreas ardidas.</p> <p>Desenvolvimento de soluções que visem ampliar e otimizar os sistemas de recolha seletiva multimaterial existentes.</p> <p>Identificação, extinção e recuperação de vazadouros ilegais.</p>

Prevenir e minimizar riscos	Optimização e articulação dos meios na operacionalização do socorro	<p>Criação de um sistema de previsão e de alerta, dirigido à população em geral e optimizado para grupos específicos de risco.</p> <p>Manter o grau de prontidão necessário às forças de intervenção, em particular através de exercícios de simulação nos quais possam ser testados os procedimentos a utilizar na resposta à emergência.</p> <p>Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respetivo plano de reequipamento.</p> <p>Identificar as medidas para a reabilitação urbana e social e, sempre que possível, para a reposição da qualidade do ambiente, na sequência de um acidente grave envolvendo substâncias perigosas.</p> <p>Identificar no Plano Municipal de Emergência áreas de reunião das populações e as vias destinadas à circulação dos meios de socorro, com especial destaque para áreas densamente povoadas.</p> <p>Concretizar políticas públicas de divulgação e modelação de dados susceptíveis de promover a redução da vulnerabilidade, a mitigação de riscos, a optimização de estratégias e recurso de operacionalização do socorro e emergência.</p> <p>Desenvolvimento de unidades de saúde e de equipas especializadas de socorro e emergência que garantam uma resposta eficaz em caso de ocorrência.</p> <p>Impulsionar a mobilização de todos os cidadãos, como agentes da proteção civil, estimulando a sua participação e das suas estruturas associativas de âmbito local em tarefas ligadas à segurança e à proteção civil.</p>
	Promoção técnica/científica e sensibilização dos cidadãos	<p>Implementar programas de sensibilização para grupos específicos e população geral, por forma a fomentar uma consciencialização da simbologia adoptada para o transporte de mercadorias perigosas e práticas de autoproteção.</p> <p>Incrementar uma cultura de segurança explicitamente orientada para a minimização dos efeitos de cheias rápidas e progressivas.</p> <p>Sensibilizar as populações para a criação de faixas de gestão de combustível e práticas de auto-proteção.</p> <p>Efetuar, em parceria com a REN Armazenagem, ações de divulgação e sensibilização sobre a atividade desenvolvida, assim como esclarecimento dos sistemas de alerta e aviso em caso de ocorrência.</p> <p>Promover a sensibilização das populações locais no sentido da sua auto-proteção face a eventuais acidentes graves nas mediações da instalação de gás.</p> <p>Promover ações de formação técnicas relacionadas com susceptibilidade tecnológica à atividade industrial e comercial e formação específica a condutores de transporte de mercadorias perigosas.</p> <p>Estimular a participação e cooperação dos cidadãos nas atividades de proteção civil.</p> <p>Articular a proteção civil municipal com escolas e outras entidades por forma a desenvolver atividades regulares de proteção civil, nomeadamente simulacros.</p>

3.1.2 POTENCIAR A COMPETITIVIDADE E PULSAÇÃO ECONÓMICA

Falar do desenvolvimento de um território é, irremediavelmente, falar de desenvolvimento económico. A estrutura económica do concelho apresenta, por um lado, domínios com enorme potencial de desenvolvimento, por outro, domínios com algumas restrições. A indústria e o turismo são, sem dúvida, os mais dinâmicos e os que apresentam perspetivas mais favoráveis de desenvolvimento e sobre os quais deverá recair a grande aposta da autarquia no sentido de desenvolver a economia concelha. Pretende-se, de uma forma geral, reestruturar, dinamizar, promover e valorizar os diversos setores económicos, procurando-se adoptar uma lógica de articulação e complementaridade entre os mesmos.

Neste sentido foi definido um conjunto de linhas de orientação estratégicas que passam por: *Revitalizar o setor agrícola; Promover e dinamizar a atividade económica e, Turismo como elemento estruturante.*

	Linhas de Orientação	Medidas de Atuação
Potenciar a competitividade e pulsação económica	Revitalizar o setor agrícola e florestal	Desenvolvimento e dinamização das atividades agrícolas com vista à sua valorização económica e sustentabilidade Elaboração de um modelo de gestão dos solos agrícolas Valorização dos recursos florestais
	Promover e dinamizar a atividade económica	Indústria como setor vital da base económica local Desenvolver a fileira logística, valorizando a posição do concelho no contexto regional Atrair novas iniciativas empresariais fomentando a fixação de novas empresas Desenvolver e potenciar as fileiras do comércio e serviços como atividades inerentes a um desenvolvimento equitativo e sustentado Promover a concentração das atividades económicas em espaços programados Promover a gestão sustentada da atividade pecuária Gestão e promoção do aproveitamento racional dos recursos minerais associados à atividade extrativa
	Turismo como elemento estruturante	Transformar o setor num dos motores de crescimento da economia local, baseado na qualificação e competitividade da oferta, valorizando as potencialidades turísticas do concelho Investir na divulgação e <i>marketing</i> das iniciativas turísticas

3.1.2.1 Revitalizar o setor agrícola e florestal

A dinamização dos setores agrícola e florestal, é preponderante na estratégia de desenvolvimento preconizada para o concelho de Pombal. De fato estas fileiras, assumem-se como motores de desenvolvimento local, como grandes desígnios, fundamentais para a diversificação da base económica, através da potenciação de produções de excelência e da articulação com atividades económicas e produtivas compatíveis com setores diversificados como o turismo, dinâmicas empresariais associadas às produções locais, prestação de serviços florestais/agrícolas, contribuindo assim para a criação de emprego, riqueza, equilíbrio social do território... para a fixação das populações em meio rural.

Tendo em consideração a importância da agricultura para as populações rurais, e embora o setor agrícola registe uma retração económica, em resultado não só da estrutura minifundiária, mas de novos conceitos de vida, é fundamental revitalizá-lo, tornando-o produtivo e competitivo ao nível regional. Essa revitalização passará por domínios como a agricultura biológica, a criação de incentivos à atividade agrícola, o associativismo agrícola e a consequente criação de um modelo de gestão de solos agrícolas.

No que concerne ao setor florestal, constatamos que os recursos florestais, assumem no concelho, uma importância estratégica, uma prioridade, ocupando mais de 50% da superfície concelhia. Face a esta realidade é fundamental, aproveitando elementos notáveis da paisagem que possam propiciar projetos integrados e implementando novas oportunidades de gestão e rendimento, ponderar ações que permitam a sua valorização, sustentabilidade e multifuncionalidade, que possibilitem, a par com o setor agrícola, o desenvolvimento rural e a apropriação sustentável do território indispensáveis à concretização dos objetivos de coesão social e territorial do concelho.

Medidas de Atuação		Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica Revitalizar o setor agrícola e florestal	Desenvolvimento e dinamização das atividades agrícolas com vista à sua valorização económica e sustentabilidade	<p>Valorização agrícola do vale do rio Arunca, do Anços e ribeira de Carnide.</p> <p>Melhorar as acessibilidades às propriedades agrícolas: beneficiação/construção de caminhos rurais.</p> <p>Apoiar empresas agrícolas de pequenas dimensões.</p> <p>Recuperação e beneficiação de regadios aumentando a irrigação dos campos agrícolas.</p> <p>Potenciar a instalação de estufas de produção de hortícola, árvores de fruto e plantas ornamentais.</p> <p>Salvaguarda de utilização de solos em RAN promovendo o seu uso agrícola e em aproveitamentos hidroagrícolas coletivos.</p> <p>Promover e rentabilizar atividades territoriais (caça, iniciativas ambientais, desportivas, ...).</p> <p>Emparcelamento da propriedade agrícola.</p> <p>Apoio técnico a estudos e projetos que viabilizem culturas e produções de interesse ambiental e económico.</p> <p>Beneficiação e conservação do mercado dos agricultores.</p> <p>Fixação de atividades agrícolas, capazes de gerar atividades rentáveis e potenciar a pluriatividade.</p> <p>Certificação e valorização dos produtos agrícolas endógenos.</p> <p>Potenciar pequenas indústrias agrícolas de cariz tradicional.</p> <p>Condicionar o uso de fertilizantes e produtos químicos em áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.</p> <p>Promover códigos de boas práticas agrícolas e florestais e a criação de mecanismos de monitorização dos mesmos.</p> <p>Aproveitar novas oportunidades de investimento e fortalecer o agro-turismo.</p> <p>Redefinição das atividades e usos compatíveis com o solo agrícola e florestal.</p> <p>Requalificar e ordenar o território agrícola e apoiar a agricultura diferenciada e de qualidade, explorando os nichos de mercado.</p>
	Elaboração de um modelo de gestão dos solos agrícolas	<p>Criação de uma entidade gestora de gestão da propriedade agrícola do concelho, por forma a potenciar o uso do solo, proteção dos solos RAN, diminuição da probabilidade de ignição, tempo de ocorrência e progressão dos incêndios florestais e adequação do uso do solo à sua função.</p> <p>Promover o escoamento dos produtos nos mercados local, regional e nacional.</p> <p>Elaborar o cadastro da propriedade recorrendo ao parcelário.</p>
	Valorização dos recursos florestais	<p>Apoiar o associativismo e o emparcelamento em superfícies de grande dimensão que viabilizem a sua gestão sustentável.</p> <p>Dar cumprimento ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios</p> <p>Instalar faixas de gestão de combustível estrategicamente colocadas</p> <p>Promover a adopção de estratégias de reabilitação de áreas ardidas</p> <p>A Mata Nacional do Urso, e área florestal contígua, enquanto espaços florestais de proteção e produção.</p> <p>Promover a sensibilização ambiental e florestal.</p> <p>Construção/beneficiação de infra-estruturas que estruturam e valorizem o espaço florestal.</p> <p>Constituição de Zonas de Intervenção Florestal.</p>

Impulsionar a reorganização fundiária, tendo como base relevante, as figuras jurídicas “reservas de caça” e “ZIF”.

Promover a elaboração de Planos de Gestão Florestal.

Melhorar a gestão cinegética de forma harmonizada com os outros usos do solo e dinamização da mesma.

Promover a gestão dos espaços florestais de forma a permitir a certificação tanto da sua gestão como dos seus produtos lenhosos ou não lenhosos.

Promover a condução dos povoamentos florestais, garantindo melhor valorização dos seus produtos finais.

Articular políticas de gestão e ordenamento florestal com políticas energéticas (central de biomassa).

Promover formas de exploração dos espaços florestais geradoras de emprego.

Criar e executar planos de gestão para as áreas florestais públicas, tomando como base o tipo de gestão florestal praticado na Mata Nacional do Urso, tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados.

Promover a utilização de espécies produtoras de madeiras com utilizações nobres.

Implementação de regulamento florestal municipal.

3.1.2.2 Promover e dinamizar a atividade económica

Uma economia competitiva é aquela que assegura o emprego da população ativa em condições que lhe permitem validar ou aumentar, de forma sustentada, o nível de vida, que, simultaneamente, assegura emprego, aumenta a produtividade e cria valor.

Com esta linha de orientação estratégica pretende-se, essencialmente, *atrair novas iniciativas empresariais fomentando a fixação de novas empresas*, superiorizando a dinâmica da *indústria como setor vital da base económica local*. Pretende-se também *desenvolver a fileira logística, valorizando a posição do concelho no contexto regional*, recorrendo, por exemplo, à identificação de áreas propícias à concentração logística.

Apesar de se assumir a indústria como motor de desenvolvimento, onde a *atividade extrativa* assume um papel deveras importante, ao nível industrial e do *aproveitamento dos recursos minerais* existentes, também o *comércio* e os *serviços* são atividades inerentes ao *desenvolvimento equitativo e sustentado* que se pretende para o concelho. Não descurando a *atividade pecuária* em que, e apesar de ser uma atividade que apresenta um elevado decréscimo do n.º de explorações agrícolas com efetivo animal ao longo dos últimos anos neste concelho, o efetivo animal, por superfície agrícola utilizada, aumentou substancialmente.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Promover e dinamizar a atividade económica	Indústria como setor vital da base económica local	<p>Criar estruturas e mecanismos de apoio ao empreendedorismo.</p> <p>Dotar o concelho de uma rede eficaz de serviços de apoio à indústria.</p> <p>Criação de uma estrutura de administração e captação de investimento para os Parques Industriais.</p> <p>Promover iniciativas e eventos de carácter empresarial e cedência gratuita de espaços para esse fim, numa lógica de potenciação da Expocentro.</p> <p>Elaboração do manual de apoio ao investidor.</p> <p>Reorganização e revitalização dos espaços industriais existentes.</p> <p>Modernização e robustecimento das atividades industriais.</p> <p>Fomento à utilização de energias renováveis.</p> <p>Atrair unidades produtivas especializadas, tecnologicamente desenvolvidas e com as melhores técnicas disponíveis.</p> <p>Criação e promoção de <i>clusters</i> industriais associados a indústrias ligadas à reciclagem e ao setor alimentar.</p> <p>Áreas de atividades industriais susceptíveis de surgir no solo rural.</p>
		Desenvolver a fileira logística, valorizando a posição do concelho no contexto regional	<p>Identificação de áreas de concentração e lógicas de distribuição de atividades logísticas, bem como de projetos económicos inovadores e respetiva delimitação de áreas "chave".</p> <p>Promover e assegurar o investimento privado na construção da Plataforma Logística de Pombal, no âmbito do CENTROLOGIS – Centro Logístico do Litoral.</p>

Promover e dinamizar a atividade económica	<p>Atrair novas iniciativas empresariais fomentando a fixação de novas empresas</p>	<p>Oferta de solos a preços controlados para instalação de novas empresas.</p> <p>Aposta em atividades económicas com práticas ecológicas.</p> <p>Implementação do Parque Tecnológico de Pombal.</p> <p>Manter e potenciar o modelo sócio-territorial de pluriatividade.</p> <p>Melhorar os serviços de apoio às empresas.</p> <p>Criação de espaços de atividades económicas nas freguesias que demonstrem dinamismo económico nomeadamente, o pólo empresarial das Meirinhas-Vermoil-Carnide, de Abiúl-Vila Cã, e da Redinha-Almagreira-Pelariga.</p> <p>Implementação de projetos económicos inovadores.</p> <p>Promover o aumento da formação profissional.</p> <p>Criação de um pólo empresarial intermunicipal.</p>
	<p>Desenvolver e potenciar as fileiras do comércio e serviços como atividades inerentes a um desenvolvimento equitativo e sustentado</p>	<p>Adequar a oferta comercial às necessidades da população residente e as decorrentes da atividade turística.</p> <p>Implementar políticas de promoção e desenvolvimento do comércio tradicional.</p> <p>Revitalizar os centros históricos, criando uma imagem de marca capaz de atrair população e atrair comércio especializado.</p>
	<p>Promover a concentração das atividades económicas em espaços programados</p>	<p>Implementação de um programa de relocalização de unidades industriais dispersas.</p> <p>Reestruturação dos parques industriais no sentido de acomodar maior diversidade de unidades produtivas.</p>
	<p>Promover a gestão sustentada da atividade pecuária</p>	<p>Aumento de fiscalização às explorações pecuárias existentes, no sentido de diminuir o risco de poluição.</p> <p>Definir territorialmente áreas específicas para a instalação destas atividades.</p> <p>Salvaguarda da ampliação de complexos pecuários em zonas territorialmente delimitadas para o efeito.</p> <p>Definir condições para a modernização, ampliação e/ou deslocalização de unidades agro-pecuárias, por forma a garantir o cumprimento da legislação aplicável.</p> <p>Implementar uma política que obrigue as indústrias agro-pecuárias com passivo ambiental a adoptar soluções técnicas integradas, aplicando-lhe sanções em caso de incumprimento.</p>
<p>Gestão e promoção do aproveitamento racional dos recursos minerais associados à atividade extrativa</p>	<p>Programação de áreas de expansão da indústria extrativa, tendo em consideração a exploração sustentada do recurso mineral.</p> <p>Contribuir para a gestão sustentável dos recursos minerais, numa ótica de projeto integrado.</p> <p>Promover ações que visem um melhor conhecimento dos recursos minerais, na perspetiva de valorizar e salvaguardar os recursos existentes.</p> <p>Combater a atividade ilegal no setor extrativo, favorecendo a legalização das indústrias extrativas existentes.</p>	

3.1.2.3 Turismo como elemento estruturante

Conscientes de que o turismo se oferece como um importante instrumento de fomento das economias atuais, nomeadamente aos níveis económico, social, cultural e ambiental, e que proporciona benefícios de longo prazo quando implementado de forma sustentada e integrada, enfatiza-se que o sucesso da atividade turística se interliga com os produtos endógenos, na sua manifestação quantitativa e qualitativa.

Sendo o turismo um dos domínios que apresenta perspectivas mais favoráveis de potencial crescimento no concelho, é uma atividade que deve ganhar espaço nas estratégias de desenvolvimento a delinear, no sentido de desenvolver a economia concelhia. Contudo, e apesar das perspectivas de evolução do setor turístico serem animadoras, é fundamental que o seu crescimento seja efetuado de forma sustentada, quer a nível económico, quer a nível ambiental, pelo que se pretende, de uma forma geral, reestruturar, dinamizar, promover e valorizar este setor, procurando também fomentar uma lógica de articulação entre as diversas atividades económicas.

Neste sentido, é crucial que os esforços sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural, aproveitando o potencial do concelho e configurando produtos turísticos alternativos, bem como valorizando e potenciando o desenvolvimento sustentável do concelho.

É ainda necessário mencionar que as condições subjacentes à exploração da atividade turística têm vindo a alterar-se. Uma sociedade em constante mudança, conjugada com a afirmação de um consumidor cada vez mais consciente e alerta para o desenvolvimento sustentável, que anseia por maior qualidade de vida e refuta o turismo de massas, estão a orientar as bases da atividade turística para a diversificação das atividades e produtos turísticos. O mar, os rios, a serra, a paisagem, a autenticidade dos produtos locais, podem ser condições estratégicas de desenvolvimento, requerendo, porém, novas formas de ver a atividade e captar a atenção dos turistas, como forma de distinção do turismo no concelho de Pombal.

	Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica Turismo como elemento estruturante	<p>Transformar o setor num dos motores de crescimento da economia local, baseado na qualificação e competitividade da oferta, valorizando as potencialidades turísticas do concelho</p>	<p>Promover uma oferta diferenciada de produtos turísticos (natureza, cultura, gastronomia, ...), possibilitando experiências distintas ao turista.</p> <p>Adoptar uma estratégia de dinamização e promoção cultural que aborde uma maior diversidade de eventos.</p> <p>Dinamizar a oferta de programas cinematográficos, teatro, música e dança.</p> <p>Preservar a genuidade dos produtos locais/regionais de qualidade e reforçar a sua visibilidade/projeção e competitividade nos mercados nacionais e internacionais.</p> <p>Dinamizar e reforçar a animação cultural nos centros históricos e no castelo de Pombal.</p> <p>Aproveitamento de fundos comunitários, por forma a desenvolver projetos potenciadores da atividade turística.</p> <p>Atuar proativamente com os concelhos limítrofes para a potenciação do turismo regional.</p> <p>Agilizar a concepção e o licenciamento de projetos, com qualidade, que promovam o turismo.</p> <p>Fomentar empreendimentos turísticos de referência.</p> <p>Promover a criação de micro-empresas, geradoras de emprego, associadas à confeção e comercialização dos produtos endógenos do concelho (Biscoitos do Lourçal, mel e queijo da serra de Sicó, doces conventuais, cestaria, ...).</p> <p>Perpetuar o conhecimento tradicional, apoiando, incentivando e divulgando a atividade dos artesãos (“arte do tear”, “arte da cestaria”, ...).</p> <p>Construção e dinamização do CIMUSICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, no âmbito do turismo sustentável e ecoturismo e dos desportos de montanha.</p> <p>Fomentar a recuperação e revitalização das aldeias serranas de cariz mais tradicional, favorecendo a mostra e venda de produtos endógenos da serra de Sicó (queijo, mel, erva aromáticas, frutos secos, azeite, ...).</p> <p>Fomentar parcerias com grupos de espeleologia no sentido de promover o património geológico da serra de Sicó, nomeadamente grutas e dolinas.</p> <p>Elaborar e implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico da Serra de Sicó.</p> <p>Preservar e divulgar a biodiversidade da Serra de Sicó e Mata Nacional do Urso, nomeadamente através da realização de campanhas de sensibilização e da implementação de trilhos e centros de interpretação da natureza.</p> <p>Construção e dinamização do parque de campismo ecológico da Mata Nacional do Urso, no âmbito do projeto ECOMATUR.</p> <p>Salvaguardar a delimitação de espaços de uso especial – turismo nos instrumentos de gestão territorial, onde se inclui a Guarda do Norte e o Juncal Gordo, entre outros.</p> <p>Implementar o projeto de valorização da Praia do Osso da Baleia (PROA), garantindo a manutenção da Bandeira Azul e Praia Acessível.</p> <p>Criação de uma rede coerente de percursos pedestres e cicláveis, estabelecendo ligações entre diferentes cenários (serrano, litoral, urbano, ...), nomeadamente ao longo do corredor ribeirinho do Arunca.</p> <p>Dotar os principais edifícios, ruas, praças e largos de iluminação cénica.</p> <p>Dinamizar o turismo sustentável e ecoturismo, promovendo desportos de natureza e montanha, associados a Serra de Sicó e a Mata Nacional do Urso (pedestrianismo, orientação, ...).</p> <p>Manter em bom estado de conservação a atual ligação do IC8 e EN109 à Estrada Atlântica recentemente construída;</p> <p>Criar uma praia oficialmente naturista na Guia, a Sul da praia do Osso da Baleia, e fomentar a sua divulgação nos roteiros internacionais.</p> <p>Implementação da Agenda 21 Local.</p> <p>Promover a articulação entre iniciativas turísticas e as identidades locais, através do envolvimento das comunidades nos projetos turísticos.</p>

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Turismo como elemento estruturante</p>		<p>Promover o associativismo local, promovendo iniciativas culturais de enraizamento e valorização da população local e das suas tradições.</p> <p>Adequar a formação e qualificação dos recursos humanos, às necessidades do setor.</p> <p>Promover um programa que certifique a qualidade de serviço ao longo da cadeia de valor.</p> <p>Criação de um gabinete que crie sinergias entre investidores e a administração local.</p> <p>Elaborar a Agenda Municipal de Turismo Sustentável.</p> <p>Conceber uma rede hierarquizada de percursos, propondo outros em ligação com os já existentes, de forma a potenciar a fruição da paisagem enquanto elemento da cultura do concelho e como fator de atratividade.</p> <p>Fomento do “Turismo de Negócios”, aproveitando os fluxos de empresários que visitam a região.</p> <p>Reforço da incorporação da componente cultural na oferta turística, ao serviço da qualificação da Região Centro.</p>
	<p>Investir na divulgação e <i>marketing</i> das iniciativas turísticas.</p>	<p>Garantir e dinamizar a divulgação da oferta turística através das novas tecnologias e redes sociais.</p> <p>Promoção de eventos em colaboração com coletividades e associações.</p> <p>Apostar na promoção dos elementos diferenciadores do concelho.</p> <p>Promover fatores de atração e de permanência no território que permitam captar mais do que meros visitantes, turistas.</p> <p>Desenvolvimento e divulgação de rotas e circuitos, integrando-os em redes regionais (“Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, ...”).</p> <p>Valorização de locais singulares (Vale dos Poios, Senhora da Estrela, lagoas costeiras, miradouros, ...), integrando-os na rede de rotas e circuitos.</p> <p>Reforçar e melhorar a sinalização dos pontos de interesse turístico e a sinalética dos diversos percursos turísticos.</p> <p>Implementar estratégias de marketing na promoção turística museológica e de monumentos, adequando horários de funcionamento, potenciando a polivalência dos espaços articulada com uma oferta diversificada.</p> <p>Reforço da imagem de Pombal como a cidade do Marquês.</p> <p>Elaborar um plano de promoção turística que permita articular e promover a programação de eventos, de modo a garantir a calendarização da animação cultural ao longo do ano.</p> <p>Desenvolver uma rede de postos de informação, articulada com o Posto de Turismo.</p> <p>Valorização e divulgação do turismo cultural e ambiental, e incorporação da componente cultural nos produtos turísticos atuais.</p>

3.1.3 EQUIDADE, COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em qualquer estratégia de desenvolvimento de um território o conceito de equidade e coesão social surge hoje como uma prioridade. O concelho de Pombal, tal como qualquer outro, apresenta os seus problemas, os quais poderão e deverão ser minimizados através da participação e articulação de todos, desde a população, autarquia e organizações várias, no sentido de se construir, de forma equilibrada e sustentada, um cenário futuro no qual o acesso ao ensino, à saúde, ao emprego e à ação social de qualidade seja uma realidade.

É pois fundamental “assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social” (PNPOT, 2006), para a qual concorrem as linhas de orientação estratégicas a seguir mencionadas: *Políticas de coesão social; Valorização e integração profissional; Optimizar a rede de equipamentos coletivos; Mais mobilidade e acessibilidades; Reforço e qualidade das infra-estruturas e, Sustentabilidade ambiental.*

Linhas de Orientação	Medidas de Atuação
Equidade, Coesão Social e Desenvolvimento Sustentável	Políticas de coesão social Atração e fixação da população Promoção e dinamização cultural Optimização do apoio social escolar Os jovens como motor de cidadania ativa Políticas de apoio à terceira idade Políticas de diminuição de assimetrias sociais
	Valorização e integração profissional Qualificação e valorização profissional contínuas como mecanismo de suporte ao desenvolvimento da base económica local Promover a Integração de jovens e desempregados no mercado de trabalho
	Optimizar a rede de equipamentos coletivos Programação e gestão sustentada de equipamentos coletivos Reorganização da rede de equipamentos de saúde Optimização e diversificação desportiva Qualificação e reestruturação da rede de equipamentos de educação Desenvolver a rede de equipamentos e valências de solidariedade e segurança social Fomentar a operacionalização da proteção civil Modernização da rede de equipamentos de administração pública Reforço e valorização da rede de equipamentos de cultura e tempos livres Promover uma rede de equipamentos complementares
	Mais mobilidade e acessibilidades Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade urbanas, numa óptica de sustentabilidade Melhorar a rede de transportes públicos de passageiros Optimização das acessibilidades concelhias e supra-concelhias

Reforço e qualificação das infra-estruturas	Programação e gestão sustentada das infra-estruturas
	Redefinição e optimização do sistema de abastecimento de água
	Consolidar a Rede de Saneamento Básico
	Reforço das condições de tratamento e fiscalização de efluentes de agro-pecuárias e industriais
	Ampliar e incrementar sistemas de depósito, recolha e tratamento de resíduos
	Melhoria da segurança e qualificação da rede de infra-estruturas viárias
	Melhoria da rede elétrica
Sustentabilidade ambiental	Reforço das infra-estruturas de drenagem de águas pluviais
	Aposta na eficiência energética e nas energias renováveis
	Planear e valorizar em prol do ambiente
	Informar e divulgar

3.1.3.1 Políticas de coesão social

A implementação de políticas sociais ativas pressupõe o desenvolvimento de uma consciência coletiva dos problemas sociais e a crescente mobilização da sociedade. De fato, é fundamental congrega esforços de forma a contribuir para um desenvolvimento social enraizado em opções locais e regionais dinâmicas (adaptado de PNPOT, 2006).

No sentido de assegurar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, em termos de políticas sociais, é necessário estabelecer um conjunto de medidas de atuação que respondam equitativamente às necessidades dos diferentes grupos sociais, contribuindo para a promoção da equidade territorial e da inclusão social, tendo em consideração o pressuposto, de que, só reduzindo as disparidades é possível assegurar que todos contribuam para o desenvolvimento económico e possam dele beneficiar (IEEI, 2005).

Estas medidas passam, essencialmente, pela *promoção e dinamização cultural*, optimização do *apoio social escolar*, estabelecimento de *políticas de apoio à 3.ª idade e de diminuição de assimetrias sociais*, instituição dos *jovens como motor de cidadania ativa*, que se coadunam no incremento da *atração e fixação da população* através do estabelecimento de ações que passam pelo robustecimento da estrutura etária, disponibilização de habitação, reabilitação de edifícios, incentivos fiscais a empresas, dinamização da rede de equipamentos coletivos e melhoria de acessibilidades.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Políticas de coesão social	Atração e fixação da população	<p>Robustecer a estrutura etária da população, incentivando a natalidade e criando condições para fixação da população em idade ativa.</p> <p>Disponibilizar habitação a casais jovens que pretendam fixar-se no concelho.</p> <p>Reabilitação de edifícios degradados, nos centros históricos, destinados ao mercado de arrendamento a custos controlados.</p> <p>Incentivos fiscais às empresas que admitam jovens à procura do 1.º emprego ou desempregados de longa duração.</p> <p>Criar e dinamizar uma rede de equipamentos (IPSS) que satisfaça as necessidades da população.</p> <p>Melhoria das acessibilidades aos parques e zonas industriais assim como aos principais núcleos urbanos do concelho.</p>
		Promoção e dinamização cultural	<p>Publicação e divulgação do boletim municipal.</p> <p>Divulgação mensal da agenda cultural de eventos do município.</p> <p>Publicação e divulgação de obras de autores do concelho.</p> <p>Promover o programa “desporto para todos”.</p> <p>Ampliar a Rede de Leitura Municipal itinerante aos equipamentos de solidariedade social.</p>

Políticas de coesão social		<p>Promoção de serões culturais nas freguesias do concelho.</p> <p>Apoio (material/monetário) às associações e coletividades do concelho.</p> <p>Promover e reforçar a animação cultural no centro histórico de Pombal e no castelo de Pombal.</p> <p>Promover a realização de eventos culturais diversificados, descentralizando as atividades culturais a todas as freguesias.</p> <p>Promoção de concursos criativos, como os de presépios de Natal e montras de Natal.</p> <p>Dinamização dos espaços museológicos e culturais.</p>
	Optimização do apoio social escolar	<p>Apoio a atividades escolares e festas escolares.</p> <p>Promover em todas as escolas do concelho educação ambiental e programa Eco-escolas.</p> <p>Elaboração do Programa de Apoio a Associações de Estudantes.</p> <p>Apoio na aquisição de livros e material escolar e fornecimento de refeições.</p> <p>Criação e disponibilização de ATL e prolongamentos em todas as freguesias do concelho.</p> <p>Disponibilização de transporte escolar gratuito ou a custos reduzidos.</p>
	Os jovens como motor de cidadania ativa	<p>Elaboração do Plano Municipal para a Juventude.</p> <p>Elaboração do Plano Integrado de Participação Ativa na Cidadania.</p> <p>Criação do Conselho Municipal da Juventude e Assembleia Municipal de Jovens.</p> <p>Implementação do "cartão-jovem" municipal.</p> <p>Realização anual da Semana da Juventude.</p> <p>Dinamização do CIMUSICÓ e do "Ecomatur", como elementos estratégicos para os jovens e associações.</p> <p>Disponibilizar espaços de juventude em todas as freguesias.</p>
	Políticas de apoio à terceira idade	<p>Dinamização da universidade sénior.</p> <p>Expandir a rede de tele-assistência ao idoso.</p> <p>Desenvolvimento de atividades culturais de apoio à 3.ª idade.</p> <p>Implementação de um programa com vista ao conforto habitacional das pessoas do concelho com idade superior a 65 anos e carenciadas.</p> <p>Promoção de atividades inter-relacionais entre a comunidade, estudantes e idosos com vista à obtenção de um envelhecimento ativo.</p>
	Políticas de diminuição de assimetrias sociais	<p>Melhoria das condições habitacionais da população mais carenciada.</p> <p>Constituição de uma "comissão social", em cada freguesia, com o intuito de identificar e apoiar situações de carência social.</p> <p>Integração de pessoas carenciadas em programas ocupacionais de empresas e organismos.</p> <p>Oferta de bens alimentares de primeira necessidade a pessoas carenciadas.</p> <p>Implementação do Plano de Desenvolvimento Social concelho.</p> <p>Criação e promoção de "Lojas Solidárias".</p> <p>As juntas de freguesia como entidades difusoras de propostas de emprego, servindo de plataforma entre as entidades empregadoras e os desempregados.</p> <p>Criar políticas de apoio a migrantes, minorias e pessoas em risco de exclusão social, proporcionando-lhes incentivos à obtenção de emprego e habitação.</p> <p>Reforçar o programa de apoio a pessoas com deficiência.</p> <p>Elaboração do plano de ação para a inclusão social dos imigrantes.</p>

3.1.3.2 Valorização e integração profissional

No capítulo da coesão social e equidade é fulcral desenvolver um conjunto de estruturas com vista à qualificação e valorização profissional contínuas da população concelhia, de forma a aumentar o seu grau de instrução/formação e empregabilidade, adoptando medidas que incentivem os jovens a prosseguir a sua formação escolar, criando apoios à sua integração no mercado de trabalho e potenciando ações de formação articuladas com as necessidades das empresas locais de forma a, não só atrair novos residentes, como a oferecer aos atuais residentes maiores e melhores garantias de emprego.

De fato, a formação profissional associada à integração no mercado de trabalho são fatores fundamentais de inclusão social, não só porque geram rendimento, mas também porque podem impulsionar a participação social e o desenvolvimento pessoal.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Valorização e integração profissional	Qualificação e valorização profissional contínuas como mecanismo de suporte ao desenvolvimento da base económica local	<p>Fomentar e dinamizar ações de formação profissional compatíveis com as necessidades das empresas implantadas no concelho.</p> <p>Adoptar medidas que atenuem o abandono escolar.</p> <p>Criação de uma bolsa de doutoramento dedicada a temas de manifesto interesse concelhio.</p> <p>Atribuição de bolsas de estudo a estudantes universitários.</p> <p>Apoio financeiro ao desenvolvimento de teses de mestrado com incidência no concelho de Pombal, com possibilidade de edição.</p> <p>Incentivos ao sucesso escolar com a atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos.</p> <p>Reforço e adequação dos equipamentos de ensino e formação profissional, às reais tendências do mercado.</p> <p>Promover a realização de cursos de formação profissional, com especial incidência no domínio das novas tecnologias.</p> <p>Potenciação da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, como estabelecimento de ensino profissional de referência.</p> <p>Promover a integração sócio-profissional das comunidades locais no desenvolvimento de novas atividades económicas.</p> <p>Incorporar no sistema educativo e de formação a componente da inovação, empreendedorismo e risco, fundamental para incutir nas novas gerações a necessidade de procurar novas formas de realização pessoal e profissional, criando valor, sendo inovadores e assumindo componentes maiores de risco.</p>
		Promover a Integração de jovens e desempregados no mercado de trabalho	<p>Integração dos jovens com melhor aproveitamento escolar em empresas locais.</p> <p>Criação de uma bolsa de emprego e estágios profissionais para jovens licenciados.</p> <p>Dinamização do PEPAL - Programa de Estágios na Administração Local.</p> <p>Possibilitar a integração em empresas, de jovens estudantes, em regime de part-time, como forma de desenvolverem competências em contexto de trabalho.</p> <p>Apoio ao empreendedorismo jovem e criação de micro-empresas.</p> <p>Criação de incentivos e políticas de integração de desempregados no mercado de trabalho.</p> <p>Aposta na promoção de emprego pela publicitação de ofertas de trabalho nas juntas de freguesia.</p>

3.1.3.3 Optimizar a rede de equipamentos coletivos

Os equipamentos coletivos assumem um papel determinante na definição da qualidade de vida das populações, funcionando como elementos geradores de movimentos e de espaços de vivência, contribuindo para a atratividade e dinamismo do espaço em que se inserem, fomentando a equidade e a qualidade de vida dos cidadãos que servem. Como tal, a optimização da rede de equipamentos coletivos torna-se uma linha de orientação fulcral para o desenvolvimento do concelho de Pombal.

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a optimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à segurança pública, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica.

Para uma boa optimização da rede de equipamentos coletivos, é necessário que se proceda a uma programação e gestão sustentadas dos mesmos, quer dos existentes, quer dos que se pretendem executar, quer a nível concelhio como supra-concelhio, de forma a garantir-se uma distribuição equilibrada, preferencialmente em função da dinâmica demográfica, social e económica, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos, nas melhores condições disponíveis.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Optimizar a rede de equipamentos coletivos	Programação e gestão sustentada de equipamentos coletivos	<p>Cooperar com entidades públicas e privadas no processo de licenciamento dos equipamentos coletivos.</p> <p>Consolidar a malha de equipamentos coletivos de apoio ao sistema produtivo e à qualidade e coesão do quadro da vida social e cultural.</p> <p>Contribuir para a consolidação de uma rede de equipamentos coletivos de elevada qualidade, nos contextos local e regional.</p> <p>Melhorar a relação oferta/procura na rede de equipamentos coletivos.</p> <p>Criar sinergias entre municípios limítrofes, na óptica da optimização dos equipamentos coletivos existentes e propostos.</p> <p>Potenciar a criação de “entidades gestoras”, por tipologia de equipamentos coletivos.</p> <p>Aproveitamento racional dos fundos comunitários de apoio.</p> <p>Adaptação de edifícios escolares, sem utilização, a outras funções.</p> <p>Requalificação e dinamização da envolvente exterior de equipamentos coletivos existentes.</p> <p>Desenvolver políticas de proximidade entre equipamentos desportivos e equipamentos escolares.</p> <p>Beneficiação e revitalização dos equipamentos coletivos existentes.</p>

Optimizar a rede de equipamentos coletivos		Utilizar o Sistema de Informação Geográfica como meio de planear e gerir a rede municipal de equipamentos coletivos. Melhoria da sinalização informativa dos equipamentos coletivos.
	Reorganização da rede de equipamentos de saúde	Ampliação do Centro de Saúde de Pombal. Defender a construção de um novo Hospital para Pombal. Reestruturação da rede de prestação de serviços de saúde, passando pela beneficiação de extensões do Centro de Saúde e pela implementação de Unidades de Saúde Familiar. Desenvolver uma rede de transporte de doentes, em parceria com as freguesias.
	Optimização e diversificação desportiva	Elaboração e Implementação da Carta Desportiva, tendo em consideração uma visão estratégica para a atividade desportiva. Reforçar a diversificação e o apoio a novas modalidades desportivas, passando por projetos como o “Skate & Bike Park” ou uma pista de aerodelismo. Adequar a oferta dos equipamentos desportivos às modalidades mais procuradas, nomeadamente, futsal e andebol. Requalificação dos campos de jogos das associações com reconhecida prática desportiva. Colmatar as lacunas da rede de equipamentos desportivos, tendo por base as normas da DGOTDU, nomeadamente, a construção de uma piscina municipal de ar livre e pequenos campos de jogos. Concluir a rede de Gimnodesportivos, com a construção do pavilhão para servir as freguesias de Guia, Mata Mourisca e Ilha.
	Qualificação e reestruturação da rede de equipamentos de educação	Revisão da Carta Educativa de Pombal, e conseqüente reorganização da rede escolar, em conformidade com o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar. Dotar todos os estabelecimentos de ensino Pré-escolar e do 1.º Ciclo com Novas Tecnologias, permitindo uma integração plena dos alunos na Sociedade de Informação. Valorizar e afirmar a Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal (ETAP) no contexto regional e nacional.
	Desenvolver a rede de equipamentos e valências de solidariedade e segurança social	Rever e implementar o Plano de Desenvolvimento Social do concelho. Criação e promoção de “Lojas Solidárias”, em articulação com as IPSS's. Potenciar e apoiar a construção de novos equipamentos para pessoas com deficiência. Apoiar a construção do Centro de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Pombal. Apoiar e financiar a construção do Centro de Dia para Doentes de Alzheimer.
	Reforço e valorização da rede de equipamentos de cultura e tempos livres	Construção e qualificação de museus e zonas de exposição. Desenvolver o projeto do Museu Nacional dos Equipamentos dos Bombeiros e do Pinhal e da Resina. Apoiar a construção de valências de recreio, cultura e lazer, como seja, o CIMUSICÓ – Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó. Construir um Corredor Ecológico Ribeirinho ao longo do rio Arunca, entre Albergaria dos Doze e Almagreira, composto de espaços de lazer, zonas verdes, circuitos de manutenção, ciclovía, campos de jogos, jardins e parques de merendas. Construção do “Centro de Apoio ao Associativismo e à Juventude”.

Optimizar a rede de equipamentos coletivos	Fomentar a operacionalização da proteção civil	<p>Criação de uma unidade de formação de âmbito regional, promovido pelos Bombeiros Voluntários de Pombal.</p> <p>Criação do Centro Municipal de Proteção Civil.</p>
	Modernização da rede de equipamentos de administração pública	Execução de novos edifícios e/ou adaptação de edifícios existentes para serviços da administração central e local, nomeadamente o Serviço de Finanças de Pombal.
	Promover uma rede de equipamentos complementares	<p>Dotação do Corpo Nacional de Escutas com sedes e outras infra-estruturas adequadas às suas necessidades.</p> <p>Promover uma política de planeamento e gestão de cemitérios.</p> <p>Revitalização de feiras e mercados.</p> <p>Beneficiação e ampliação do Centro de Recolha Animal, incluindo a criação de hotel para cães/gatos.</p>

3.1.3.4 Mais mobilidade e acessibilidades

A mobilidade das pessoas para responder às necessidades de deslocação quotidiana ou ocasional é o resultado das suas opções e comportamentos face às condições de acessibilidade que lhes são proporcionadas.

A mobilidade depende do conjunto de condições e oportunidades que a organização do território (atividades e funções urbanas e das suas articulações no espaço) e o sistema de transportes (conjunto de infra-estruturas e de condições da sua utilização pelos diversos modos de transporte) proporcionam à realização de deslocações das pessoas, por motivos muito diversos (trabalho, escola, equipamentos, recreio e lazer, ...).

Existe, portanto, uma estreita interdependência entre a organização do território, o sistema de transportes e as condições de mobilidade de pessoas e bens.

Pressupõe-se que as pessoas disponham de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que proporcionem deslocações com segurança e conforto, em tempos/custos considerados aceitáveis, e com a maior eficiência energética e menores impactes ambientais, pelo que se enfatiza, ao nível da mobilidade, a necessidade de melhorar as condições das infra-estruturas de acesso (viárias e ferroviárias) concelhias e supra-concelhias, bem como otimizar a sua hierarquização.

Além disso, a estratégia a adoptar deverá limitar a utilização do automóvel individual, incentivar a utilização de transportes públicos e incrementar o uso dos modos suaves no sistema de transportes, ou seja, pretende-se oferecer modalidades de transporte público que proporcionem tempos de viagem competitivos e níveis eficientes de ocupação dos veículos, integrando o transporte individual e os modos suaves na lógica da cadeia de transportes e na adequação às características dos territórios e aos respetivos padrões de ocupação.

Com esta linha de orientação, pretende-se ainda promover e fazer cumprir os direitos de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais (pessoas com mobilidade temporária ou permanentemente condicionada) na via pública, nos edifícios públicos ou nos equipamentos coletivos, com a finalidade de criar uma sociedade "sem barreiras".

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Mais mobilidade e acessibilidades	Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade urbanas, numa óptica de sustentabilidade	<p>Requalificação dos espaços públicos e dos passeios, proporcionando segurança e conforto aos peões.</p> <p>Reforçar a acessibilidade aos Equipamentos Coletivos, aos Transportes Urbanos e ao Espaço Público.</p> <p>Elaboração e implementação do Plano Local para a Promoção da Acessibilidade (PLPA), na cidade de Pombal, bem como do Plano Municipal para a Promoção da Acessibilidade.</p> <p>Assegurar as acessibilidades a pessoas com mobilidade condicionada a todos os equipamentos coletivos e transportes públicos.</p> <p>Reforço e melhoria da sinalética.</p> <p>Fomentar a remodelação e beneficiação das passagens pedonais, desniveladas, à Linha do Norte.</p> <p>Fomentar a construção de passagens pedonais desniveladas nos pontos de maior conflito com as vias estruturantes (IC2(EN1) e IC8).</p> <p>Promover a elaboração de um Plano de Mobilidade e Transportes.</p> <p>Implementar uma política de gestão eficiente de parques de estacionamento disponíveis.</p> <p>Valorização dos espaços e percursos pedonais nos espaços urbanos.</p> <p>Incrementar o uso dos modos suaves no sistema de transportes, incluindo o projeto “Pombike”.</p> <p>Condicionar o acesso automóvel aos centros históricos.</p>
		Melhorar a rede de transportes públicos de passageiros	<p>Implementar a rota “PombusNight”.</p> <p>Ampliar o Serviço de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal (POMBUS).</p> <p>Melhorar a cobertura de abrigos de passageiros.</p> <p>Fomentar a optimização de circuitos de transportes públicos de passageiros.</p> <p>Assegurar a ligação das freguesias periféricas, em particular dos aglomerados rurais às sedes de freguesia e à sede do concelho.</p> <p>Optimização do transporte público escolar.</p> <p>Optimização da funcionalidade do interface multimodal.</p> <p>Promover a intermodalidade rodo-ferroviária.</p> <p>Incentivar a utilização do transporte público.</p> <p>Promover a requalificação das estações e apeadeiros.</p>
		Optimização das acessibilidades concelhias e supra-concelhias	<p>Fomentar a articulação entre a administração local e a administração regional e central, no que respeita à optimização da gestão da rede viária nacional.</p> <p>Favorecer a circulação de mercadorias entre os locais de produção e de mercado.</p> <p>Desvio do tráfego de veículos pesados das áreas de maior concentração urbana.</p> <p>Estruturação e hierarquização da rede viária municipal.</p>

3.1.3.5 Reforço e qualificação das infra-estruturas

Uma programação sustentada das infra-estruturas é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, a elevada dispersão concelhia e expansão (por vezes) desordenada das áreas urbanas dificultam e encarecem o desenvolvimento das mesmas.

A *programação e gestão sustentada* é uma das medidas de atuação de alicerce para o *reforço e qualificação das infra-estruturas*, passando, no entanto, por outras medidas também importantes, como *optimizar, consolidar, reforçar, fiscalizar e ampliar*, sempre no sentido de melhorar, de forma sustentável a qualidade de vida das populações.

Ao encontro destas medidas, o município de Pombal encontra-se, por exemplo, a reformular o sistema de abastecimento público de água, pretendendo, a curto prazo, que o abastecimento ao concelho seja feito apenas a partir do aquífero da Mata do Urso, desativando, em consequência, as captações atualmente existentes.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica Reforço e qualificação das infra-estruturas	Programação e gestão sustentada das infra-estruturas		<p>Aproveitamento racional dos fundos comunitários de apoio para o reforço e qualificação das infra-estruturas.</p> <p>Utilizar o Sistema de Informação Geográfica como meio de planear e gerir a rede municipal de infra-estruturas.</p> <p>Reforçar a escala de atuação inter-municipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda 21 Local.</p> <p>Promover a concretização das orientações estipuladas no PEAASAR II – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e no Documento de Enquadramento Estratégico das Infra-estruturas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do concelho de Pombal.</p> <p>Fomentar a ampliação da rede de distribuição de Gás Natural, com particular incidência nas áreas industriais.</p> <p>Fomentar a melhoria da cobertura de rede de telecomunicações nas zonas mais desfavorecidas.</p> <p>Promover regulamentação para a instalação de infra-estruturas de telecomunicações.</p> <p>Fomentar a articulação entre entidades, no sentido de otimizar a gestão do armazenamento do gás natural e do sistema de abastecimento de água em alta ao concelho de Pombal, a partir do aquífero da Mata Nacional do Urso.</p>
	Redefinição e optimização do sistema de abastecimento de água		<p>Implementar o sistema de abastecimento de água em alta a partir do aquífero Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso).</p> <p>Implementação de Sistemas de Telegestão, nomeadamente nas captações do Ourão e da Mata Nacional do Urso.</p> <p>Garantir o bom funcionamento de marcos de água e de bocas de incêndio.</p> <p>Execução e beneficiação dos elementos constituintes da rede em alta (condutas elevatórias, condutas adutoras, reservatórios, estações de tratamento, ...).</p> <p>Assegurar os níveis de atendimento e qualidade da água, visando um abastecimento adequado à população e ao desenvolvimento das atividades económicas.</p> <p>Implementação de um sistema de deteção e controlo de perdas de água.</p> <p>Implementação de um sistema de controlo de rega de espaços verdes públicos.</p>

Reforço e qualificação das infra-estruturas	Consolidar a Rede de Saneamento Básico	<p>Aumentar o nível de atendimento e melhorar a qualidade do serviço prestado em infra-estruturas de saneamento básico.</p> <p>Execução e beneficiação dos elementos constituintes da rede de saneamento básico em alta (emissários, sub-emissários, Estações Elevatórias, ...).</p> <p>Execução, ampliação e beneficiação de ETAR's (Pombal, Redinha, Pelariga-Almagreira, Carriço, ...).</p> <p>Promover a reutilização de águas residuais tratadas em usos compatíveis, nomeadamente rega de espaços verdes, lavagens, descargas em instalações sanitárias, ...</p>
	Reforço das condições de tratamento e fiscalização de efluentes de agro-pecuárias e industriais	<p>Implementar uma política que obrigue as indústrias agro-pecuárias, com passivo ambiental a adoptar soluções técnicas integradas aplicando-lhes sanções em caso de incumprimento.</p> <p>Promover a concretização das orientações estipuladas no ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais.</p> <p>Fomentar o tratamento de efluentes provenientes da atividade industrial em sistemas de tratamento autónomos.</p>
	Ampliar e incrementar sistemas de depósito, recolha e tratamento de resíduos	<p>Potenciar a implementação de um projeto-piloto de recolha “porta a porta” de Resíduos Sólidos Urbanos.</p> <p>Optimização e expansão da rede de recolha de resíduos sólidos urbanos, ao nível de infra-estruturas, dos equipamentos e dos circuitos de recolha.</p> <p>Expansão e reforço da rede de recolha de resíduos de grandes dimensões (monstros e verdes), ao nível de infra-estruturas e equipamentos, com a colocação de, pelo menos, um contentor de verdes junto às áreas residenciais.</p> <p>Incrementar a recolha seletiva multimaterial das frações valorizáveis.</p> <p>Implementação de um centro de recolha por freguesia, no qual se concentre a recolha de monstros, de verdes e de resíduos de construção.</p> <p>Implementação de uma rede de recolha de óleos usados, com a instalação de, pelo menos, um ponto de recolha em cada freguesia, junto ao ecoponto mais utilizado.</p> <p>Instalação de contentores de Resíduos Sólidos Urbanos subterrâneos, essencialmente nos centros urbanos de maior dimensão.</p> <p>Promover a concretização das orientações estipuladas no PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.</p> <p>Promover uma solução de depósito e tratamento de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).</p>
	Melhoria da segurança e qualificação da rede de infra-estruturas viárias	<p>Construção e beneficiação de passagens desniveladas (viadutos, pontes e pontões).</p> <p>Qualificação da Sinalização Rodoviária.</p> <p>Implementar o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia para o concelho de Pombal, procurando dotar todo o concelho de toponímia e número de polícia.</p> <p>Promover uma ocupação racional das faixas adjacentes à rede viária, de modo a garantir o bom desempenho destas infra-estruturas.</p> <p>Melhoria das condições de circulação e segurança rodoviárias.</p> <p>Desenvolver estudos com vista à adopção de soluções rodoviárias, minimizadoras da existência de pontos críticos.</p> <p>Requalificação, beneficiação/remodelação das vias pertencentes à Rede Viária Municipal.</p> <p>Participar na execução e beneficiação das vias pertencentes à Rede Viária Nacional.</p> <p>Promover a requalificação da ligação entre o IC2(EN1), no Barracão, e a EN109, na Guia, em conjunto com o Município de Leiria.</p> <p>Construção de novas vias, nomeadamente caminhos agrícolas e florestais circulares, variantes urbanas e alternativas de acesso às indústrias extrativas da Serra de Sicó.</p>

Reforço e qualificação das infra-estruturas		<p>Fomentar, junto das respetivas entidades, a execução do acesso rodoviário à Auto-Estrada A1, no IC2(EN1), na zona das Meirinhas – Barracão.</p> <p>Participar na reabilitação e valorização das infra-estruturas ferroviárias existentes.</p> <p>Remodelar as passagens pedonais inferiores à Linha do Norte que asseguram a articulação entre a Zona do Arunca e a Zona Histórica da cidade.</p> <p>Criação de faixas de proteção e enquadramento das vias estruturantes do concelho e criação de corredores verdes, constituídos por árvores de alinhamento, ao longo das vias urbanas.</p>
	Melhoria da rede elétrica	<p>Beneficiação da rede de distribuição elétrica e de iluminação pública em algumas zonas do concelho em que a mesma se encontre mais debilitada.</p> <p>Instalação/beneficiação Postos de Transformação.</p>
	Reforço das infra-estruturas de drenagem de águas pluviais	<p>Promover a melhoria da rede de águas pluviais na zona urbana da cidade de Pombal.</p> <p>Ampliar a rede de águas pluviais nas principais áreas urbanas.</p>

3.1.3.6 Sustentabilidade ambiental

Acreditando que o futuro depende da utilização mais eficiente dos recursos e da procura de novas soluções energéticas, pretende-se o desenvolvimento ambiental sustentado do concelho, sem descuidar as componentes económica e social.

Neste contexto, o *planeamento e a valorização em prol do ambiente*, bem como a aposta nas energias renováveis e a eficiência energética assumem um papel preponderante, coadjuvado com a intenção de elaborar um “Plano de Ação para a Sustentabilidade Ambiental do concelho”.

A sustentabilidade ambiental passa também pela *sensibilização, formação e educação* para as questões relacionadas com temas como a educação ambiental e a gestão de energia, promovendo a adopção de atitudes que contribuam para o desenvolvimento sustentado e assim, para a melhoria da qualidade de vida da população.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Sustentabilidade ambiental	Aposta na eficiência energética e nas energias renováveis	<p>Desenvolver um programa de melhoria da eficiência energética em edifícios municipais e espaço público.</p> <p>Potenciar a auto-sustentabilidade do ponto de vista energético dos edifícios e espaços públicos, investindo na colocação de equipamentos de produção de energia renovável.</p> <p>Dotar a frota municipal de veículos movidos a combustíveis alternativos, como o biodiesel, e de veículos elétricos.</p> <p>Instalar postos de carregamento de veículos elétricos estrategicamente localizados.</p> <p>Optimizar os percursos dos transportes públicos (autocarros, veículos de recolha do lixo, ...), com o intuito da redução dos consumos de energia nos transportes.</p> <p>Implementação de um programa de informação sobre o aproveitamento solar térmico, nomeadamente em habitações já existentes.</p> <p>Apoio na criação de política nacional de incentivos fiscais, tarifários e outros para promover a utilização racional de energia nos vários setores da atividade.</p> <p>Criação de “via verde” para a apreciação e aprovação de projetos de edificações sustentáveis.</p> <p>Potenciar a supressão de todas as lâmpadas de mercúrio existentes na iluminação pública, sendo progressivamente substituídas, pelos serviços da EDP, por lâmpadas de sódio, com reduzida taxa de falha e maior durabilidade.</p> <p>Fomentar a utilização de iluminação e tecnologia LED no espaço e edifícios públicos.</p> <p>Explorar o potencial local das energias renováveis, nomeadamente nos domínios da energia eólica, das marés, solar e biomassa.</p> <p>Estímulo à produção de Biogás, nas ETAR's e nas explorações pecuárias.</p> <p>Prever nos instrumentos de gestão territorial a instalação de infra-estruturas de produção de energia a partir de fontes renováveis.</p>

Sustentabilidade ambiental	Planear e valorizar em prol do ambiente	<p>Elaborar um Plano de Ação para a Sustentabilidade Ambiental do concelho.</p> <p>Aplicar políticas em prol do ambiente e do desenvolvimento sustentável e prosseguir a participação de Pombal no Projeto ECO XXI.</p> <p>Fomentar a valorização económica de resíduos.</p> <p>Condicionar o acesso a veículos motorizados às áreas mais sensíveis do litoral, nomeadamente à praia do Osso da Baleia, implementando uma rede de transportes “amigos do ambiente”.</p> <p>Incentivar a compostagem doméstica e valorização de resíduos biodegradáveis.</p> <p>Incentivar a utilização de águas pluviais para usos compatíveis</p>
	Informar e divulgar	<p>Ações de sensibilização dos cidadãos, das escolas e das empresas para a sustentabilidade.</p> <p>Campanhas de informação, ações de sensibilização e de educação ambiental da população em geral e, em particular, da população escolar, nomeadamente no âmbito da “Política dos 3R’s (Reduzir, Reutilizar, Reciclar)”.</p> <p>Dinamização de ações de formação avançadas sobre gestão de energia, especialmente destinada às atividades profissionais com maiores consumos de energia.</p> <p>Sensibilizar os consumidores finais de energia no sentido de reduzir os desperdícios energéticos.</p>

3.1.4 "CO-COOPERATION" INTERMUNICIPAL

A cooperação intermunicipal revela-se determinante para a criação de uma região mais forte, coesa e competitiva, sendo para o efeito, essencial a definição de uma estratégia comum, com particular incidência nos domínios empresarial e de turismo.

Não menos importante, é a articulação das diversas estratégias de desenvolvimento de cada município, de forma a valorizar o efeito de rede a partir da potenciação de sinergias e complementaridades, que derivam das suas vantagens comparativas e competitivas.

Neste âmbito, Pombal integra diversas associações intermunicipais, como sejam a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL), a qual tem como principal objetivo reforçar e dinamizar a competitividade industrial e empresarial da região e promover a valorização turística dos recursos naturais e culturais, a Associação de Municípios da Região de Leiria (AMLEI), que prossegue fins de desenvolvimento regional e local integrado e a Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento, que integra os municípios com contiguidade em torno do maciço calcário da Serra de Sicó, tendo por fim um projeto plural a favor do desenvolvimento local e das suas populações.

Atendendo aos pressupostos anteriormente mencionados, considerou-se prioritário um conjunto de linhas de orientação estratégicas que passam por: *Maximizar a posição geo-estratégica do concelho; Coesão territorial regional e, Atrair equipamentos e funções regionais.*

	Linhas de Orientação	Medidas de Atuação
"Co-cooperation" Intermunicipal	Maximizar a posição geo-estratégica do concelho	Reforçar a competitividade e a atratividade do concelho
		Reforçar a posição de Pombal no sistema urbano
		Projetar a imagem de Pombal
	Coesão territorial	Cooperação e articulação entre o concelho de Pombal e outros organismos públicos
		Promoção da intermunicipalidade

3.1.4.1 Maximizar a posição geo-estratégica do concelho

Pombal, enquanto concelho inserido na região Centro Litoral, entre importantes pólos urbanos, tem vindo a beneficiar da sua excelente localização geográfica e das boas acessibilidades de que dispõe, as quais têm impulsionado o seu desenvolvimento económico e social, permitindo-lhe afirmar-se cada vez mais como um concelho de referência.

É neste contexto, que se impõe a definição de políticas que visem valorizar a posição geoestratégica do concelho, assentes no reforço da competitividade e atratividade do território, nomeadamente nos setores empresarial e turístico, permitindo reforçar a posição de Pombal no sistema urbano em que se integra. Sobre este assunto, são de salientar as relações de proximidade de Pombal com os centros urbanos de Leiria, Coimbra, Figueira da Foz e Castelo Branco, potenciadas pelos eixos viários estruturantes que atravessam o concelho e que fomentam a conetividade interurbana, a qual importa reforçar.

O posicionamento do concelho num contexto mais alargado, impõe a criação de uma identidade forte e reconhecida, traduzida numa imagem credível e inovadora do território, capaz de o projetar, sendo para este efeito, determinante a adoção de uma estratégia de marketing territorial capaz de promover os produtos endógenos do concelho.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Maximizar a posição geo-estratégica do concelho	Reforçar a competitividade e a atratividade do concelho	<p>Potenciar a integração de Pombal numa região eminentemente empreendedora e inovadora, promovendo e disponibilizando parques industriais e empresariais de referência, com diversas componentes (tecnológica, investigação, desenvolvimento, ...).</p> <p>Desenvolvimento de uma plataforma logística associada à promoção integrada da rede de infra-estruturas empresariais e logísticas, no contexto regional.</p> <p>Promover a Praia do Osso da Baleia, a Mata Nacional do Urso e a Serra de Sicó, enquanto motor do desenvolvimento turístico e económico.</p> <p>Adaptar a infra-estrutura que acolhe o centro de meios aéreos a aeródromo, dotando-a de uma escola aeronáutica.</p> <p>Promover a articulação entre a promoção do concelho como destino de investimento e como destino turístico, afirmando as sinergias que um desempenha em relação ao outro.</p>
		Reforçar a posição de Pombal no sistema urbano	<p>Reforçar as funções urbanas da sede de concelho como centro urbano estruturante, dotando-a de equipamentos e outras infra-estruturas de carácter supra-regional.</p> <p>Potenciar as acessibilidades existentes entre a sede de concelho e os restantes centros urbanos do sistema Centro Litoral, em particular do sub-sistema urbano de Leiria – Marinha Grande/Pinhal Litoral.</p> <p>Reforço da conetividade inter-urbana, entre o Litoral e o Interior do País, assente no eixo IC8 (Pombal/Castelo Branco), e entre o Norte e o Sul, potenciada pelos eixos A1, A17, Linha do Norte e Linha do Oeste.</p> <p>Atrair equipamentos e funções regionais (Loja do Cidadão, ...).</p>
		Projetar a imagem de Pombal	<p>Certificação, promoção e valorização dos produtos endógenos mais representativos da região.</p> <p>Promover a atração de turistas estrangeiros – Apostar nos produtos <i>Touring Cultural</i> e patrimonial (Rotas Temáticas), Turismo de Natureza e Gastronomia.</p> <p>Criar uma estratégia de marketing territorial.</p>

3.1.4.2 Coesão territorial

O conceito de coesão territorial surge muitas vezes associado aos domínios económico e social, embora, neste contexto seja considerada como uma medida que visa melhorar a articulação do município com os restantes municípios da região, bem como com os demais organismos públicos, atores e agentes locais, tendo como finalidade promover um desenvolvimento mais equilibrado tornando o concelho e a própria região mais sustentáveis, competitivos e aprazíveis para viver.

O reforço da coesão territorial deverá assentar na implementação de mecanismos de cooperação regional, como forma de promover o desenvolvimento de uma estratégia comum de aposta em fatores como a inovação, conhecimento e a criação de condições de atração e de fixação.

A integração do concelho em associações intermunicipais em muito contribui para a criação de sinergias e complementaridades com os concelhos vizinhos, em torno de projetos comuns, numa óptica de promoção e valorização territorial.

		Medidas de Atuação	Ações a Desenvolver
Linha de Orientação Estratégica	Coesão territorial	Cooperação e articulação entre o concelho de Pombal e outros organismos públicos	<p>Planejar o território, procurando homogeneizar as diversas classes de uso do solo e as próprias condicionantes e restrições de utilidade pública, salvaguardando a articulação com os territórios vizinhos.</p> <p>Promover a articulação institucional, no sentido de gerir de forma sustentada as áreas do território sob domínio de várias entidades públicas.</p> <p>Definição de estratégias de prevenção e mitigação de impactos ambientais cumulativos na região, em parceria com as entidades competentes.</p> <p>Assegurar a participação do município no programa “Simplex Autárquico” como forma de cooperação com os diversos organismos da administração central.</p>
		Promoção da intermunicipalidade	<p>Criar sinergias e complementaridades com os concelhos vizinhos, numa óptica de promoção e valorização territorial.</p> <p>Potenciar a integração na Rede Urbana para a Competitividade e Inovação – RUCI, no sentido de tornar Pombal num concelho mais sustentável, mais competitivo e mais aprazível para viver.</p> <p>Encarar a integração de Pombal na AMLEI como oportunidade de desenvolvimento, de racionalização e concretização de objetivos comuns, bem como de partilha de projetos e equipamentos supramunicipais.</p> <p>Potenciar a integração do concelho na associação Terras de Sicó, enquanto projeto plural a favor do desenvolvimento local, associado ao maciço da Serra de Sicó.</p> <p>Implementar uma plataforma de gestão de eventos regionais capaz de estabelecer e coordenar um calendário anual em rede, bem como as respetivas campanhas de promoção.</p>

3.2 Marketing Territorial

O poder de um território para atrair pessoas e atividades determina a sua capacidade competitiva (OECD,2005).

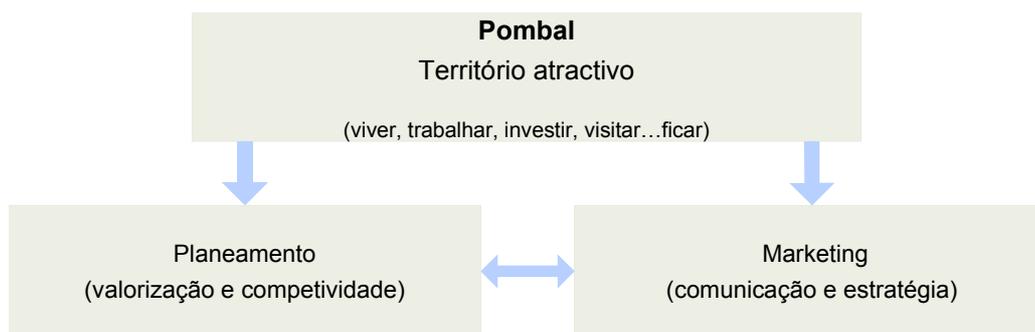
O Marketing Territorial tem como intento melhorar a competitividade de um território através da promoção das suas potencialidades (produto/realidade), tendo como objetivo promover a oferta territorial e a imagem que o território pretende transmitir. É pois um instrumento e um conjunto de orientações de apoio às estratégias de desenvolvimento municipal que pretende enfatizar a especificidade territorial, procurando, com recurso ao conceito de comunicação, fazer promoção da imagem do concelho e dos produtos locais, desempenhando um papel fundamental na promoção integrada do concelho.

Este instrumento transversal a todos os vetores estratégicos, compreende, a análise, planificação, execução e controlo de processos concebidos pelos atores de um território, com vista, não só a responder às necessidades e expectativas das pessoas e das entidades mas também a melhorar a qualidade e a competitividade global de um território no seu ambiente concorrencial. De fato, não basta “ter” um ambiente económico, social e ambiental propício às atividades económicas, é essencial que cada território potencie o que tem de bom criando uma imagem de marca positiva, como alavanca do seu próprio desenvolvimento económico e social, em resultado da criação e implementação de uma estratégia coerente, pragmática e objetiva de marketing territorial.

Neste contexto, embora a promoção de locais estratégicos seja fundamental, é determinante completar esta promoção, com a promoção da imagem do próprio local, a oferta de uma carteira adequada de atrações e serviços, de um conjunto de infra-estruturas e equipamentos eficientes. O marketing territorial deverá ser encarado como um elemento estratégico de desenvolvimento, o resultado de uma escolha criteriosa de um conjunto de objetivos irrepreensivelmente definidos e do conhecimento aprofundado dos mercados, uma vez que a “venda de um território” deverá satisfazer as necessidades valorizadas pelo mercado alvo.

A sociedade de informação e as novas tecnologias de comunicação são, neste contexto, um importante instrumento de desenvolvimento territorial, uma vez que potenciam a visibilidade do concelho e a sua divulgação ao exterior, especialmente em contextos de captação de oportunidades e divulgação de potencialidades e vantagens comparativas.

Pombal, deverá ser encarado como um território atrativo, como um conjunto de predicados aglutinadores de produtos, que possibilitem ao turista “ver e ficar”, sendo para isso fundamental pensar o território, fazer escolhas de um ou vários elementos “peculiares”, apetências naturais ou temáticas a valorizar, com os quais é fundamental aliar o fator distintivo... a criatividade, com vista à criação de uma imagem forte e reconhecida.



Sinónimo de turismo de natureza e dinâmica industrial e empresarial, Pombal, deve assumir como principais produtos estas duas realidades, às quais se consubstancia a imagem de um concelho bom para viver, trabalhar, investir e visitar. É necessário proporcionar “boas experiências” a turistas, investidores... pessoas, apostando na qualidade, na diversificação de produtos e na sua complementaridade, quer em termos de turismo de natureza associado à Mata Nacional do Urso, praia do Osso da Baleia e Serra de Sicó, quer em termos de captação de investimento ou de empresas tecnologicamente avançadas, com bom desempenho ambiental e conseqüente dinamização dos parques empresariais existentes, por forma a obter um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo do concelho.

Como instrumentos e técnicas de marketing territorial, passíveis de promover a imagem de Pombal a nível regional, nacional e internacional dentro dos domínios explanados, integrados numa estratégia que englobe Pombal como um “produto”, uma “marca” atrativa e singular, é fundamental apostar em ações como estratégias de e-marketing, promoção nacional e internacional, participação em feiras e eventos, criação de parcerias entre entidades, entre outros.

Contudo, pese embora se procure potenciar a singularidade de Pombal, é fundamental desenvolver uma estratégia de desenvolvimento valorizando as suas vantagens diferenciadoras em relação a outros territórios concorrentes, adoptando uma estratégia de “Mix-Territorial” em rede, tirando partido de atividades complementares em territórios vizinhos, o que irá permitir que concelhos vizinhos desenvolvam estratégias conjuntas e se especializem

de forma a se complementarem face a outros concelhos/territórios, nunca esquecendo que um dos nossos vetores estratégicos assenta na "Co-cooperation" Intermunicipal.

“Nem todas as comunidades poderão sair vencedoras deste milénio. Haverá aquelas que ganham e que perdem. Algumas poderão ser bem sucedidas em resultado de sorte, acidente ou, numa primeira fase, disponibilidade de recursos naturais, ou seja, sem recorrerem a qualquer estratégia de planeamento de marketing. Mas as forças do mercado estão sempre em movimento e não perdoam a complacência. Os lugares que aplicarem com seriedade os princípios do planeamento de marketing constroem um futuro mais promissor para os seus cidadãos e empresas que aqueles que deixam o seu destino às mãos da fortuna” (P. Kotler, 1999).

BIBLIOGRAFIA

Planos e Estudos

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROT-C
Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande – POOC
Plano Setorial da Rede Natura 2000
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lis
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo
Plano Rodoviário Nacional – PRN2000 e PRN85
Plano Nacional da Água
Plano Estratégico e de Ação 2007-2013 para o Território do Pinhal Litoral
Plano Estratégico da Alta Estremadura
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 – PEASAR II
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 – PERSU II
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais – ENEAPAI
Plano Diretor Municipal de Pombal (1995) – Município de Pombal
Plano de Cheias para o concelho de Pombal - Proteção Civil do Município de Pombal
Plano de Emergência Externo da REN, Armazenagem S.A (2008) - Município de Pombal
Plano Municipal de Emergência (2009) - Município de Pombal
Plano Municipal de Intervenção Florestal (2002) - Gabinete Técnico Florestal do Município de Pombal.
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2007) - Gabinete Técnico Florestal do Município de Pombal
Plano Estratégico da Cidade Pombal (1996) - CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.)
Agenda 21 para o Município de Pombal (2009) - IPA (Inovação e Projetos em Ambiente, Lda.)
Infra-Estruturas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Pombal – Documento de Enquadramento Estratégico (2009) - Município de Pombal
Diagnóstico Social do Concelho de Pombal (2004) - Município de Pombal
Carta Educativa de Pombal (2007) - Município de Pombal
Sistema de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Alta Estremadura - Plano de Ação Multimunicipal (2008) - VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

Livros e Publicações

ALMEIDA, C.; MENDONÇA, J.J.L.; JESUS, M.R.; GOMES, A.J. (2000) – “Sistemas Aquíferos de Portugal Continental”, Instituto da Água e Centro de Geologia
ANPC (2009) - Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica - Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Instituto Geográfico Português

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO CENTRO 2008; 2009; Lisboa

CABRAL, J.; RIBEIRO, A. (1988) – Carta Neotética de Portugal Continental, Escala 1/ 1 000 000, Serviços Geológicos de Portugal, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

CAETANO, M., A. ARAÚJO, A. NUNES, V. NUNES e M. PEREIRA (2009) - Accuracy assessment of the CORINE Land Cover 2006 map of Continental Portugal, Relatório técnico - Instituto Geográfico Português

CANINAS, João (2004) - Estudo de Impacte Ambiental dos Parques Eólicos da Serra de Sicó - EMERITA

CARREIRA, P. M. (1986) – “Estudo hidroquímico do Maciço Calcário Condeixa-Sicó”. Relatório de estágio Científico – Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

CARVALHO, Jorge, M. P. (2009) – Comunicação “Recursos Minerais da Região de Lisboa e Vale do Tejo (a Norte da AML)” - Workshop “Iniciativa Matérias-Primas – Oportunidades e Desafios para a Indústria Extractiva” – Lisboa

CARY, F. (1985) – “Enquadramento e Perfis do Investimento Agrícola no Continente Português”, Banco de Fomento Nacional – Lisboa

CCDR-C (2007) – Diagnóstico e contributos para uma visão estratégica territorializada da Região Centro - Coimbra

CENSOS 2001 - INE

CIMINELLI, R. R. (2005) – “Desempenho Funcional dos Minerais Industriais: desafios tecnológicos, ferramenta de marketing e estratégia de valorização” – Rochas e Minerais Industriais – CETEM (Centro de Tecnologia Mineral)

CRISPIM, J.A. (1986) – “Dinâmica Cársica da Região de Ansião” - Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

CRISPIM, J.A.; Ribeiro, A. (1986) – “Tetónica Extensional no bordo Leste do Fosso Lusitaniano (área de Ansião)”

CUNHA, L. (1984) – “Significado Morfo-estrutural e Morfoclimático das «Buracas» da Serra de Sicó” – Congresso do Quaternário – Lisboa

CUNHA, L. (1990) – “As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiazere” – Estudo de Geomorfologia – Instituto Nacional de Investigação Científica – Coimbra

DGOTDU (2002) – Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos - Lisboa

DGOTDU (2005) – Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território - Lisboa

DINIS, J.M. (1991) – “Sistemas Depositionais na Macrosequência Principal dos Grés Belasianos (Cretácico) a Leste de Leiria (Portugal Central); Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Publicação do Museu e Laboratório de Mineralogia e Geologia, n.º 111

Direção de Serviços de Energia, Direção Regional da Economia do Norte (2010) - Riscos Associados às Instalações de Armazenagem de Combustíveis, Seminário sobre Riscos Tecnológicos

FERNANDES, J. L. (1994) - “A dinâmica dos Espaços Urbanos e a Periurbanização – Caso particular da evolução recente da Cidade de Pombal” - Coimbra

FERREIRA, J.P. LOBO E OLIVEIRA, M.M. (1993) – Desenvolvimento de um Inventário das Águas Subterrâneas de Portugal – Caracterização dos Recursos Hídricos Subterrâneos e Mapeamento DRASTIC da Vulnerabilidade dos Aquíferos de Portugal, Lisboa, LNEC, Rel. 179/93 – GIAS

GITAP (2005) - CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO, 1.ª fase, Revisão do Plano Diretor Municipal - Lisboa

HIDROGEO – Consultores de Hidrogeologia e Ambiente, Lda. – “Estudo Hidrogeológico do Aquífero da Mata do Urso”, sem data

MACHADO, S.; MANUPPELA, G. (1998) – “Contribuição para o conhecimento da Geologia da região Ansião – Sicó – Pombal” – Atas do V Congresso Nacional de Geologia – Lisboa

MENDONÇA, J.J.L. (2001) – “Delimitação dos Perímetros de proteção das Captações de Ourão e Anços, do Concelho de Pombal”

MIRANDA, J. M., BAPTISTA M. A. (2006) - Riscos naturais, Instituto Dom Luiz - Lisboa

MOURA, A. Casal; GRADE, J. (1980) – “Estudo comparativo de argilas especiais dos jazigos de Pombal e Barracão” – Boletim de Minas, n.º 17, Outubro/Dezembro de 1980

OCDE (2005) - Building Competitive Regions, Strategies and Governance

- PEDROSA, A. S. (2006) - A integração da prevenção dos riscos no ordenamento territorial. Colóquio "Paisagem, Património e Riscos Naturais: perspetivas de planeamento comparado", CCDR Norte - Porto
- PEREZ, B. C. (2001) – "As Rochas e os Minerais Industriais como Elementos de Desenvolvimento Sustentável" – Série Rochas e Minerais Industriais, n.º 3 - CETEM (Centro de Tecnologia Mineral)
- PEXINHO DE CRISTO, F. (1998) – "Águas Subterrâneas no Baixo Mondego" – Projeto Praxis XXI 2/2.1/CTA – 156/94
- KOTLER, P. (1999) - Marketing para o Século XXI – Como criar, conquistar e dominar mercados – 3ª Edição – São Paulo – Editora Futura
- REBELO, F. (2003) - Riscos Naturais e Ação Antrópica- Estudos e reflexões - 2.ª edição, Imprensa da Universidade - Coimbra
- RIBEIRO, L. F. T. (1991) – "Caraterização Geoestatística de Sistemas Hidrogeológicos" – Dissertação apresentada ao Instituto Superior Técnico para a obtenção do grau de Doutor em Engenharia de Minas
- ROCHA, J. S. (1993) - "Caraterização das zonas sujeitas a risco de cheias em Portugal". Simpósio sobre Catástrofes Naturais: estudo, prevenção e proteção, Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Lisboa
- ROMARIZ, C.; ALMEIDA, C.; CRISPIM, J. C. (1987) – "Sistemas Cársicos do Litoral Atlântico" – IV Simpósio de Geologia Aplicada e do Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa – Guia de Excursões
- SARAIVA, M. G. (1987) - A defesa contra cheias e sua inserção no Ordenamento do Território. Área Metropolitana de Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Técnica de Lisboa - Lisboa
- SERRANO, J. A. P. F.; GARCIA, P. C. S. (1997) – "Piezometria da Região Centro" – Direção Regional do Ambiente do Centro - Coimbra
- SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL (1986) – "Aplicação da Informação Geológica à Resolução de Problemas Ambientais" – Separata do Tomo 72 (1/2) das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal – Lisboa
- TEIXEIRA, C.; ZBYSZEWSKI, G. (1968) – Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000 – Notícia explicativa da Folha 23-C – Leiria – Serviços Geológicos de Portugal - Lisboa
- ZÊZERE, J. L. (2000) - A classificação dos movimentos de vertente: tipologia, atividade e morfologia, Apontamentos de Geografia, Série investigação, n.º 6, Centro de Estudos Geográficos - Lisboa
- ZÊZERE, J. L., PEREIRA, A. R., MORGADO, P. (2006) – Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal continental. Apontamentos de Geografia, Série investigação, n.º 19, Centro de Estudos Geográficos - Lisboa

Sítios da Internet

www.afn.min-agricultura.pt

www.apambiente.pt

www.ccdrc.pt

www.cepae.pt

www.cm-pombal.pt

www.culturaonline.pt

www.dgge.pt

www.dgotdu.pt

www.drec.min-edu.pt

www.estradasdeportugal.pt

www.icnb.pt

www.ieei.pt/files/Guia_cidadao_Coesao.pdf

www.igespar.pt

www.imtt.pt

www.inag.pt

www.ine.pt
www.inir.pt
www.portaldasaude.pt
www.prociv.pt
www.proteccaocivil.pt
www.qren.pt
www.quercus.pt
www.refer.pt
www.ren.pt
www.rt-leiriafatima.pt
www.snirh.pt
www.terrasdesico.pt
www.turismodeportugal.pt
www.valorlis.pt